

O VOLUNTARIADO

MANUAL DE APOIO AO FORMANDO

Título

O Voluntariado – Manual de Apoio ao Formando

Autor

Observatório Social do Alentejo – Fundação Eugénio de Almeida

Coordenação Geral

Maria do Céu Ramos

Coordenação Técnico-Científica

Carlos Alberto da Silva

Apoio Técnico

Carla Lã-Branca

Equipa de Formadores

Américo Peças

Célia Franco

Inês Gonçalves

Luis Sebastião

Maria Cristina Bernardo

Maria Eduarda Fernandes

Maria Elisa Chaleta

Maria Fernanda Batista

Maria João Tomé

Maria Laurência Gemito

Sílvia Mestre Escola

Tânia Semedo Silva

Xose Antón Rojo

© Fundação Eugénio de Almeida, 2007

Índice Geral

Introdução	6
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO DO VOLUNTARIADO	8
1 – Voluntariado Social	8
1.1 Objectivos do módulo	8
1.2. O Voluntariado na sociedade actual	8
1.2.1. Voluntariado – Solidariedade para a Acção	10
1.2.2. Voluntário – Uma forma de ser e de estar	12
1.3. Questões mais pertinentes a lembrar	17
1.4. Exercício de aplicação	19
2 – Regime Jurídico do Voluntariado	20
2.1. Objectivos do módulo	20
2.2. Direitos e deveres do Voluntário	20
2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	27
3. O voluntário e as organizações	28
3.1. Objectivos do módulo	28
3.2.1. O voluntário e a ética	29
3.2.2. A comunicação interpessoal	34
3.2.3. Os voluntários e as suas organizações	36
3.2.4. Os voluntários e os seus projectos	39
3.2.5. O voluntariado em diferentes contextos	40
3.3. Questões mais pertinentes a lembrar	43
3.4. Exercício de aplicação	44
CAPÍTULO 2 – CONTEXTO DE ACÇÃO	45
1 – O Voluntariado Social e a sua Intervenção na Família	45
1.1. A Família	45
1.1.1. Objectivos do módulo	45
1.1.2. A Família	45
1.1.2.1. A evolução do conceito Família	46
1.1.2.2. A diversidade e multiplicidade de definições e acepções de família	47
1.1.2.3. Obstáculos ao estudo da família	54
1.1.3 Questões mais pertinentes a lembrar	56
1.1.4 Exercício de Aplicação	57
1.1.5. Bibliografia	58
1.2. Comunidade e Sociedade	60
1.2.1. Objectivos do módulo	60
1.2.2. Comunidade e Sociedade – Enquadramento conceptual	60
1.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	65

1.3. Voluntariado desafios à (re)conciliação entre a vida familiar e profissional	66
1.3.1. Objectivos do módulo	66
1.3.2. A ocupação dos Homens e das Mulheres em Portugal	66
1.3.2.1. O Desafio da conciliação entre a vida familiar e profissional	69
1.3.2.2. O Voluntariado na (re) conciliação entre a vida familiar e profissional: áreas e propostas de intervenção	72
1.3.3. Questões mais pertinentes a lembrar	73
1.3.4. Exercício de aplicação	75
1.3.5. Bibliografia	76
2 – O Voluntariado Social e a sua Intervenção com o Idoso	77
2.1. O Envelhecimento: uma perspectiva social	77
2.1.1. Objectivos do módulo	77
2.1.2. O Envelhecimento	77
2.1.2.1. O envelhecimento Sócio- demográfico	77
2.1.2.2. As Mudanças sociais no envelhecimento	78
2.1.2.3. A promoção do envelhecimento activo: algumas propostas	79
2.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar	81
2.1.4. Exercício de aplicação	81
2.1.5. Bibliografia	82
2.2. Gerontologia e Geriatria	83
2.2.1. Objectivos do módulo	83
2.2.2. A população idosa	83
2.2.2.1. Aspectos bio-psico-sociológicos do envelhecimento	84
2.2.2.2. Saúde, desporto e bem-estar físico e mental do idoso	89
2.2.2.3. Alterações familiares/sociais e a sua repercussão nos idosos	91
2.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	94
2.2.4. Exercício de aplicação	95
2.2.5. Bibliografia	97
3. O voluntariado social e a sua intervenção com a criança	99
3.1. Infância e desenvolvimento	99
3.1.1. Objectivos do módulo	99
3.1.2. A Criança na sociedade actual	100
3.1.2.1. Perspectiva histórica sobre a infância	100
3.1.2.2. Noção de infância	101
3.1.2.3. A criança na sociedade actual	101
3.1.2.4. Direitos da criança	102
3.1.3. A importância dos primeiros anos de vida	103
3.1.3.1. Desenvolvimento nos primeiros anos de vida	103
3.1.3.2. Desenvolvimento, necessidades irredutíveis e risco	105

3.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar	106
3.1.4. Exercício de aplicação	107
3.2. Sociologia da infância	108
3.2.1. Objectivos do módulo	108
3.2.2. A Criança	108
3.2.2.1. A Criança e a Recriação da Família	108
3.2.2.2. Objectivos de Desenvolvimento das Nações Unidas	115
3.2.2.3. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	117
3.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	119
3.2.4. Exercício de aplicação	121
4. O voluntariado social e a sua intervenção com a pessoa com deficiência	122
4.1. Conceitos e perspectivas sobre a deficiência	122
4.1.1. Objectivos do módulo	122
4.1.2. A Pessoa com deficiência	122
4.1.2.1. Evolução social e a pessoa com deficiência	122
4.1.2.2. Deficiência, incapacidade e desvantagem	123
4.1.2.3. Etiologia das deficiências	125
4.1.2.4. Características dos indivíduos com os diferentes tipos de deficiência e handicaps	126
4.1.3. Exercício de aplicação	127
4.2. A pessoa com deficiência e a sociedade	128
4.2.1. Objectivos do módulo	128
4.2.2. Pessoa com Deficiência: Cidadão pleno de direito	128
4.2.2.1. Ética e Comportamentos Sociais face à Diferença	131
4.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	132
4.2.4. Exercício de aplicação	133
4.2.5. Bibliografia	134
CAPÍTULO 3 – OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO	135
1. Métodos e técnicas de Animação Social e Cultural	135
1.1. Objectivos do módulo	135
1.2. Cidadania, Participação e Solidariedade	135
1.2.1. Animação Sociocultural e Voluntariado	135
1.2.2. O processo de desenvolvimento da acção voluntária	137
1.2.3. Técnicas e Dinâmicas de Animação de Grupo Aplicadas ao Voluntariado	143
1.3. Questões mais pertinentes a lembrar	152
1.4. Exercício de aplicação	152
1.5. Bibliografia	152
2. O voluntariado social e a sua intervenção na sociedade	154

2.1. O voluntariado social e a família	154
2.1.1. Objectivos do módulo	154
2.1.2. Processo de elaboração de estudos comunitários	154
2.1.2.1. Identificação das respostas às famílias	156
2.1.2.2. Contributos para a integração e desenvolvimento social ...	158
2.1.2.3. A interacção familiar	160
2.1.2.4. Contextos relacionais: profissão/família	161
2.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar	163
2.1.4. Exercício de aplicação	164
2.1.5. Bibliografia	165
2.2. O voluntariado social e os idosos	166
2.2.1. Objectivos do módulo	166
2.2.2. O Voluntariado no apoio ao idoso	166
2.2.2.1. Questões éticas associadas ao envelhecimento	166
2.2.2.2. Animação sócio- cultural do Idoso	168
2.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar	172
2.2.4. Exercício de aplicação	173
2.2.5. Bibliografia	174
2.3. O voluntariado social e as crianças	175
2.3.1. Objectivos do módulo	175
2.3.2. Os Direitos da Criança	175
2.3.2.1. A Convenção dos Direitos da Criança	175
2.3.2.2. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo	178
2.3.2.3. Procedimentos adequados para a Intervenção com Crianças em Situação de Risco: Para uma Ética do Voluntariado com a Infância	180
2.3.2.4. Proposta de Guião para conceptualizar um projecto de voluntariado com a infância	181
2.3.2.5. Deveres e Direitos do Voluntário	182
2.3.3. Questões mais pertinentes a lembrar	183
2.3.4. Exercício de aplicação	184
2.4. O voluntariado social e as crianças/jovens	185
2.4.1. Objectivos do módulo	185
2.4.2. A Infância	185
2.4.2.1. As Crianças, Nossos Semelhantes	185
2.4.2.2. Um novo conhecimento sobre a infância	187
2.4.2.3. A Convenção dos Direitos da Criança	191
2.4.2.4. Conhecer as instituições e as principais medidas de protecção e promoção da infância	192
2.4.3. Questões mais pertinentes a lembrar	195

2.4.4. Exercício de aplicação	198
2.5. Testemunhos de Práticas de Voluntariado	199
2.5.1. Objectivos do módulo	199
2.5.2. Testemunhos	199
2.6. Desenvolvimento de Projecto	203
2.6.1. Objectivos do módulo	203
2.6.2. O Projecto de Acção e o Projecto de Voluntariado	203
2.6.3. Questões mais pertinentes a lembrar	218
2.6.4. Exercício de aplicação	219
Listagem Bibliográfica sobre Voluntariado	220
Glossário	225
Anexos	228
Anexo I – Declaração Universal sobre o Voluntariado	
Anexo II – Lei n.º 71/98 de 03 de Novembro	
Anexo III – Decreto-Lei n.º 388/99 de 30 de Setembro	
Anexo IV – Resolução n.º 50/2000 de 20 de Abril	
Anexo V – Decreto-Lei n.º 40/89 de 01 de Fevereiro	
Anexo VI – Programa de Voluntariado	

INTRODUÇÃO

Consciente da dimensão e da importância do voluntariado, tanto para as instituições como para os próprios indivíduos voluntários, e do reconhecimento do seu contributo no combate à exclusão social, em prol da integração solidária de grupos desfavorecidos e da promoção da solidariedade social, a Fundação Eugénio de Almeida promove a qualificação de voluntários sociais e culturais através do *Programa Valorizar e Qualificar o Voluntariado*.

Este programa teve início em 2001 e tem sido alvo de uma procura significativa, tanto por parte dos voluntários de execução, como pelos voluntários de direcção. Actualmente o programa reúne, um conjunto de seis acções de formação na área do voluntariado, dois cursos de formação geral de voluntários, sociais e culturais, e quatro acções de formação específicas na área da infância, do Idoso, da pessoa com deficiência e na área da família e comunidade.

Estas acções procuram capacitar os voluntários para as tarefas que prosseguem e que, uma vez realizadas com autêntico espírito de serviço voluntário, proporcionam quantitativa e qualitativamente a acção social.

Em suma, este programa tem como finalidade educar integralmente uma pessoa, capacitando-a para executar uma tarefa benéfica para si própria, para a organização promotora e para o destinatário da actividade.

Este investimento tem por base o reconhecimento das potencialidades do voluntariado que, para além de contribuir para o desenvolvimento social da comunidade e para a integração social numa perspectiva abrangente, é igualmente um factor de unificação e impulsor de parcerias entre sectores distintos, assim como um meio de aprendizagem permanente que fomenta uma maior sustentabilidade na intervenção e sobretudo no plano da solidariedade social.

Pretende-se com a formação em voluntariado proporcionar aos voluntários um conjunto de competências que proporcionem um exercício comprometido e rigoroso no âmbito das suas actividades.

Neste sentido, e com o propósito de apoiar os voluntários que frequentam a formação em voluntariado, a Fundação promoveu a concretização deste manual de formação que reúne informação complementar à formação presencial, constituindo-se como um suporte pedagógico de apoio ao formando.

A realização dos cursos conta com a colaboração de uma equipa de formadores, com competências académicas, pedagógicas e profissionais comprovadas. Foi esta equipa, que ministra os diferentes módulos que integram a estrutura curricular das distintas acções de formação em voluntariado, que elaborou os conteúdos aqui apresentados.

Assim, este guia encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro intitulado *o enquadramento do voluntariado*, refere alguns aspectos conceptuais sobre a temática e a referência ao regime jurídico, mais concretamente aos direitos e deveres do voluntário e ao programa de voluntariado.

O segundo capítulo, denominado *contexto de acção*, aborda os diferentes campos de actuação do trabalho voluntário – família, idosos, crianças/jovens e pessoas com deficiência. O terceiro capítulo titulado *os processos de intervenção* incide sobre os métodos e técnicas de animação aplicadas ao voluntariado, bem como sobre as possibilidades de intervenção do voluntariado na sociedade. Por fim, o manual integra um glossário de termos utilizados.

Impõe-se uma palavra de agradecimento à equipa de formadores que deu o seu contributo à elaboração do presente trabalho e que tornou possível a concretização deste manual.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO DO VOLUNTARIADO

1. O Voluntariado Social

Tânia Semedo Silva

1.1 Objectivos do módulo

- Gerar uma visão crítica do papel do voluntariado na sociedade actual;
- Reflectir sobre o conceito e os limites do voluntariado;
- Compreender o voluntariado como uma realidade diversificada e enriquecedora;
- Identificar o percurso do voluntário: motivações, enquadramento e atitudes.

1.2. O Voluntariado na sociedade actual

O Voluntariado, hoje, como ontem e sempre, é uma prática e um valor que tem por base a liberdade, a responsabilidade, o exercício da cidadania e a solidariedade. Sendo expressão da generosidade e do altruísmo, tem um carisma que lhe é próprio, marcado pela gratuidade, disponibilidade, espírito de serviço e compromisso.

Hoje, não é possível falar de Voluntariado como sendo uma realidade estanque, o Voluntariado contemporâneo é diverso, plural e polivalente na mesma medida dos âmbitos de actuação e contextos sociais e culturais em que esta actividade se pode desenvolver.

O impulso para “dar de si”, na sua componente ética, ainda que seja parcial e limitado, está inscrito na natureza humana. Por este motivo, em todos os tempos e lugares somos capazes de identificar manifestações de solidariedade individual ou grupal que resultam na intervenção dos cidadãos de uma comunidade na procura das soluções para colmatar ou suprimir as necessidades gradualmente identificadas.

O Voluntariado surge com a sociedade e evolui com ela.

Se o Voluntariado foi durante muito tempo identificado com atitudes assistencialistas, na medida em que se esgotavam na mera intervenção (considerada por si só) e paternalistas, na medida em que promoviam a desresponsabilização dos que eram ajudados, inevitavelmente contraproducentes, actualmente o voluntariado adquiriu um carácter transformador.

O Voluntariado contemporâneo é, indiscutivelmente, um exercício de cidadania e de participação que tem por base os conceitos de solidariedade, justiça social e igualdade de oportunidades e que, por isso, se revela expressão dos valores mais elevados da condição humana. Uma acção que não se limita a resolver problemas imediatos, mas que procura a causa desses problemas, que as denuncia, e que as procura modificar. Ser Voluntário é hoje uma maneira de ver realidade e uma forma de estar em sociedade.

A cidadania implica a identificação do indivíduo como sujeito de direitos, entre os quais se destaca o direito de assumir livremente os seus compromissos, manifestado na vontade de cooperar.

A participação supõe a implicação pessoal tanto na detecção e denúncia dos problemas como na procura e indicação de soluções para os mesmos. No âmbito do voluntariado, a participação não deve ser encarada como um acção esporádica, mas sim como uma acção organizada dos cidadãos que assumem livremente o compromisso de cooperar para o desenvolvimento da sua comunidade e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida, em todas as suas dimensões, movidos por sentimentos de solidariedade e justiça social.

Enquanto prática o Voluntariado inscreve-se nas iniciativas e actuações da sociedade civil, sendo expressão de um compromisso para o bem-estar e desenvolvimento de uma comunidade. Enquanto filosofia, traduz uma postura baseada na solidariedade, ajuda, cooperação e participação activa dos indivíduos.

O objectivo último da actuação voluntária é, por tudo o que foi referido, o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida numa sociedade de bem-estar, que comporta a satisfação das necessidades em diversos âmbitos e a progressiva transformação da sociedade no sentido de uma maior humanização.

O reconhecimento do papel do Voluntariado passa, por isso, pelo estabelecimento de uma relação de convergência, cooperação e complementaridade, a um nível institucional, entre o desempenho do Estado, das empresas, das instituições profissionalizadas e das redes informais de apoio, e a um nível mais operacional, entre o desempenho dos técnicos, dos familiares, amigos, vizinhos e todos os actores que se intervêm na resolução das necessidades sociais.

Um desempenho de qualificado, eficaz, conseqüente e consciente do Voluntariado implica, por isso, um investimento sério e activo na formação e qualificação e no enquadramento adequado dos voluntários.

1.2.1. Voluntariado – Solidariedade para a Acção

“É o conjunto de acções, de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.” (n.º1, art. 2º, Lei 71/98 de 3 de Novembro)

Não são consideradas actuações voluntárias:

- Todas aquelas que tenham um carácter isolado e esporádico;
- Todas aquelas que sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança;
- As actividades decorrentes das obrigações dos membros dos órgãos sociais das instituições sem fins lucrativos;
- As actividades decorrentes das obrigações dos sócios das instituições sem fins lucrativos;
- As actividades desenvolvidas no seio dos grupos de auto-ajuda;
- Qualquer actividade da qual resulte uma remuneração ou gratificação, ainda que não seja enquadrada numa relação laboral;

O Voluntariado deve ser...

- ... Um compromisso solidário, responsável e respeitador, por parte de quem promove e de quem executa;
- ... Uma decisão livre, voluntária e consciente;
- ... Isento de protagonismos;
- ... Apoiado em motivações e opções pessoais;
- ... O exercício livre de uma cidadania activa e solidária;
- ... Dignificador da condição humana;
- ... Promotor de uma acção positiva e transformadora das realidades;
- ... Uma acção solidária que reverte para a procura da justiça social e da igualdade de oportunidades;
- ... Desenvolvido por pessoas com formação básica sobre a realidade em que vão actuar;

- ... Um reforço das redes de apoio social (profissionais e de solidariedade espontânea);
- ... Trabalho de equipa;
- ... Um esforço para eliminar as barreiras mentais face às diversas formas de exclusão social;
- ... Uma forma de estar;
- ... Presença.

O Voluntariado não deve ser...

- ... Uma actividade lucrativa ou integrada num sistema de carreiras;
- ... Mão-de-obra gratuita que vise reduzir custos ou substituir um trabalhador qualificado;
- ... “Pára-queda”, sendo o voluntário totalmente alheio à realidade em que vai actuar;
- ... Assistencialismo no sentido em que gera dependências;
- ... Paternalista na medida em que promove a submissão e a desresponsabilização;
- ... Uma terapia;
- ... Um fardo ou sacrifício que afecte a vida pessoal do voluntário.

A acção voluntária é um contributo para:

- Promover o bem-estar e a qualidade de vida em comunidade;
- Ajudar a modificar e erradicar as causas das necessidades sociais e da marginalização social;
- Tornar próximos os problemas de um colectivo e, de forma não burocrática, promover os recursos necessários para fazer frente a esses problemas e construir novas condições sociais em que seja possível superá-los;
- Promover a justiça social e a igualdade de oportunidades.

1.2.2. Voluntário – Uma forma de ser e de estar

“Son aquellas personas que no se conforman con la sociedad en la que les ha tocado vivir y que además no caen en la cómoda tentación de calificar los problemas de su tiempo como inevitables.”¹

Voluntário é o indivíduo que para além dos seus deveres profissionais, de forma livre, continuada, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar actividades no âmbito de uma organização promotora, não para favorecimento próprio, nem de dos associados – diferença para o associativismo – mas em favor de interesses colectivos, de acordo com um projecto que não se esgota na mera intervenção – diferença de assistencialismo – com o propósito de actuar sobre um problema ou necessidade social, procurando identificar e modificar as suas causas.

O Voluntário não nasce... constrói-se!

➤ **As motivações**

As motivações básicas mais frequentemente assinaladas para a acção voluntária são a solidariedade e o altruísmo.

A *solidariedade* na medida em que tem lugar uma “relação de ajuda”, no sentido em que o voluntário actua porque alguém necessita e o *altruísmo* uma vez que essa acção não tem por base interesses económicos, nem a busca de poder ou reconhecimento social.

Na realidade, dificilmente encontramos um voluntário com uma motivação única, na maior parte dos indivíduos as motivações para o voluntariado são múltiplas e podem ser analisadas num contínuo entre o puro egoísmo: receber (porque é uma forma de enriquecer o currículo, de entrar no meio onde poderá vir a integrar-se profissionalmente, porque é uma forma de não estar sozinho, etc.) e o puro altruísmo: dar (porque há pessoas que necessitam de ajuda, porque pode fazer algo útil pela sua comunidade, porque sente que pode colocar os seus conhecimentos e experiências ao serviço dos outros, etc.).

É também possível constatar que nem sempre os voluntários são capazes de identificar claramente as suas motivações. No entanto, mais importante do que a verbalização das motivações é o reflexo nas suas acções.

¹ Roca, Garcia (s/d), Voluntariado Social

Aquelas pessoas que actuam voluntariamente motivadas pelo egoísmo ou pelo altruísmo superficial acabam por não prosperar enquanto voluntários uma vez que a actividade que desenvolvem dificilmente as preencherá. Por outro lado ainda poderá suceder em muitos casos que as pessoas se envolvam em actividades de voluntariado apenas com um vago sentimento solidário, mas que com o desenrolar da sua actividade e contacto com situações concretas, vão desenvolvendo motivações e atitudes efectivamente coerentes com a prática do voluntariado.

Em rigor, qualquer motivação pode levar à acção voluntária, mas a pessoa voluntária não poderá permanecer e evoluir numa entidade com qualquer tipo de motivação. As motivações terão de ser coerentes com a entidade e com a acção voluntária que irá ser desenvolvida, de forma a não haver conflito de interesses e de satisfação de necessidades.

No plano do *dever* o voluntário não deverá ser motivado por interesses pessoais, mas por um compromisso social e solidário para com os demais.

Tipologia de motivações²

Motivações pessoais:

- Desejo de modificar o estilo de vida e abandonar uma dinâmica pouco gratificante;
- Necessidade de dar sentido a uma limitação vivida pelo próprio ou por alguém próximo: doença, morte, separação, perdas, etc.
- Encontrar um mundo de relacionamentos mais próximo e estabelecer laços de confiança;
- Obtenção de reconhecimento social através da utilidade da acção desenvolvida;

Motivações sociais:

- Desejo de conhecimento da realidade social que o rodeia;
- Impotência perante os flagelos sociais;
- Decisão de participar na sociedade de forma directa;
- Consciência do dever e da co-responsabilidade cidadã;

Motivações religiosas:

² Adaptado de Manual para la persona voluntária, 2006, Plataforma de Voluntariado de Espanha

- Procura de um sentido profunda da humanidade;
- Sentido cristão do amor ao próximo;
- Reparação dos sentimentos de culpabilidade;
- Concepção de vida como seguimento e entrega;

Motivações políticas:

- Urgência por influenciar a mudança de um sistema desumano;
- Compromisso com o ideal de renovação da sociedade;
- Consequência directa da ideologia em que milita;
- Sentido da cidadania e da pessoa como ser político;

Motivações solidárias:

- Atracção pelo mundo da solidariedade;
- Compromisso pela justiça e pela liberdade dos seres humanos;
- Eleição da solidariedade enquanto modelo de vida;
- Luta pela transformação do mundo desumanizado.

Nenhuma destas motivações poderá ser considerada melhor ou pior no âmbito da acção voluntária. O importante é que as motivações evoluam, se transformem e dêem lugar a novas motivações, e que, no seu conjunto se convertam em opções claras e valores transmissíveis.

➤ **O Enquadramento**

O Voluntariado, independentemente do âmbito de actuação em que se enquadra responde a uma forma de participação *organizada*. Esta organização subjacente ao voluntariado permite-nos distinguir a acção voluntária, dos gestos isolados e esporádicos de boa vontade, da amizade, das relações familiares ou de boa vizinhança, da caridade, entre outras formas de relacionamento *desinteressadas* (sem contrapartidas económicas) que ocorrem em sociedade.

Por outro lado quando falamos em organização não podemos ter uma perspectiva redutora e considerar que o voluntariado apenas poderá ter lugar no seio de uma entidade legalmente constituída. Essa será a forma de enquadramento do voluntariado *formal*.

No entanto, deveremos reconhecer que existem grupos que, ainda que não estando legalmente constituídos, promovem e dignificam a acção voluntária, uma vez que apresentam estruturas mínimas de organização, uma certa continuidade da acção e investem nas condições mínimas para enquadrar os seus voluntários.

Voluntariado Formal: enquadrado por uma organização promotora, no âmbito de diferentes formas de intervenção (programa, projecto, actividade), preferencialmente regulado pelo Compromisso ou Programa de Voluntariado que expressa a adesão livre, desinteressada e responsável do voluntário a realizar actividades de voluntariado no seio da entidade promotora e consubstancia as relações mutuas da organização promotora e do voluntário, correspondentes ao conteúdo, à natureza, e à duração do trabalho voluntário num quadro de direitos e deveres de ambas as partes.

Voluntariado Informal: não é necessariamente enquadrado por uma entidade legalmente constituída, no entanto, a sua organização é estável, continuada, capaz de dignificar o papel do voluntário uma vez que define as relações mútuas entre a entidade promotora e do voluntário.

Os voluntários dão	Os voluntários recebem
Tempo Entusiasmo Conhecimentos Compromisso Responsabilidade	Reconhecimentos Experiências Novas habilidades "Salário emocional" Contactos pessoais
As organizações dão	As organizações recebem
Oportunidades de enquadramento Formação Gestão Apoio Reconhecimento Motivação Recursos Seguro Compensação de custos inerentes ao exercício da actividade	Oportunidade para diversificar as suas actividades Complementaridade com o trabalho técnico Reconhecimento público Aproximação à comunidade Representatividade

➤ **Características do Voluntário – valores e atitudes**

Quando nos referimos a atitudes e características poderemos correr o risco de dar a entender que existe um perfil do voluntário.

Efectivamente não se pode delimitar o *perfil único do voluntário* em termos de idade, educação, sexo ou aptidões. Pensar *no perfil* do voluntário é considerar que existe um modelo ideal de voluntário, o que não se compadece com as características da pluralidade e diversidade que caracterizam actualmente o voluntariado.

O voluntário não nasce, constrói-se, facto que requer por parte da entidade um investimento no acompanhamento e na formação dos voluntários.

Não só quem é especialista em alguma coisa pode ser voluntário. Todas as pessoas têm capacidades, habilidades, competências e dons.

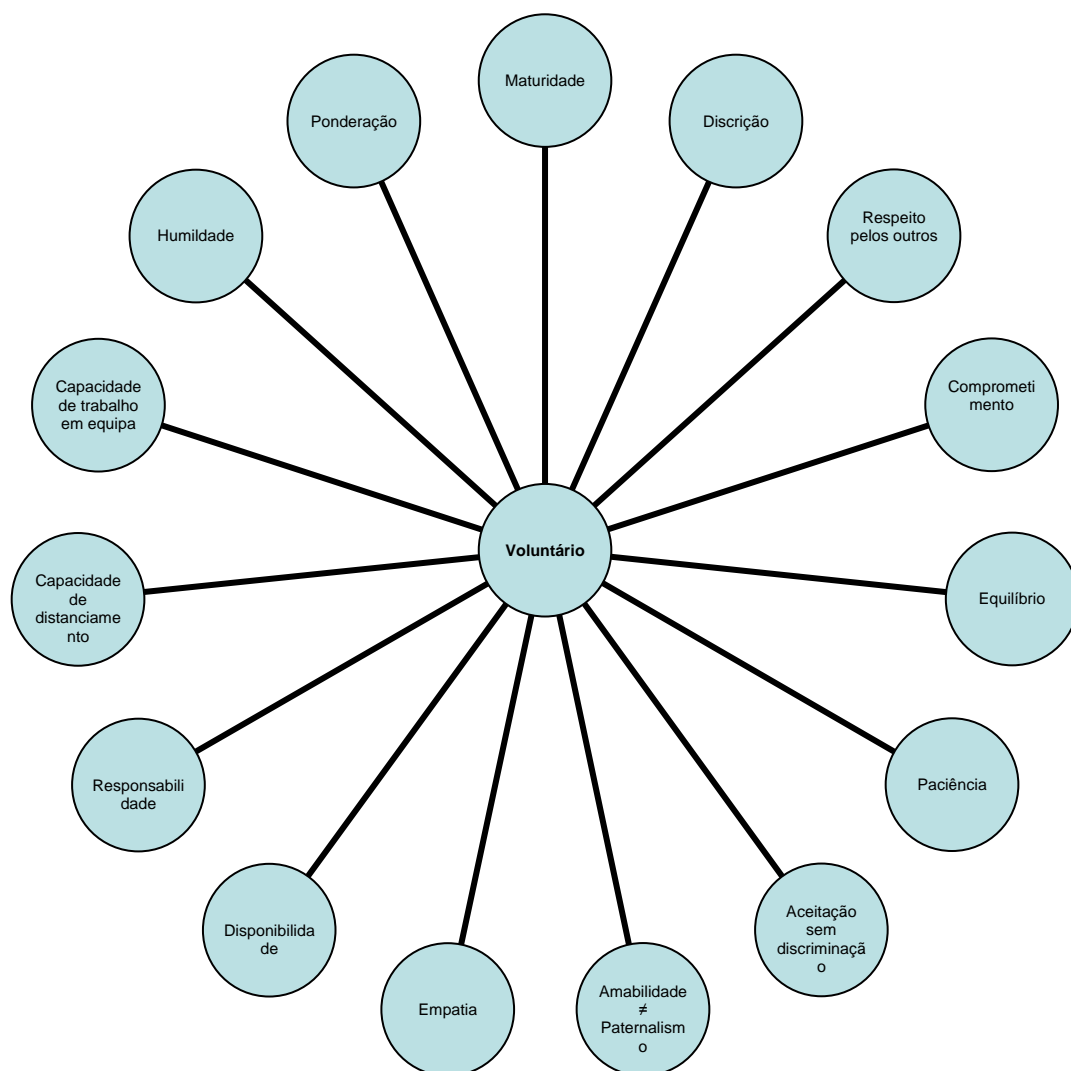
Todas as pessoas podem ser voluntárias, desde que enquadradas em função das suas aptidões próprias e uma vez tenham capacidade para assumir as suas responsabilidades. A chave está em encontrar o lugar adequado para cada pessoa. É na prática que cada pessoa irá descobrir e construir o seu papel enquanto voluntário.

Poderemos certamente traçar alguns elementos comuns entre os voluntários³:

- Inquietude e interesse pelo voluntariado e pela actividade que realiza;
- Disponibilidade para dedicar o seu tempo livre à actividade voluntária e à preparação exigida para a mesma;
- Abertura, respeito e tolerância com todos os seres humanos;
- Generosidade e gratuidade na promoção dos interesses daqueles a quem se dirige a sua actividade;

Da mesma forma poderemos, a título indicativo, enumerar algumas características (valores e atitudes) que contribuem para uma prática qualificada do voluntariado:

³ *Adaptado de* Manual para la persona voluntária (2006), Plataforma de Voluntariado de Espanha



Mais do que procurar encontrar nas pessoas todas as atitudes e competências ideais num contexto, é necessário ter consciência do investimento necessário para consolidar uma cultura do voluntariado.

3. Questões mais pertinentes a lembrar

- O Voluntariado contemporâneo é diverso, plural e polivalente na mesma medida dos âmbitos de actuação e contextos sociais e culturais em que esta actividade se pode desenvolver;
- O Voluntariado contemporâneo é, indiscutivelmente, um exercício de cidadania e de participação que tem por base os conceitos de solidariedade, justiça social e igualdade de oportunidades. Uma acção que não se limita a resolver problemas imediatos, mas que procura a causa desses problemas, que as

denúncia, e que as procura modificar - o voluntariado adquiriu um carácter transformador.

- No âmbito do voluntariado, a participação não deve ser encarada como um acção esporádica, mas sim como uma acção organizada dos cidadãos que assumem livremente o compromisso de cooperar para o desenvolvimento da sua comunidade e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida, em todas as suas dimensões,
- Um desempenho qualificado, eficaz, conseqüente e consciente do Voluntariado implica um investimento sério e activo na formação e qualificação e no enquadramento adequado dos voluntários.
- Não são consideradas actuações voluntárias:
 - Todas aquelas que tenham um carácter isolado e esporádico;
 - Todas aquelas que sejam determinadas por razões familiares, de amizade e de boa vizinhança;
 - As actividades decorrentes das obrigações dos membros dos órgãos sociais das instituições sem fins lucrativos;
 - As actividades decorrentes das obrigações dos sócios das instituições sem fins lucrativos;
 - As actividades desenvolvidas no seio dos grupos de auto-ajuda;
 - Qualquer actividade da qual resulte uma remuneração ou gratificação, ainda que não seja enquadrada numa relação laboral;
- Voluntário é o indivíduo que para além dos seus deveres profissionais, de forma livre, continuada, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar actividades no âmbito de uma organização promotora, não para favorecimento próprio, nem de dos associados – diferença para o associativismo – mas em favor de interesses colectivos, de acordo com um projecto que não se esgota na mera intervenção – diferença de assistencialismo – com o propósito de actuar sobre um problema ou necessidade social, procurando identificar e modificar as suas causas.
- Diferentes motivações podem levar à acção voluntária, mas a pessoa voluntária não poderá permanecer e evoluir numa entidade com qualquer tipo de motivação. As motivações terão de ser coerentes com a entidade e com a

acção voluntária que irá ser desenvolvida, de forma a não haver conflito de interesses e de satisfação de necessidades.

- O Voluntariado, independentemente do âmbito de actuação em que se enquadra responde a uma forma de participação *organizada*. Esta organização subjacente ao voluntariado permite-nos distinguir a acção voluntária, dos gestos isolados e esporádicos de boa vontade, da amizade, das relações familiares ou de boa vizinhança, da caridade, entre outras formas de relacionamento *desinteressadas* (sem contrapartidas económicas) que ocorrem em sociedade.
- O Voluntário não nasce, constrói-se, facto que requer por parte das instituições um investimento no acompanhamento e na formação dos voluntários.
- Todas as pessoas podem ser voluntárias, desde que enquadradas em função das suas aptidões próprias e uma vez tenham capacidade para assumir as suas responsabilidades. A chave está em encontrar o lugar adequado para cada pessoa. É na prática que cada pessoa irá descobrir e construir o seu papel enquanto voluntário.

1.4. Exercício Prático

Actividade 1

Reúna um grupo de debate e, em conjunto procurem encontrar a vossa definição de voluntariado.

Actividade 2

Converse com outros voluntários sobre as vossas motivações para fazer voluntariado. Identifiquem-nas e justifiquem-nas. O que têm em comum?

(A mesma pessoa poderá tentar comparar duas situações em que fez voluntariado e procurar identificar as diferentes motivações subjacentes a cada uma).

Actividade 3

Construa uma personagem com uma atitude e comportamentos totalmente avessos ao voluntariado. Apresente-o ao grupo e peça-lhes para definirem uma estratégia para “construir” um voluntário, a partir dessa pessoa.

2. Regime Jurídico do Voluntariado

Maria João Tomé

2.1. Objectivos do Módulo

É objectivo deste módulo abordar a legislação que regulamenta a temática do voluntariado em Portugal, enquadrando-a com as suas fontes de direito, nacionais e internacionais.

Pretende-se que, através da análise das questões jurídicas que os formandos sejam capaz de identificar o que se considera serem os dois vectores fundamentais do Regime Jurídico do Voluntariado em Portugal:

1. Direitos e deveres do Voluntário
2. O programa de voluntariado

2.2. Direitos e deveres do Voluntário

A regulamentação do voluntariado actualmente vigente em Portugal não surgiu de “geração espontânea”. Na sua criação estiveram subjacentes algumas premissas que não poderão ser esquecidas e que permitem entender as opções do legislador por um ou outro aspecto.

Assim sendo, teremos necessariamente por começar a analisar estas questões abordando a temática das FONTES DO DIREITO, isto é, de outras normas, cronologicamente anteriores às normas actualmente vigentes e que podemos considerar como tendo sido os pilares da legislação actual.

Assim, existem as seguintes **Fontes do Direito:**

- **Declaração Universal dos Direitos do homem – 1948**

Foi proclamada em 1948, no pós 2ª. Grande Guerra Mundial, e foi um elemento estabilizador de uma sociedade conturbada e em transformação; Foi um marco inovador por vários motivos, nomeadamente porque vem defender a liberdade e igualdade de direito de todos.

Não se nos afigura possível proclamar direitos dos voluntários antes de serem proclamados os direitos do homem! Por isso, podemos considerar que foi instrumento de desenvolvimento a nível cultural, económico e social.

- **Convenção sobre os Direitos da Criança – 1989**

Já existia anteriormente a Declaração dos Direitos da Criança, adoptada pela Organização das Nações Unidas, desde 20 de Novembro de 1959. E posteriormente surgiram novas resoluções da Assembleia-geral da ONU, nomeadamente em 1974, 1985 e 1986. Todos estes documentos serviram como bases de estudo e mais tarde é proclamada a Convenção em 1989, na sequência dos documentos anteriores.

- **Declaração Universal sobre o Voluntariado – 1990**

Teve como fonte os dois documentos anteriormente citados: Declaração Universal dos Direitos do homem e Convenção sobre os Direitos da Criança.

Esta Declaração surge em cumprimento da decisão tomada no Congresso de Washington em 1988 e foi proclamada em 14/09/1990, após o “Live 90” – Congresso Mundial de Voluntários reunidos em Paris. (Anexo I)

Mais recentemente surge a **Legislação do Voluntariado**, que passamos agora a apresentar.

As normas actualmente vigentes são as adiante referidas:

- **Lei nº. 71/98, de 3 de Novembro** (Anexo II)

Bases do enquadramento jurídico do voluntariado

- **Decreto-lei nº. 389/99, de 30 de Setembro** (Anexo III)

Regulamenta a Lei nº. 71/98, de 3 de Novembro

Este Decreto-Lei foi posteriormente alterado pelas seguintes normas:

Decreto-lei nº. 176/2005, de 25 de Outubro

Portaria nº. 87/2006, de 24 de Janeiro

(É de salientar que as alterações introduzidas são relativas ao cartão do voluntário).

- **Resolução do Conselho de Ministros nº. 50, de 30 de Março de 2000, publicado no Diário da Republica, 2ª. Série nº. 94, de 20 de Abril.**

Define a composição e o funcionamento do Conselho Nacional para a promoção do Voluntariado (Anexo IV).

- **Resolução da Assembleia da Republica nº.7/99, de 19 de Fevereiro**

Aprova, para ratificação, o Tratado de Amesterdão, que altera o Tratado da União Europeia, os tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados, incluindo o Anexo e os Protocolos, bem como a Acta Final com as Declarações, entre as quais a 38, relativa às actividades de Voluntariado.

- **Decreto-lei nº. 40/89, de 12 de Fevereiro**

Institui o seguro social voluntário, regime contributivo de carácter facultativo no âmbito da Segurança Social, em que podem ser enquadrados os voluntários.

Nota: Este seguro foi objecto de adaptação ao voluntariado pelo Decreto-lei nº 389/99, de 30 de Setembro (Anexo V).

- **Resolução 40/212 da Assembleia geral das Nações Unidas, de 17 de Dezembro de 1985.**

Convida todos os governos a celebrar anualmente, a 5 de Dezembro, o Dia Internacional dos Voluntários.

- **Declaração Universal do Voluntariado de Janeiro de 2001**

Adoptada pelo Conselho Internacional de Administradores do IAVE – Associação Internacional para o Esforço Voluntário, na sua 16ª. Conferência Mundial de Voluntariado, em Amesterdão.

Estas são as normas imprescindíveis de conhecer. No entanto, podemos resumir as questões que consideramos mais relevantes na criação daquilo que podemos apelidar de **Estatuto do Voluntário**.

Este é uma síntese de princípios, direitos e deveres devidamente inscritos nos diplomas legais que regem a sua actividade e que – recordamos – são: a Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro e o Decreto-Lei n.º 389/99 de 30 de Setembro

Assim sendo pode perguntar-se: Quais os princípios do voluntariado?

O artigo 6.º da Lei nº. 71/98 refere como **"Princípios enquadradores do voluntariado"**os seguintes:

- **Solidariedade**

Responsabilidade de todos os cidadãos na realização dos fins do voluntariado.

- Participação

Intervenção de voluntários e de entidades promotoras em áreas de interesse social.

- Cooperação

Concertação de esforços e de projectos de entidades promotoras de voluntariado.

- Complementaridade

O Voluntário não deve substituir os recursos humanos das entidades promotoras.

- Gratuidade

O Voluntário não é remunerado pelo exercício do seu voluntariado.

- Responsabilidade

O Voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários desse trabalho voluntário.

- Convergência

Harmonização da actuação do voluntário com a cultura e objectivos da entidade promotora.

Mas para além dos princípios – que como estamos a falar de lei – poderemos considerar que têm aplicação universal, devido ao seu carácter geral e abstracto, deveremos ainda analisar a questão dos **direitos e dos deveres dos voluntários** que se alicerçam nos princípios supra mencionados.

Desta forma, os **Direitos do voluntário** são:

- A.** Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- B.** Dispor de um cartão de identificação de Voluntário;
- C.** Enquadrar-se no regime do seguro social voluntário, caso não esteja abrangido por um regime obrigatório de segurança social;
- D.** Exercer o trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;

- E.** Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pela entidade promotora, em caso de missões urgentes, situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
- F.** Receber as indemnizações, subsídios e pensões, bem como outras regalias previstas na lei, em caso de acidente ou doença contraída no exercício do trabalho voluntário;
- G.** Estabelecer com a entidade promotora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
- H.** Ser ouvido na preparação das decisões da entidade promotora que afectem o desenvolvimento do seu trabalho voluntário;
- I.** Beneficiar de um regime especial de utilização de transportes públicos;
- J.** Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma actividade programada pela entidade promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas, dentro dos limites estabelecidos;
- K.** As faltas justificadas previstas na alínea E) contam como tempo de serviço efectivo e não podem implicar perda de direitos e regalias;
- L.** A qualidade de Voluntário é compatível com a de associado, de membro dos corpos sociais e de beneficiário da entidade promotora onde exerce voluntariado.

Para além dos direitos, existem os correspondentes **Deveres dos voluntários**, que poderemos apresentar de forma resumida:

- A.** Respeitar os princípios deontológicos por que se rege a actividade que realiza;
- B.** Observar as normas que regulam o funcionamento da entidade promotora e dos respectivos programas ou projectos;
- C.** Actuar de forma diligente, isenta e solidária;
- D.** Participar nos programas de formação destinados aos voluntários;
- E.** Zelar pela boa utilização dos recursos e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
- F.** Colaborar com os profissionais da entidade promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;

G. Não assumir o papel de representante da entidade promotora sem o conhecimento e prévia autorização desta;

H. Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o programa acordado com a entidade promotora;

I. Utilizar devidamente a identificação como Voluntário no exercício da sua actividade de voluntariado.

Estes serão os deveres em *abstracto*; no entanto, se os quisermos relacionar de outra forma, poderemos dizer que eles existem em relação com outrem, a saber:

Para com OS DESTINATÁRIOS:

- Respeitar a vida privada e a dignidade da pessoa;
- Respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais;
- Guardar sigilo sobre assuntos confidenciais;
- Usar de bom senso na resolução de assuntos imprevistos, informando os respectivos responsáveis;
- Actuar de forma gratuita e interessada, sem esperar contrapartidas e compensações patrimoniais;
- Contribuir para o desenvolvimento pessoal e integral do destinatário;
- Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário.

Para com A ORGANIZAÇÃO PROMOTORA:

- Observar os princípios e normas inerentes à actividade, em função dos domínios em que se insere;
- Conhecer e respeitar estatutos e funcionamento da organização, bem como as normas dos respectivos programas e projectos;
- Actuar de forma diligente, isenta e solidária;
- Zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor;
- Participar em programas de formação para um melhor desempenho do seu trabalho;
- Dirimir conflitos no exercício do seu trabalho de voluntário;
- Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário.

- Não assumir o papel de representante da organização sem seu conhecimento ou prévia autorização;
- Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade;
- Informar a organização promotora com a maior antecedência possível sempre que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário.

Para com OS PROFISSIONAIS:

- Colaborar com os profissionais da organização promotora, potenciando a sua actuação no âmbito de partilha de informação e em função das orientações técnicas inerentes ao respectivo domínio de actividade;
- Contribuir para o estabelecimento de uma relação fundada no respeito pelo trabalho que cada um compete desenvolver.

Para com OS OUTROS VOLUNTÁRIOS:

- Respeitar a dignidade e liberdade dos outros voluntários, reconhecendo-os como pares e valorizando o seu trabalho;
- Fomentar o trabalho de equipa, contribuindo para uma boa comunicação e um clima de trabalho e convivência agradável;
- Facilitar a integração, formação e participação de todos os voluntários.

Para com A SOCIEDADE:

- Fomentar uma cultura de solidariedade;
- Difundir o voluntariado;
- Conhecer a realidade sócio-cultural da comunidade, onde desenvolve a sua actividade de voluntário;
- Complementar a acção social das entidades em que se integra;
- Transmitir com a sua actuação, os valores e os ideais do trabalho voluntário.

Esta interacção entre o voluntário e os restantes parceiros aqui apresentada foi adaptada do site da Comissão Nacional para a Promoção do Voluntariado e trazemo-

la aqui porque nos parece uma forma muito feliz de apresentar a questão dos deveres, não só porque os relaciona como correspondentes direitos, anteriormente mencionados, mas também porque demonstra de forma muito clara que o Voluntário não é um ente isolado – muito pelo contrário!

E é exactamente pelo facto de o Voluntário não ser um ser isolado, que a sua actividade deverá ser enquadrada numa organização. E por isso deverá ser passado a escrito o acordado: poderemos chamar-lhe “programa”, “acordo”, “protocolo”... mas nunca deveremos apelidá-lo de contrato para não implicar outras questões jurídico fiscais mais complexas. Existe liberdade na forma do documento a efectuar entre as partes. No entanto a CNPV apresenta uma sugestão que nos parece ser de aderir (Anexo VI).

2.3. Questões mais pertinentes a lembrar

Em jeito de resumo conclusivo poderemos dizer que são de reter os seguintes aspectos:

- Conceito de fontes do direito e sua relevância
- Normas actualmente vigentes em Portugal
- Estatuto do Voluntário – dividido em três vertentes:
- Princípios do Voluntariado
- Direitos do Voluntário
- Deveres do Voluntário
- Noção do Programa de voluntariado: Sua importância e forma.

3. O Voluntário e as Organizações

Luís Sebastião

3.1. Objectivos do Módulo

O módulo **O voluntário e as organizações** visa uma abordagem compreensiva do voluntário como um *agente situado e comprometido*. Ser *agente* significa que é próprio do voluntário *agir* e agir implica *finalidades, escolhas e competências*. No caso específico da acção do voluntário estas competências são sempre, e em simultâneo, competências *técnicas e relacionais ou comunicacionais*.

Neste contexto, a primeira sessão do módulo é dedicada à abordagem *fenomenológica* do modo particular do ser e do agir humanos. Isto é, procura-se que cada formando, no fim da sessão, se conheça melhor a si e aos outros e compreenda a natureza ética de toda e qualquer acção humana.

Ser *situado* significa que cada pessoa humana vive e age num determinado contexto particular. Este contexto é, em simultâneo, lugar de reconhecimento e de acolhimento, fonte de recursos materiais e humanos para a acção e, inevitavelmente, também factor limitante das possibilidades e dos modos de agir. No caso do trabalho voluntário, são a sociedade civil e as organizações sem fins lucrativos que constituem o seu enquadramento normal.

Por isso, os objectivos fundamentais da segunda sessão do módulo consistem na busca da compreensão da natureza plural e complexa da sociedade civil, das suas organizações e do seu funcionamento. Atenção particular é concedida ao estudo dos diversos tipos e patamares de comunicação inter-pessoal e organizacional.

Dizer que é *comprometido* significa remeter para as dimensões comunitária, social e política da acção de voluntariado. O compromisso remete, em simultâneo para as ideias de missão, de projecto e de partilha de tarefas e responsabilidades.

A terceira sessão é, assim, dedicada à discussão de políticas públicas sócio-culturais e dos modos concretos de intervenção nessas mesmas áreas.

Apesar da brevidade do módulo procura-se perseguir, para além dos objectivos cognitivos e metacognitivos expressos anteriormente, objectivos de natureza psico-afectiva e de desenvolvimento pessoal. Na verdade, as metodologias utilizadas procuram propiciar o encontro interpessoal, a capacidade de dialogar, de cooperar e de produzir consensos.

3.2.1. O voluntário e a ética

Quando procuramos uma definição de *voluntário*, por exemplo junto de um dicionário, como seja o caso do *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, encontramos o seguinte: “que não é forçado, que depende da vontade ou é controlado por ela” ou, numa outra acepção “que age apenas segundo a sua própria vontade”. Se procurarmos aprofundar ainda um pouco mais a questão e formos à procura numa enciclopédia como a *Logos* encontramos a afirmação de que voluntário é o acto que “procede da vontade humana iluminada pelo conhecimento antecedente do bem”. Já quanto a *vontade*, o mesmo Houaiss diz que é a “faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar ou deixar de praticar certo actos”.

Só a partir do que já se disse, se está a ver que o que é próprio do voluntário é o agir por livre determinação da vontade, fazendo determinadas escolhas, recusando outras, sempre em função do que lhe dita a sua consciência, sempre em função do que ele considera ser *o bem*.

Se tomarmos por boa esta afirmação vemos, então, que o primeiro e o maior problema com que se depara cada voluntário é, precisamente o de saber o que é o bem.

Socorramo-nos do mesmo método que temos vindo a seguir. Consultando de novo a *Logos*, vemos que “Bem designa, em geral, o acordo do que uma coisa é com o que ela deve ser. Nesta coincidência do ser com o dever-ser mostra-se que apreendemos o Bem como a anulação de uma distância, pelo menos ideal, entre o que é e o que deve ser. (...). Bem designa, pois, plenitude e perfeição de ser. Plenitude e perfeição que implicam também referência ao momento dinâmico da evolução e desenvolvimento dos seres.”

Podemos, assim, perceber que voluntário é todo aquele que age de livre vontade no sentido de contribuir para a perfeição dos seres. Isto é, para a plena realização das potencialidades dos seres, dos seres humanos em particular.

Em rigor a questão não é assim tão simples quanto possa parecer, porque parece não haver unanimidade sobre o que é ser verdadeiramente humano e, portanto, sobre quais são as qualidades, as características, as potencialidades que os humanos devem desenvolver em si mesmos. Os chamados temas fracturantes da sociedade actual, que uma revista de grande circulação ainda há pouco tempo identificava como sendo a eutanásia clínica, a união homossexual, a adopção por *gays* ou a

liberalização de drogas leves⁴ relevam, precisamente, dessas diversas concepções do que é o ser humano ou o que é o bem.

É por isso que, desde os princípios da humanidade, os humanos têm andado a discutir acerca de saber o que é ser-se humano. Já sobre o pórtico do Templo de Delfos, na Grécia antiga, estava escrito: *conhece-te a ti mesmo*, como uma invectiva dos deuses para que os humanos se procurassem conhecer nas suas potencialidades e nas suas limitações, para que procurassem saber o que lhes convém.

É a esta busca sobre o que convém ao ser humano que nós chamamos **ética**.

Tentemos, pois, ver se há algumas coisas que possamos dizer sobre o que é ser humano e que sejam de tal modo consensuais que as possamos tomar por adquiridas.

De entre todas as possíveis, duas há que me parecem de importância inquestionável para a compreensão da dimensão ética do voluntariado.

A primeira, é a de que o humano é um ser de sentidos e significados. A segunda é a de que o humano só é humano para e com os outros. Aliás, de um modo geral, podemos dizer que uma decorre da outra.

A primeira, quer dizer que os seres humanos “habitam” três mundos. Habitam o mundo que partilham com as coisas e no qual são “uma coisa entre coisas” e habitam os mundos das suas consciências onde todas as coisas existem ordenadas numa unidade de sentido e que são mundos que partilham com os outros através da linguagem.

Estes mundos, partilhados pela linguagem dão origem à emergência de um terceiro tipo de mundo, objectivo, ordenado, preñado de Sentido, a que poderíamos chamar, por conveniência de linguagem, *cultura* ou, se formos mais ambiciosos e incorporarmos uma perspectiva histórica, podemos chamar civilização. Em bom rigor, só este último “mundo” é que é, verdadeiramente, um mundo humano.

A segunda quer dizer que cada ser humano só se torna humano – ou melhor, cada ser humano só é trazido à humanidade – na medida em que é acolhido numa comunidade humana que lhe dá a linguagem e, por essa via, lhe franqueia o acesso ao mundo humano. Neste sentido, somos absolutamente dependentes dos outros. Sem eles, não sobreviveríamos, desde logo, no plano biológico mas, sobretudo, nunca seríamos guindados à condição da humanidade plena.

⁴ Cf. o dossier de capa “Em Portugal, depois do aborto, o que (ainda) nos divide” da revista *FOCUS*, nº 384, 21 a 27/2/2007, pp. 120-125.

O enraizamento profundo dessa condição na nossa natureza radica no facto de que nascemos e crescemos “carentes” dos outros. Há uma espécie de deficit original – que se exprime por uma anseio radical – dos outros em nós. E só a partilha, a comunicação e a comunhão ajudam a suprir essa “falta essencial”.

Já Sócrates, no *Banquete*, fala deste sentimento de incompletude que só se satisfaz no encontro com o outro:

“Noutro tempo, a natureza humana era muito diferente do que é hoje. Primeiro havia três classes de homens: os dois sexos que hoje existem, e um terceiro, composto de estes dois, o qual desapareceu tendo-se conservado apenas o nome. Este animal formava uma espécie particular e chamava-se andrógino, porque reunia o sexo masculino e o feminino; porém, já não existe e o seu nome está em descrédito.(...) Os corpos eram robustos e vigorosos e de coração animoso e por isso conceberam a atrevida ideia de subir ao céu e de combater os deuses (...). Zeus examinou com os deuses o partido que devia tomar-se(...). Por fim, depois de demoradas reflexões, Zeus expressou-se nestes termos: creio ter encontrado uma maneira de conservar os humanos e torná-los mais circunspectos e consiste em diminuir as suas forças. Separá-los-ei em dois; assim se tornarão débeis e teremos outra vantagem que é a de aumentar o número dos nossos servidores (...).

Depois de esta declaração, o deus fez a separação que acabava de resolver (...). Feita esta divisão, cada metade fazia esforços para encontrar a outra metade de que havia sido separada.

(...)

Cada um de nós, não é mais do que a metade de homem, que foi separada do seu todo como se divide uma folha em dois. Estas metades procuram sempre as suas metades”.

Platão, *O Banquete*⁵

Damos, aqui, mais um passo importante. O voluntário age movido pelo desejo de comunicar e comungar com os outros nesse mundo que é o da nossa cultura e, desse modo, sentir-se plenificado. Isto é, no encontro e na partilha com os outros sentir-se aceite, seguro e, sobretudo útil.

⁵ A tradução, da responsabilidade do autor, é feita a a partir da edição feita pela Editorial Porrúa, México, em 1993, dos *Diálogos* de Platão.

Por isso, existe aqui um risco ético de que devemos estar conscientes para o podermos evitar: o da instrumentalização do outro. Na verdade, se nos relacionarmos com os outros com vista à obtenção de uma qualquer forma de benefício pessoal, material, afectivo, ou outro, estamos a usar os outros como meios. Ora esse é um verdadeiro atentando à dignidade do outro que deve ser considerado como um fim em si mesmo, sendo nisso mesmo que radica a o próprio conceito de dignidade humana.

Na verdade, escreveu Kant:

“A necessidade de agir segundo (...) o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas sim somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como legisladora, porque de outra forma não se podia pensar como fim em si mesmo. A razão relaciona pois cada máxima da vontade concebida como legisladora universal com todas as outras vontades e com todas as acções para connosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer outro móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia da dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá.

*“No reino dos fins, tudo tem ou um **preço** ou uma **dignidade**. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade.*

(...)

Ora a moralidade é a única condição que pode fazer de um ser racional um fim em si mesmo, pois só por ela lhe é possível ser membro legislador no reino dos fins. Portanto a moralidade, e a humanidade enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.”

Immanuel KANT, *Fundamentação da Metafísica dos costumes*.⁶

Quer isto dizer, então, que nas relações entre as pessoas, e de um ponto de vista ético, o cuidar do outro está primeiro, pelo que ele é, como fim em si mesmo. E o retorno que daí cada um retira, em termos de se completar, de suprir o seu sentimento de carência do outro, é secundário. Decorre da prática do cuidado como dádiva, como um dom que os outros nos fazem.

A dignidade da pessoa humana é o grande critério de discernimento ético de que nos podemos socorrer na nossa relação com os outros e connosco mesmos.

⁶ Immanuel KANT, *Fundamentação da Metafísica dos costumes*, Trad. de Paulo Quintela, Lisboa. Edições 70, s. d. ,p. 77.

Mas importa, talvez, encontrar uma formulação mais operatória que ajude os voluntários a terem uma percepção mais clara de quais são os seus deveres. É para isso que servem os códigos deontológicos. A palavra deontologia quer dizer, precisamente, estudo dos deveres. Acontece que a afirmação dos deveres e a sua consagração em códigos deontológicos empobrecem a realidade. Temos que dar “a razão das nossas acções” e esse é o trabalho da ética, que é o que temos vindo a fazer até aqui. Porém, ter presente um conjunto de normas gerais que nos dão indicações do modo de agir considerado correcto em determinado momento, em determinado grupo social ou profissional, pode fazer-nos poupar imenso tempo e ajudar-nos a tomar decisões debaixo de *stress*, em situações de risco ou em situações de muito difícil caracterização. É por isso que se propõe, de seguida, um código deontológico para o trabalho voluntário, tal como foi proposto por um conjunto de associações de trabalho benévolo da Europa, liderado pela Liga Italiana Contra o Cancro. Não se trata, naturalmente, de um texto intocável, mas parece um bom código de conduta, enquanto outro melhor não for consensualizado:

CÓDIGO DE CONDUTA DO VOLUNTÁRIO

Artgº 1 – O voluntário dedica-se ao bem estar e à dignidade do ser humano e ao bem comum. Age sempre no respeito pelos direitos fundamentais da humanidade. Não impõe os seus próprios valores.

Artgº. 2 – O voluntário respeita a pessoa com quem entra em contacto, sem distinção de idade, sexo, raça, religião, nacionalidade, ideologia ou riqueza.

Artgº. 3 – O voluntário age livremente e cumpre os compromissos e as tarefas que assume.

Artgº. 4 – O voluntário age onde faz mais falta, fazendo o que é necessário e não o que é mais gratificante.

Artgº. 5 – O voluntário não procura benefícios da sua actividade. Não aceita presentes nem favores, salvo se forem de valor muito modesto.

Artgº. 6 – O voluntário colabora com outros voluntário e toma participação plenamente nas actividades da sua organização. Participa em reuniões em ordem a reforçar a sua motivação com espírito de equipa.

Artgº. 7 – O voluntário compromete-se a uma formação permanente no seio da sua organização.

Artgº. 8 – O voluntário está obrigado a manter segredo profissional em relação a toda a informação que lhe seja dada ou a que tenha acesso no decurso da sua actividade.

Artgº. 9 – O voluntário respeita as leis do Estado, o estatuto e os regulamentos da sua organização. O voluntário procura atrair outras pessoas para os valores do serviço voluntário.

Artgº. 10 – O voluntário realiza a sua actividade assegurando-se de que todos o podem identificar. Não se introduz anonimamente e oferece a garantia de ser plenamente apoiado por uma organização reconhecida pelas leis do Estado.

3.2.2. A comunicação interpessoal

Referimo-nos, várias, vezes, no ponto anterior, à importância da comunicação no contexto da construção do humano e nas relações eticamente determinadas. Olhemos com um pouco mais de atenção para esta questão.

Falamos muitas vezes de comunicação sem que nos detenhamos a pensar o que é que isso quer dizer.

Partamos de uma das muitas possíveis definições:

A palavra comunicar quer dizer “pôr em comum”, “entrar em relação com”. Assim, podemos dizer que “comunicar é trocar ideias, sentimentos e experiências entre pessoas que conhecem o significado do que se diz e do que se faz”⁷. Logo da definição decorre que não se comunica só quando se fala, mas também quando se faz qualquer coisa. Isto quer dizer que estamos sempre em comunicação. Todos sabemos como os silêncios, os olhares, os gestos, o modo como nos vestimos, como respeitamos ou ostensivamente rejeitamos tradições, usos e costumes, são cheios de significados.

Um dos problemas grandes da comunicação é o de que muitas vezes, precisamente porque estamos sempre a comunicar, pelo que dizemos e pelo que não dizemos, pelos gestos que fazemos, pelos olhares, pelos sorrisos e outras expressões faciais, muitas vezes dizemos o que não queremos e não dizemos os que queremos.

Porque não podemos não comunicar, temos que estar permanentemente atentos aos sinais que emitimos consciente e inconscientemente. Sobretudo em situações, como são aquelas em que nos desempenhamos como voluntários, em que é imperioso manter controlo sobre a comunicação.

Além disso, comunicar é um processo dinâmico em que estão sempre envolvidos pelo menos dois sujeitos – às vezes mais. Por isso, não basta emitir informações. Há que recebê-las, estar atentos a essas informações que iniciam ou continuam esses processos de comunicação e agirmos em conformidade com esse contexto comunicativo.

Sobretudo escutar é uma actividade fundamental à comunicação. Devemos fazê-lo sem juízos preconcebidos e sem cairmos na tentação – tão frequente – de acharmos que sabemos o que o outro vai dizer antes mesmo de que ele o tenha dito. Muitos

⁷ Também para este tópico sobre comunicação nos socorremos do livro *Psicologia das Relações interpessoais* de M. Odete Fachada, 1º Vol., publicado pelas Edições Rumo.

equivocos de comunicação e muitos problemas deles resultantes resultam desse fenómeno.

Além disso, o processo de comunicação não é um processo fácil porque pressupõe que sejamos capazes de partilhar o significado que damos às coisas.

“Por isso, é fundamental que, no processo de comunicação, tenhamos presente, não só o significado que atribuímos às coisas, aos nossos gestos, palavra e expressões, mas que atendamos também às possíveis significações que as outras pessoas, com quem comunicamos, lhes possam dar”⁸

Naturalmente que muito haveria que desenvolver na análise de cada um dos aspectos acima mencionados, mas isso escapa à natureza e à dimensão deste manual. Porém, e com um alerta muito intenso para o facto de que regras simples só com muita cautela se podem usar em situações complexas, aqui ficam alguns princípios fundamentais para quem está em contacto com os outros e pretende melhorar a sua capacidade de comunicação interpessoal como forma de alcançar os objectivos a que se propõe⁹:

- 1- Pronunciar as palavras correcta e claramente;
- 2- Não falar muito alto nem muito baixo, mas assegurar-se de que os outros o ouvem;
- 3- Não falar nem muito depressa nem muito devagar.
- 4- Concentrar-se na mensagem e levar os outros a fazê-lo;
- 5- Ser breve, mas assegurar-se de que não omite informações importantes.
- 6- Usar palavras simples, mas rigorosas.
- 7- Ser autêntico: sorrir é um bom princípio, mas o *rictus* facial deve adequar-se à natureza da mensagem.
- 8- Respeitar o interlocutor.
- 9- Ser simpático.
- 10- Acompanhar as palavras de gestos
- 11- Manter uma boa postura
- 12- Mostrar o rosto aberto;
- 13- Falar olhando sempre para o interlocutor.

⁸ Idem, p. 18

⁹ Adaptado de Idem, pp. 42-43

14- Adaptar a mensagem ao interlocutor.

15- Falar de forma positiva.

3.2.3. Os voluntários e as suas organizações

Como decorre da simples análise do estatuto do voluntário, a sua acção pressupõe, sempre, que haja uma organização sem fins lucrativos que o enquadre.

Ao conjunto das organizações que, independentemente do Estado, desenvolvem, numa base de voluntariado, actividades de relevância social e cívica, chamamos geralmente *sociedade civil*.

A importância que o conceito de sociedade civil tem vindo a ganhar na vida pública e nos discursos dos responsáveis políticos é de tal ordem, que merece uma atenção mais detalhada. Repare-se na definição da *London School of Economics*:

“Sociedade civil refere-se ao conjunto das acções colectivas, exercidas sem coacção, e em torno a interesses, objectivos e valores partilhados. Em teoria, a sua forma institucional é distinta da do Estado, família e mercado, ainda que na prática, as fronteiras entre o estado, a sociedade civil, a família e o mercado sejam frequentemente complexas, difusas e negociadas. A sociedade civil comumente abarca uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando nos seus graus de formalidade, autonomia e poder”.

No contexto português, a sociedade civil é uma realidade frágil, incipiente, que um conjunto de políticas públicas tenta insistentemente promover, sem que uma matriz cultural favorável verdadeiramente viabilize. Na verdade, a cultura portuguesa é marcada pela presença fantasmática de uma realidade paternalista e providencial, que nos tutela e protege e a cuja autoridade nos devemos subtrair, sempre que pudermos, sem que isso nos acarrete prejuízos, como se fôssemos adolescente rebeldes em estado permanente de rebeldia.

Essa entidade fantasmática tem assumido diversas formas históricas, seja o Imperador romano, o Papa e a Igreja católica, o Rei centralista ou o Sr. Presidente do Conselho durante o Estado Novo. Mas teve sempre presente, tornando dispensável –

ou inviabilizando intencionalmente – qualquer tentativa de auto-organização cívica dos cidadãos.

A célebre tese de Max Weber sobre a *Ética protestante e o espírito do capitalismo* tem aqui, em nosso entender uma das mais luminosas demonstrações factuais.

E mesmo hoje, com os órgãos de governo da sociedade a proclamarem a era da sociedade civil, é com imensa dificuldade que governantes e governados aderem a dois conceitos fundamentais para o verdadeiro e bom funcionamento das sociedades civis: o *empowerment* e a *accountability*¹⁰.

Mas a nova realidade político social, com a crise do Estado-providência, com os fenómenos de globalização e todas as alterações que a sua emergência provoca nas nossas organizações, no nosso modo de vida e nas nossas certezas, com a novas vagas de emigração, com a permanência, ou o surgimento, de bolsas de exclusão social, económica, política e cultural, obriga a novas e radicais soluções. Obriga a que os cidadãos tomem consciência desses factos e tomem nas suas mãos a resolução – ou pelo menos as tentativas de solução – desses mesmos problemas.

E isso passa, obrigatoriamente, pela capacidade de se organizarem e de promoverem acções de dimensão significativa e eficazes.

Desenha-se, por isso, um enorme e novo desafio aos cidadãos portugueses: promoverem o surgimento de associações, grupos *ad-hoc*, e outras formas possíveis de organizações que constituam uma verdadeira sociedade civil consciente, participativa e suficientemente forte para se impor aos governos como interlocutora e parceiro social incontornável.

Como contributo para isso, olhemos com alguma atenção para a realidade que são as organizações¹¹.

Comecemos por definir organização com Barnard, para quem *Organização é um sistema de actividades conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas que:*

- a) *estão dispostas a contribuir para uma acção conjunta;*
- b) *pretendem atingir objectivos comuns;*
- c) *que são capazes de comunicar entre si”.*

¹⁰ Por *empowrmet* entende-se a concessão do poder e dos recursos que permitam a realização da tarefa que é confiada a alguém ou a alguma organização. Por *accountability* entende-se a consequente prestação de contas e chamada à responsabilidade desse alguém ou dessa instituição.

¹¹ Nos tópicos que se seguem, pagamos tributo a Maria Odete FACHADA, porque seguiremos de muito próximo o seu módulo “O comportamento individual e interpessoal nas organizações; o processo de liderança” in *Psicologia das Relações Interpessoais*, 2º volume, Rumo, Lisboa, 2001, pp 213 – 302.

Dois dos conceitos mais comumente usados para nos referirmos à qualidade das organizações – se não nos ativermos à bondade dos seus objectivos – são a sua eficácia e a sua eficiência. Tratados, frequentemente, como sinónimos, devemos atentar com cuidado nas suas diferenças. De uma maneira muito geral, podemos dizer que enquanto a eficácia diz respeito ao modo como uma organização alcança os seus objectivos, a eficiência diz respeito ao modo como essa organização, no plano interno se organiza para alcançar esses mesmos objectivos. Deste modo, uma organização pode ser eficiente sem ser eficaz e vice-versa.

É claro que o grande desafio para os voluntários dentro de uma organização é contribuir para que essa organização seja, ao mesmo tempo, eficaz e eficiente.

O seguinte quadro ajuda-nos a compreender as diferenças

EFICIÊNCIA	EFICÁCIA
Ênfase nos meios	Ênfase nos resultados
Fazer correctamente as coisas	Fazer as coisas correctas
Resolver problemas	Atingir objectivos
Salvaguardar os recursos	Optimizar a utilização dos recursos
Cumprir tarefas e obrigações	Obter resultados
Treinar os subordinados	Tornar os subordinados eficazes
Rezar	Ganhar o céu

O que nunca se pode perder de vista é que o essencial das organizações são as pessoas.

E, nas organizações, as pessoas podem ser consideradas seja como “pessoas”, seja como “recursos”. Já vimos atrás que as pessoas têm que ser consideradas como fins em si mesmas, sob condição de serem afectadas na sua dignidade. No entanto, as pessoas divergem quanto a apetências, competências e capacidades. Por isso, releva da boa gestão de recursos humanos a capacidade de, respeitando embora a individualidade, os interesses e mesmo as idiossincrasias de cada um, adequar cada pessoa aos objectivos e às missões da organização.

Em qualquer caso, as organizações só conseguem atingir os seus objectivos através das pessoas que as integram e na medida em que estas se disponham a coordenar os seus esforços no sentido de atingirem objectivos que solitariamente não conseguiriam.

Vê-se, pois, que para cumprir a sua missão, as organizações e as pessoas que as integram, como que estabelecem um contrato, que definem os direitos, as práticas os privilégios e as obrigações de ambas as partes.

E para que a relação – e o contrato – entre as duas partes sejam satisfatórios, é necessário que os objectivos da Organização estejam bem definidos, que haja clareza quanto às estratégias e processos para os alcançar e que a comunicação entre as pessoas, no seio da Organização se faça de forma clara, directa e aberta.

Se assim for, o indivíduo sente-se bem na Organização, porque se sentirá recompensado, isto é, porque se espera que, no final as suas satisfações pessoais serão maiores que o seu esforço pessoal. E a Organização espera que a contribuição de cada indivíduo que nela trabalhe ultrapasse o esforço institucional necessário à obtenção da sua colaboração.

Em todo o caso, o fundamental, para que o voluntário se insira com ganho pessoal, social e institucional numa organização radica na capacidade de o conjunto dos actores suscitarem um *projecto* em que todos se sintam envolvidos, que percebam como seu, que a organização disponibilize os meios, os recursos, à realização do *projecto (empowerment)* e que, no fim, a cada um sejam pedidas contas do seu desempenho (*accountability*).

3.2.4. Os voluntários e os seus projectos

Acabamos de introduzir a ideia de *projecto*. E o *projecto* é um conceito chave para o trabalho voluntário.

Projecto pode definir-se como “ideia, desejo, intenção de fazer ou realizar algo no futuro”. Isto quer dizer, que, num certo sentido o *projecto* antecipa um futuro que nós desejamos ver realizado. Por isso, os *projectos* têm sempre algo que ver com a utopia.

Os *projectos* têm, em consequência desse desejo *projectado* no futuro, uma grande capacidade de congregar esforços, de coordenar intenções e de despoletar sentimentos favoráveis e de cooperação. No fundo, os *projectos* são geradores de um tipo de atitude geral a que um sociólogo italiano, muito conhecido, chamou “estado nascente”. Se bem que a teorização desse conceito se tenha feito tendo em mente a emergência de movimentos humanos de natureza ideológica ou histórica e, portanto,

implicando escalas de grandes dimensões, ele é um conceito operativo, feita a devida adequação de escala ao que se passa dentro de um grupo humano envolvido na realização de um projecto. Atente-se nas palavras com que o próprio Alberoni descreveu um estado nascente:

“Só no estado nascente é que aquelas mesmas pessoas divididas e litigiosas no quotidiano, de repente, parecem esquecer o passado. É como se tivessem acordado e, subitamente, descobrissem uma actividade comum, uma fraternidade comum (...), uma mesma esperança de renovação

(...)

O estado nascente é o momento de ruptura, de descontinuidade, que consente o aparecimento de uma << mutação >> social. Por um breve período de tempo, o ideal torna-se mais importante do que o real e molda-o. As pessoas têm a impressão que o Reino de Deus está a aproximar-se, que é possível uma renovação radical da própria vida, da sociedade, do mundo. É uma imensa energia livre que corre explorando inúmeras direcções, procurando concretizar o seu sonho maravilhoso. Graças a essa extraordinária energia, cria novas ideias, novas solidariedades, novas forças históricas”¹².

3.2.5. O voluntariado em diferentes contextos

Por razões de índole histórica, o trabalho de voluntariado começou por ser confundido com o apoio às pessoas socialmente carenciadas e aos doentes. Aquilo que na linguagem anglo-saxónica se chama *charity*. Neste quadro, o trabalho voluntário era considerado, mesmo nos países onde surgiu em primeiro lugar, caso dos países nórdicos, da Inglaterra e dos Estados Unidos, como elementos marginais das sociedades. Nessa altura, como se viu acima, pensava-se que os governos podiam e deviam cumprir todas as tarefas sociais importantes e, como faz notar Peter Drucker, pensava-se que “o papel das organizações sem fins lucrativos – se acaso os tinham – era complementar os programas oficiais ou acrescentar-lhes alguns adornos específicos”¹³. Ora, as coisas evoluíram muito e, só para dar um exemplo, no início da década de 90, um em cada dois norte-americanos adultos dedicava – e segundo o mesmo autor – três horas semanais ao trabalho voluntário.

¹² Francesco ALBERONI, *A esperança*, Trad. Jorge Valente, Lisboa. Bertrand Editora, 2001, pp. 97-98

¹³ Peter DRUCKER, *As organizações sem fins lucrativos*, Trad. de Ana Barradas, Difusão Cultural, Lisboa, 1993, p. 9.

Este movimento foi-se expandindo e hoje podemos considerar que, mesmo em Portugal, o fenómeno está em franca expansão.

Mas não só se começou a assistir ao florescimento de organizações que se dedicam ao trabalho voluntário de natureza social – apoio a crianças, a idosos, a pessoas portadoras de deficiência, etc. – como se assistiu à emergência de novos contextos de acção, como seja o ambiente, a cultura, a entreatajuda entre pares, só para citar alguns exemplos.

Cada um destes contextos tem especificidades próprias que condicionam e determinam o tipo de actividade do voluntário. Além disso, cada contexto implica a aquisição de competências e capacidades específicas, que tornam absolutamente necessária a formação do voluntário em diversas dimensões: **a dimensão técnica adequada à tarefa, a dimensão comunicacional e relacional e a dimensão pessoal**. Vive-se, pois, um importante momento de charneira na história do movimento associativo e das organizações de voluntariado, porque estamos a abandonar o paradigma da “boa vontade” e do “improviso” para, com os outros países nossos parceiros, entrarmos na era de um voluntariado técnico, competente, eficiente e eficaz.

Nestas notas de formação deixamos de fora, propositadamente, o caso particular das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, porque pela sua dimensão, pela abrangência geográfica da suas acção, pelos recursos envolvidos e, no fundo, pelos apoios públicos envolvidos constituem como que um universo à parte. Estamos, apenas, a considerar o universo das associações de âmbito nacional. E é justamente aí que urge abandonar o registo do amadorismo e do improviso – não que não sejam virtudes quando em dose adequada –, para alcançarmos níveis apropriados de performatividade.

No entanto, apesar das diferenças de contextos, algumas regras básicas asseguram o sucesso do empreendimento. Atentemos nelas de acordo com a análise proposta por Peter Drucker:

A missão vem em primeiro lugar – os antigos diziam que não há ventos favoráveis para quem não sabe a que porto quer rumar. Quer isto dizer que é muito importante ser capaz de definir com clareza a missão que determinada organização se propõe cumprir. Não apenas com clareza, mas com possibilidade de aferir a sua realização. Quer isto dizer que as missões, ou os objectivos, têm que ser formulados de modo operacional e com resultados quantificáveis. Só assim saberemos retro-alimentar a nossa prática com os resultados alcançados. Normalmente, definir a missão e

mobilizar os recursos para que esta possa ser cumprida é missão do líder. Porém, como temos vindo a dizer, o bom líder estimula a participação de todos os membros da organização em todas as fases da planificação e da execução, senão de modo directo, pelo menos de modo indirecto. A este propósito escreve o nosso autor:

“Os três requisitos indispensáveis para o êxito de uma missão:

Fixe-se nos pontos fortes e no bom desempenho, na performance. Faça melhor o que já faz bem...se for correcto. A crença de que qualquer instituição pode fazer tudo é simplesmente falsa. Quando se transgridem os valores de uma organização, provavelmente desempenhar-se-á mal o papel(...)

Observe as oportunidades e necessidades à sua volta. Pergunte-se: <<onde podemos distinguir-nos de facto, fixar realmente uma nova norma, com os recursos limitados que possuímos?>> Aqui não me refiro tão só aos recursos humanos e económicos, mas também à competência. Fixa-se uma norma fazendo algo e fazendo-o bem, é assim que se cria uma nova dimensão do desempenho, da performance.

Em seguida pergunte-se em que crêem as pessoas. Neste sentido, uma missão nada tem de impessoal. Nunca vi fazer bem um trabalho sem a participação empenhada dos seus executantes.

(...)

De modo que há que perguntar, antes de mais, quais são as oportunidades e as necessidades. Depois põem-se as seguintes questões: são adequadas para nós? Estão à altura das nossa forças ou excedem-nas? Somos competentes? Temos probabilidades de fazer uma trabalho adequado? Cremos realmente nisto?”¹⁴

Qualquer que seja o contexto em que se exerce o trabalho de voluntariado, este tem que corresponder a um projecto claramente formulado, pressupõe uma identificação clara dos recursos humanos e técnicos disponíveis e, sobretudo, pressupões uma planificação cuidada, a formação adequada dos voluntários e uma permanente avaliação do que se está a passar.

¹⁴ Idem, pp. 23-24.

3.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- O voluntário é todo aquele que age de livre vontade no sentido de contribuir para a perfeição dos seres. Isto é, para a plena realização das potencialidades dos seres, dos seres humanos em particular.
- O voluntário age movido pelo desejo de comunicar e comungar com os outros nesse mundo que é o da nossa cultura e, desse modo, sentir-se plenificado. Isto é, no encontro e na partilha com os outros sentir-se aceite, seguro e, sobretudo útil.
- A dignidade da pessoa humana é o grande critério de discernimento ético de que nos podemos socorrer na nossa relação com os outros e conosco mesmos.
- Porque não podemos não comunicar, temos que estar permanentemente atentos aos sinais que emitimos consciente e inconscientemente. Sobretudo em situações, como são aquelas em que nos desempenhamos como voluntários, em que é imperioso manter controlo sobre a comunicação.
- É fundamental que, no processo de comunicação, tenhamos presente, não só o significado que atribuímos às coisas, aos nossos gestos, palavra e expressões, mas que atendamos também às possíveis significações que as outras pessoas, com quem comunicamos, lhes possam dar.
- A acção do voluntário pressupõe, sempre, que haja uma organização sem fins lucrativos que o enquadre.
- Ao conjunto das organizações que, independentemente do Estado, desenvolvem, numa base de voluntariado, actividades de relevância social e cívica, chamamos geralmente *sociedade civil*
- O que nunca se pode perder de vista é que o essencial das organizações são as pessoas.
- O fundamental, para que o voluntário se insira, com ganho pessoal, social e institucional numa organização, radica na capacidade de o conjunto dos actores suscitarem um *projecto* em que todos se sintam envolvidos, que percebam como seu, que a organização disponibilize os meios, os recursos, necessários à realização do *projecto (empowerment)* e que, no fim, a cada um sejam pedidas contas do seu desempenho (*accountability*).

- Qualquer que seja o contexto em que se exerce o trabalho de voluntariado, este tem que corresponder a um projecto claramente formulado, pressupõe uma identificação clara dos recursos humanos e técnicos disponíveis e, sobretudo, pressupõe uma planificação cuidada, a formação adequada dos voluntários e uma permanente avaliação do que se está a passar.

3.4. Exercício de aplicação

Hoje é comum ouvir dizer que o Estado Providência está em crise. Em resposta a esse fenómeno, os políticos e decisores põem muita esperança na sociedade civil e no trabalho voluntário. Depois deste módulo de formação, procure tratar, de forma clara e organizada, os seguintes temas:

1. A necessidade e as possíveis funções dos voluntários na sociedade actual.
2. Quais os principais deveres do voluntário.
3. Quais as condições que devem ter as organizações que enquadram os voluntários para que eles possam cumprir cabalmente a sua missão?

CAPÍTULO 2 – CONTEXTO DE ACÇÃO

1 – O Voluntariado social e a sua intervenção na família

1.1. A Família

Maria Laurência Gemito

1.1.1. Objectivos do módulo

Que os/as formandos/as, no final do módulo, sejam capazes de:

- Analisar várias abordagens para a definição de família
- Reconhecer os vários tipos de famílias e de estruturas familiares
- Identificar o papel e funções da família
- Compreender os obstáculos ao estudo das famílias

1.1.2. A Família

A família existe em toda a sociedade humana mas, as suas funções variam consoante a cultura e a época, apesar da sua universalidade. Robert Rowland refere que, apesar de ser uma instituição universal, a família é a que menos pode ser estudada isoladamente de entre todas as instituições sociais (Rowland 1997). A família é então o habitat natural da pessoa.

“Estudar a família como unidade fundamental da organização, funcionamento e estrutura das sociedades tornou-se crucial para o entendimento e compreensão do modo como as relações sociais (económicas, culturais, religiosas, políticas) se processam” (Ramos 1997: 139).

Apesar de as relações no seio da família estarem em mudança devido aos novos papéis da mulher, particularmente pela sua entrada no mercado de trabalho, pelo tipo de habitação, urbanização e êxodo rural, não significa que as mesmas fiquem destruídas. A família continua a desempenhar um papel importante de suporte. O que por vezes acontece é que as solidariedades não ficam reduzidas à família, são extensivas a outros actores sociais (formais e informais).

1.1.2.1. A evolução do conceito Família

A família é uma das mais antigas instituições, é o primeiro e mais importante grupo social. É constituída por um conjunto de pessoas entre as quais existe uma ligação, qualquer que seja o grau de parentesco (família em sentido lato), ou por um conjunto de pessoas em que o grau de parentesco é mais estreito (família conjugal).

Oriunda do Latim, a palavra família significava o conjunto dos “famuli”, ou seja, os servidores vivendo no mesmo lar. Depois, esse termo passou a designar a relação marido/mulher (parentesco) e senhor/escravo (residência).

É uma palavra de origem latina em que o termo grego que lhe corresponde é “oikonomia”, o que deu origem à palavra economia; então, a família podia ser encarada como uma organização particularmente económica (Vieira 1996).

A família é uma instituição natural que nasceu com o Homem. Maria da Luz Oliveira refere que “a família constitui um grupo onde se estabelecem relações de parentesco entre os seus membros, isto é, relações baseadas em laços de sangue e de casamento “ (Oliveira 1985: 263). Esta autora reforça o papel do tempo e do espaço como condicionantes da estrutura do grupo familiar.

Marc e Picard concebem a família como um sistema em que os vários elementos estão em permanente interacção, de tal modo que as alterações que ocorrem num desses elementos, provocam alterações em todos os outros (Alarcão 2002). Enquanto sistema social, os membros da família têm papéis e funções específicas essenciais para o indivíduo e para a sociedade, pelo que a mudança em qualquer dos seus membros acarreta mudança em todo o sistema familiar.

A família é fundamental e determinante na vida quotidiana de uma comunidade, da mesma forma que é condicionada pelo meio envolvente, as suas crenças e cultura, resultando daí um conjunto de interacções, mudanças e reajustes. Enquanto conjunto de elementos em interacção dinâmica, as várias partes envolvidas interagem, apesar de diferentes umas das outras e com funções muito específicas. Consequentemente este sistema – família – é capaz de cumprir funções e atingir objectivos que individualmente, cada um dos seus elementos não conseguiria.

Pode-se, portanto, considerar a família como uma unidade composta por elementos em interacção. Apesar de funcionar como um todo, ela está integrada numa determinada sociedade; influencia e é influenciada pelo ambiente envolvente. Não se pode falar de família em geral, mas de tipos de família, até porque a família como grupo social pertence a diferentes estratos e classes.

No primeiro Encontro de Serviço Social, realizado em Évora, em 1989, Maria Francisca Carvalho refere que “a família constitui um grupo específico, com características próprias, um fenómeno social total, que se encontra em constante transformação, fruto de problemas e tensões internas e externas”, grupo esse que nos acompanha ao longo da vida. Madalena Alarcão partilha da opinião de que “a família é, também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social” (Alarcão 2002: 37).

A ideia de família assumiu contornos diferentes ao longo do tempo. As mudanças ocorridas na família devem-se ao *terminus* da família como unidade de produção económica, à baixa taxa de fecundidade e de natalidade, ao divórcio, às uniões de facto e à participação da mulher no mercado de trabalho (Oliveira 1985).

1.1.2.2. A diversidade e multiplicidade de definições e aceções de família

Fosse qual fosse a sua forma e a natureza das relações, em todas as sociedades, ao longo dos tempos, sempre existiram sistemas de relações familiares, não se podendo confinar a uma simples construção social. Esta instituição tem variado ao longo da história e apresentado formas diversas numa mesma época e lugar conforme o grupo social em questão. A família é um fenómeno da natureza e um fenómeno da cultura, não se podendo considerar unicamente o cenário da reprodução da espécie, pois é um espaço de cultura e um veículo da civilização (Sullerot 1999). Todos nós nascemos, crescemos e morremos numa família e é essa mesma família que nos transmite as normas, valores e cultura da sociedade em que estamos inseridos. A família é a primeira célula social, com um modo muito próprio de funcionamento, única, em que cada um dos seus membros tem um papel definido dentro da mesma, em interação constante, e que está inserida numa unidade social maior. A estrutura de uma família representa as posições ocupadas pelos indivíduos que interagem nessa mesma família. Apesar das expectativas familiares e da sociedade em geral, estarem relacionadas com os papéis e funções da família, cada uma tende a modificar os seus papéis tendo em conta a sua estrutura e o meio envolvente.

Refere André Burguière, que em França, Itália e Alemanha, no meio rural dos séc. VIII a X, a maioria das famílias eram constituídas por pais e filhos, não existiam famílias patriarcais alargadas. Dos séc. XI a XIII, e até mesmo depois, as famílias rurais aumentaram devido à necessidade de ter mais braços para trabalhar e produzir e também, porque havia a obrigação de pagar muitos impostos aos senhores feudais. Família e revolução industrial influenciaram-se reciprocamente. A teoria de que a

revolução industrial terá feito desconjuntar a grande família rural tradicional está desactualizada. Antes da revolução industrial, os modelos familiares organizavam-se principalmente em torno da exploração agrícola. Após a revolução industrial, entre os modelos que se multiplicaram, há um que preconiza a família como unidade de produção, de que resulta a necessidade de uma família alargada, em que todas as forças disponíveis são válidas e necessárias. A industrialização prolonga a estrutura familiar tradicional, conserva a interdependência intergeracional, mas surge uma novidade relativamente à divisão sexual das tarefas: homem e mulher fazem o mesmo tipo de trabalho.

A elevada taxa de fecundidade e a diminuição dos salários contribuíram para que essas empresas familiares atingissem a miséria, o que conduz ao êxodo rural e ao emprego fabril. Surge, então, outra transformação familiar: os operários qualificados são estáveis e casados; os não qualificados são solteiros e móveis.

Um problema que exigia uma resposta adequada era o da habitação. Em resposta ao grande influxo de camponeses para as cidades, à procura de trabalho nas fábricas, a coabitação de várias famílias e gerações era forçosa.

Segundo André Burguière, pode-se dizer que a revolução industrial alterou profundamente o papel dos diferentes elementos da família. Fonte de aprendizagem privilegiada, transmissora de valores, de saber e de cultura, a família vê negadas muitas destas funções, pois as profissões aprendem-se nas oficinas, renegando a sabedoria dos mais velhos. A autoridade do pai, é posta em causa.

Em finais do séc. XIX é reestruturado o modelo familiar dos operários, segundo as normas da classe burguesa, incluindo a divisão sexual das tarefas e uma maior atenção aos filhos e ao lar, com o regresso da mulher ao lar. Estas normas são recebidas de bom grado.

As famílias operárias começam então a reduzir o número de filhos para os poderem ter bem cuidados e educados, valorizando o aspecto afectivo. Para este autor, em meados do séc. XX, na Europa, a estrutura familiar era essencialmente do tipo nuclear. Na década de setenta, a mulher volta ao trabalho. Deixa o lar, desta vez, não apenas por necessidade da classe operária mas por uma questão de prestígio social. Os progressos da medicina e a proliferação do uso de contraceptivos fazem com que os casais diminuam o número de filhos. As mulheres tiraram cursos médios e superiores, ocuparam cargos importantes nas empresas e na administração pública, traduzindo-se a inserção da mulher no mercado de trabalho em alterações na família. É como que a fusão de dois modelos: o modelo burguês, em que o lugar da mulher

era no lar, e o modelo proletário, em que a mulher trabalhava fora de casa. A família constitui-se em torno de duas, três ou no máximo quatro pessoas (casal e filhos), em que o processo de socialização intergeracional desaparece. André Burguière partilha da opinião de que a revolução industrial deu origem, já numa fase final, ao tipo universal de família nuclear, fazendo crescer as cidades e desertificando os campos. A industrialização deslocou o centro de produção, da família para a fábrica (Burguière 1997).

Antes da industrialização a família funcionava como unidade de produção económica em que as famílias produziam os bens necessários à sua sobrevivência. Muito cedo os filhos participavam na vida económica; as mulheres, além desta actividade, também asseguravam o trabalho doméstico. Família e comunidade detinham relações muito próximas. Com o advento da industrialização, a actividade económica deixa de ser exercida na residência familiar e a indústria passa a contar com mão-de-obra masculina, feminina e também de crianças, essencialmente as mais desfavorecidas. O autor considerou existirem algumas famílias que mantinham a produção agrícola ou pecuária. Surgiu, entretanto, a valorização do papel educativo/formativo da família e da sociedade, e começou a germinar a ideia de que a mulher se deve dedicar a cuidar dos filhos e da casa, enquanto o homem trabalhava fora dela. Não foram reunidas, na opinião do autor, as condições necessárias para que tal resultasse e a mão-de-obra feminina é essencial para a sobrevivência de um grande número de famílias, acumulando então a mulher todas essas funções (Almeida 1994).

Neste contexto, João Ferreira de Almeida põe em causa que o tipo de família nuclear seja a forma dominante de família e o corolário de uma evolução histórica linear que teve na sua génese a família extensa. Considera ser uma perspectiva corrente, mas pouco fundamentada. Antes da era industrial existiam formas semelhantes à família nuclear e ainda se podem encontrar, essencialmente no mundo rural, formas familiares que se aproximam da família extensa. Numa mesma sociedade convivem várias formas familiares.

Na última metade do séc. XX, efectivamente as mulheres ganharam peso na vida profissional, sobretudo a partir de meados dos anos 60, a presença formal das mulheres no mundo do trabalho salienta-se. Independentemente do contexto, a maior parte das mulheres trabalha. Portugal regista das mais altas taxas de actividade feminina da UE, surgiram as famílias de dupla profissão ou duplo emprego.

Segundo o Eurostat (2002), Portugal é um dos países que regista das mais altas taxas de emprego feminino (61.2%), da União Europeia. A taxa de actividade em Portugal

(INE), alterou-se consideravelmente nos últimos anos. Relativamente às mulheres passou de 13.1% em 1960 para 46% em 2002, para os homens passou de 63.8% para 58%, nos mesmos anos. É das mais altas taxas da Europa, em conjunto com a Grã-Bretanha, embora, neste país, grande parte das mulheres trabalhem a tempo parcial, o que não ocorre em Portugal.

Nas sociedades modernas parece prevalecer a família nuclear, mas também se podem encontrar outras formas de família como, por exemplo, a família extensa e ainda novas formas de família, como a família mono parental e a família recomposta.

Uma das formas de definir família nuclear é aquela que é composta pelo marido, mulher e filhos; a família extensa é composta por duas ou mais famílias nucleares, acrescida, eventualmente, de outros elementos e vivendo sob o mesmo tecto. Existe actualmente uma grande diversidade de famílias:

- Pessoas sós (unipessoais)
- Famílias nucleares
- Famílias extensas (alargadas)
- Famílias monoparentais
- Famílias recompostas (reconstruídas)
- Famílias de casais C/ ou S/ filhos
- Casais homossexuais
- Famílias adoptivas
- Famílias de acolhimento
- Famílias alargadas e múltiplas (complexas)
- Famílias institucionais
- Etc....

Nada parece comprovar que se evolua a nível global para um modelo familiar único pois, as características dos países são diferentes, nomeadamente em relação à condição da mulher.

Apesar da diversificação de modelos, cada vez mais, estes tendem a centrar-se na gratificação das relações conjugais e entre pais e filhos.

Para Maria de Lourdes Lima dos Santos, relativamente à evolução da família em Portugal, o padrão da família tende a aproximar-se do das sociedades industrializadas

urbanas, apresentando ainda, no entanto, características demográficas específicas de uma sociedade tradicional, sobretudo nos meios rurais (Oliveira 1985).

Para Béatrice Houchard, a estrutura tradicional da família encontra-se maioritariamente na Europa. Perto de 78% da população europeia vive numa família nuclear, distribuída por duas categorias: a dos pais casados e com filhos, e a das famílias monoparentais. Segundo a autora, mesmo na Europa existem diferenças entre o Norte e o Sul, em que aparecem somente 40% de famílias clássicas na Suécia. Em Portugal esse valor é de 60%, tal como em Espanha e na Irlanda. O Sul da Europa distingue-se ainda com uma terceira categoria familiar: aquela onde coabitam várias gerações. É o caso de um quinto da população da Grécia, Espanha e Portugal. No resto da Europa este tipo de família não representa mais de 11%. Refere ainda Béatrice Houchard que em média, por residência, o número oficial conhecido é de 2,5 pessoas, embora, segundo a autora, só permita medir até que ponto vão longe os tempos das famílias numerosas. Somente três países - Espanha, Irlanda e Portugal - contam mais de três pessoas por família (Houchard 2001).

Espera-se que a família cumpra as tarefas que lhe estão atribuídas, consoante a etapa do ciclo familiar e as relações e solicitações que recebe do exterior.

São várias as etapas que a vida familiar atravessa. Todas elas são significativas e conduzem indubitavelmente a mudanças na organização da família. Elas vão desde a formação da família, até ao nascimento do primeiro filho, a vida pré-escolar e escolar dos filhos, famílias com filhos adolescentes, filhos adultos e conseqüentemente a saída dos filhos de casa, a família de meia idade e finalmente a família idosa.

Dos papéis atribuídos à família destacam-se:

- 1 – Socialização
- 2 – Protecção, alimentação
- 3 – Afecto, amor e prestação de cuidados
- 4 – Reprodução e relações sexuais
- 5 – Manutenção das relações familiares
- 6 – Status, legitimação e transmissão das características do grupo social de origem

Um estudo realizado em Santarém acerca das necessidades, expectativas, práticas e valores sociais da família, permitiu concluir que para a maioria dos entrevistados a família é vista como um grupo de pessoas que se apoiam e se ajudam entre si. A

família é uma instituição altamente valorizada e desempenha um papel insubstituível. A sua função principal é ser uma fonte de afecto, compreensão e apoio. Os entrevistados que têm consigo os seus familiares idosos, consideram existir uma boa relação entre as várias gerações. Quando colocados perante uma hipotética situação de crise, a maioria dos entrevistados, está convencida que os membros da respectiva família os apoiariam incondicionalmente (Pereira 1994).

Um outro estudo realizado com famílias da Diocese de Évora permitiu concluir que a família é um grupo de pessoas que se apoiam. As suas funções são ser fonte de afecto e educar os filhos. Consideram existir apoio incondicional da família em situações de “crise”. A maioria dessas famílias tem uma imagem proteccionista dos idosos, apesar de terem utilidade social ao ficarem com os netos (Ilhéu 1995).

Num relatório da Direcção-Geral da Família (1993), sobre a situação da família portuguesa, ficou expressa a imagem muito positiva que os portugueses têm da família. Ela é factor de equilíbrio social e de desenvolvimento da sociedade. A mesma não é substituível pelos amigos. Relativamente às suas funções, a maioria considera que é criar, educar e instruir os filhos e em segundo lugar proporcionar amor e afecto.

A Constituição da República Portuguesa desde 1976, assenta os seus princípios nos direitos fundamentais da pessoa humana, sem qualquer distinção, considerando invioláveis a vida humana e a integridade moral e física. Especificamente, no que concerne à família, no seu artigo 67º define o seguinte:

- A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.
- Incumbe, designadamente ao Estado para protecção da família:
 - a) promover a independência social e económica dos agregados familiares;
 - b) promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade;
 - c) cooperar com os pais na educação dos filhos;
 - d) garantir, no respeito da liberdade individual, o direito ao planeamento familiar, promovendo a informação e o acesso aos métodos e aos meios que o assegurem, e organizar as estruturas jurídicas e técnicas que permitam o exercício de uma maternidade e paternidade conscientes;

- e) regulamentar a procriação assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana;
- f) regular os impostos e os benefícios sociais, de harmonia com os encargos familiares;
- g) definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado.

Ana Paula Relvas refere que, há décadas atrás, a função da mulher na família era cuidar do marido, dos filhos, dos doentes e dos idosos. No entanto, actualmente, e sobretudo nas sociedades ocidentais, esta imagem da mulher na família parece estar desactualizada. Todavia, isto não significa que a mulher se tenha libertado do seu papel tradicional na família. Segundo a mesma autora, as estatísticas parecem confirmar que a mulher continua a ser a principal prestadora de cuidados na velhice e na doença, tanto dos seus familiares consanguíneos como por afinidade (Relvas 2002).

A interacção familiar fica comprometida pelos vários papéis que a mulher desempenha nas sociedades modernas e pelo pouco envolvimento do homem no apoio aos mais velhos. A este respeito Evelyne Sullerot refere que o salário da mulher é uma contribuição imprescindível para o lar, numa época em que prevalece a sociedade de consumo. Apesar disso, para a mesma autora a família continua a ocupar um lugar de destaque na vida das mulheres, deixando no entanto de ser tarefa primordial. A maior parte tenta conciliar a vida familiar com a vida profissional (Sullerot 1999).

Um dos desafios da conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional passa pela participação equilibrada de mulheres e homens, nas várias tarefas, tanto na família como na profissão.

É impreterível conciliar o papel do Estado-Providência com a tradição de protecção social, garantida pela sociedade civil, através de redes informais de apoio.

É neste contexto que o voluntariado se insere, como um conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidas sem fins lucrativos, por entidades públicas ou privadas (Artº 2º, Cap. I, Lei nº 71/98 de 3 de Novembro).

Apesar das mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos, com a mulher cada vez mais envolvida na vida pública, é ela que continua a ser o garante do apoio familiar, ao mesmo tempo que desenvolve uma actividade profissional (Fernandes 2001).

Podemos encarar a família sob dois pontos de vista: espaço de aprendizagem e interacção e ainda como um grupo institucionalizado, base da vida social. Na opinião de Madalena Alarcão este grupo institucionalizado permanece mais ou menos estável, embora, estabilidade não seja sinónimo de imobilidade (Alarcão 2002). A família, apesar de ser considerada como um todo, estabelece trocas com o exterior.

1.1.2.3. Obstáculos ao estudo da família

Os indivíduos que compõem uma família possuem determinados atributos que lhes determinam a sua posição no seio da família, tanto pelas características pessoais (sexo, idade, estado civil, profissão e educação) como pelos papéis familiares (cônjuge, filho, etc.), que de alguma forma acentuam os laços de parentesco e conjugalidade. A família é então um grupo de co-residentes, em que se estabelecem relações “internas” e “exteriores” à família, ou seja, relações no espaço doméstico e residencial e com elementos que lhe são exteriores. Daqui resultam duas consequências:

- a família enquanto unidade social confunde-se com as relações sociais que se tecem na vida quotidiana;
- reduz a investigação para a produção das representações da família como forma de interpretar as relações sociais, ao contexto doméstico;

Vários são os obstáculos ao estudo da família. A proximidade entre investigador e o “objecto” da pesquisa é uma limitação, considerando a preocupação em minimizar o envolvimento pessoal.

- Envolvimento pessoal:
 - Todos nós pertencemos a uma família, seja ela real, ideal ou simbólica, marcando a presença dos indivíduos na sociedade;
 - O poder normativo do vocabulário familiar.
- A natureza privada da família:
 - Relativamente ao mundo exterior;
 - Relativamente aos próprios membros da família.

- A sacralização da família;
- Idealização da família;
- Negação/ocultação da não conformidade;
- A variação no espaço;
- Relativismo cultural e familiar;
- Mudança na e da família;
- Ao longo do tempo histórico/social,
- Ao longo do tempo de vida das famílias.

A família é inquestionavelmente uma realidade em constante transformação, as relações estabelecem-se, seguem-se, interpolam-se, e modificam-se.

As famílias são espaços de pessoas em relação, seja ela de afectividade, autoridade ou violência, sendo também marcadas pela idade ou género. A família é ainda um espaço simbólico e um conjunto de representações e valores ligados ao passado, presente e futuro.

Apesar da nova terminologia designar “novas formas de família”, serão mesmo novas? E, porque não serão todas elas novas?

As novas formas de família são tudo menos “novas” na sua existência, no entanto, poderão até ter elementos da família anterior mas, a sua estrutura e os afectos não serão novos?

Família é:

“ ... um sistema constituído por um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações em contínua interacção com o exterior e mantendo o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento, percorrido através de estádios de evolução diversificada.”

Daniel Sampaio

1.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- A família enquanto unidade de conduta social mais expressiva da sociedade tem vindo a passar por mudanças significativas;
- Essas mudanças têm afectado a sua estrutura, funções e interacções;
- A família é um sistema social em que os seus membros têm papéis e funções específicas;
- Cada família tende a alterar os papéis familiares tendo em conta a sua estrutura e o ambiente envolvente;
- A estrutura familiar refere-se às características (sexo, idade, composição do agregado) dos membros que compõem a unidade familiar;
- As mudanças familiares e o surgimento de outras formas familiares complicam a definição de família;
- As variações à família nuclear tradicional existiram ao longo da história, apesar de actualmente ser mais evidente e confirmada a existência de diferenças estruturais;
- Papéis/Funções da família:
 - 1 – Socialização
 - 2 – Protecção, alimentação
 - 3 – Afecto, amor e prestação de cuidados
 - 4 – Reprodução e relações sexuais
 - 5 – Manutenção das relações familiares
 - 6 – Status, legitimação e transmissão das características do grupo social de origem
- Conciliação: participação equilibrada de mulheres e homens na vida familiar e actividade profissional;
- Apoios à família: Estado Providência e Sociedade Civil;
- Obstáculos ao estudo da família:
- Envolvimento pessoal
- A natureza privada da família
- A sacralização da família

- A variação no espaço
- Mudança na e da família

1.1.4. Exercício de aplicação

1º Construção colectiva do conceito de Família

2º Reflectir em pequenos grupos acerca das alterações que ocorreram na estrutura e forma familiar ao longo do tempo.

- Debate no grande grupo

3º Discussão acerca do papel e funções da Família

- Pedir ao grupo que enumere as funções da família

4º Reflexão/Introspecção acerca dos obstáculos ao estudo das famílias

- Debate

1.1.5. Bibliografia

- ALARCÃO, Madalena (2002). *(Des) Equilíbrios Familiares - Uma Visão Sistémica*, 2ª ed., Coimbra: Quarteto Editora;
- ALMEIDA, João Ferreira et al (1994). *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta;
- AUSLOOS, Guy (1996). *A Competência das Famílias*, Lisboa: Climepsi Editores;
- BURGUIÈRE, André et al (1997). *História da Família*, vol. 1,2,3, e 4, Lisboa: Editora Terramar;
- COSTA, Rosalina Pisco (2004). *Famílias Virtuais*, Portefólio, n.º 1, Fundação Eugénio de Almeida, p. 90-93;
- DIRECÇÃO GERAL DA FAMÍLIA (1993). *Relatório – Situação Actual da Família Portuguesa*;
- FERNANDES, Ana Alexandre (2001). *Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social*, Sociologia (Problemas e Práticas), n.º 36, p. 39-52;
- GEMITO, Maria Laurência (2004). *O quotidiano familiar do idoso numa freguesia rural do Alentejo*, Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Sociologia - Área de Especialização: Família e População, Universidade de Évora, s.n., (policopiado);
- HOUCARD, Béatrice (2001). *La Famille, Une Idée Neuve en Europe*, Paris: Fondation Robert Schuman ;
- ILHÉU, José Ramalho; PARREIRA, Anabela; GOMES, Maria do Carmo (1995). *As Famílias da Diocese de Évora – Resultados de um Inquérito*, Lisboa: Direcção Geral da Família;
- NUNES, João Arriscado (1992). *As Teias que a Família Tece: Alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família*, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 34, p. 39-60;
- OLIVEIRA, Maria da Luz; PAIS, Maria João; CABRITO, Belmiro Gil (1985). *Sociologia*, Damaia: Texto;

- PEREIRA, Helder Cardoso (1994). *A Família em Santarém*, II Volume – Resultados de um Inquérito à População, Lisboa: Direcção Geral da Família; Ministério do Emprego e da Segurança Social;
- PORTUGAL (1976). Constituição da República Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda;
- RAMOS, Francisco Martins (1997). *Os Proprietários da Sombra*, Lisboa: Universidade Aberta;
- RELVAS, Ana Paula; ALARCÃO, Madalena (2002). *Novas Formas de Família*, Coimbra: Quarteto Editora;
- ROWLAND, Robert (1997). *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras: Celta Editora;
- SULLEROT, Evelyne (1999). *A Família – Da Crise à Necessidade*, Lisboa: Instituto Piaget;
- VIEIRA, Eliane Brandão (1996). *Manual de Gerontologia*, Rio de Janeiro: Revinter.

1.2. Comunidade e sociedade

Maria Eduarda Fernandes

1.2.1. Objectivos do módulo

- Aferir os conceitos de comunidade;
- Aferir os conceitos de sociedade;
- Conhecer a multiplicidade de abordagens existentes;
- Aferir o voluntariado como o exercício de uma cidadania activa;
- Conhecer o papel do voluntário na comunidade,
- Conhecer as principais instituições do voluntariado.

1.2.2. Comunidade e Sociedade – Enquadramento conceptual

Do ponto de vista da sociologia, o conceito de comunidade pode ser entendido como “um conjunto de pessoas com interesses mútuos que vivem num mesmo local e se organizam dentro de um conjunto de normas” (Wikipédia), isto é, estabelecem redes de comunicação e auto-regulam-se, sendo um exemplo de comunidade os estudantes que vivem no mesmo dormitório.

A ideia de comunidade moderna começou a apoiar-se em diferentes princípios, como a coesão social, a base territorial, o conflito e a colaboração para um fim comum, onde existe um sentimento de pertença e formas próprias de comunicação.

Autores, como Beamish referem que o significado de comunidade é por um lado, físico, como a vizinhança, o bairro, onde as pessoas que aí vivem, estabelecem relações entre si, devido à proximidade física e por outro lado, refere-se ao grupo social que possua interesses comuns, sejam religiosos, sociais, profissionais.

O termo comunidade, evoluiu pois de um sentido de família para um conjunto mais alargado de grupos humanos, passou da ideia de comunidade rural para a de cidade e está em vias de desaparecimento, segundo Ray Oldenberg, por causa do desaparecimento dos chamados lugares públicos (igreja, praça, etc.), onde se formam os “sentimentos de comunidade”.

A ideia de comunidade tradicional, reporta à envolvimento dos seus membros através de laços de pertença territorial e relações face a face e é expressa em obrigações que vinculam os seus membros moralmente por laços de obrigações recíprocas; a ideia de comunidade moderna, urbana, assenta na agregação de um conjunto de interesses, identidades e necessidades de natureza diversificada (social, política, cultural), mais selectivas e voluntárias.

Comunidade pode ser entendida, outrossim, como um grupo localizado cuja maioria dos membros se conhecem e têm um sentimento de interdependência, à qual está sujeito o comportamento de todos os seus membros em relação aos outros e em que existe uma força poderosa de opinião pública.

Mas as novas tecnologias têm vindo a modificar comportamentos e a redesenhar velhos conceitos, daí o aparecimento, por exemplo, do conceito de comunidade virtual, sendo um dos primeiros requisitos para a sua existência a necessidade de um grupo de pessoas que estabeleçam entre si relações sociais, a existência de um sentimento de pertença, de territorialidade, de permanência, de formas próprias de comunicação e de um projecto comum, conforme refere Palácios.

Lévy, por outro lado, refere que nas comunidades virtuais, as relações on-line não excluem as emoções, pois existe entre os participantes uma espécie de código de conduta que orienta as suas relações, nomeadamente em relação à informação que circula na comunidade. Castellls, afirma que nas comunidades virtuais “constroem-se afinidades, parcerias e alianças intelectuais, sentimentos de amizade e outros, que se desenvolvem nos grupos de interacção, da mesma forma como acontece entre pessoas que se encontram fisicamente para conversar” (Castells). As comunidades virtuais devem ter organização própria, serem auto-suficientes e auto-organizadas, devem ter vida social activa, para que se criem laços e sentimentos de pertença.

Existe pois, como se tem vindo a referir, uma multiplicidade de abordagens relativamente aos conceitos tanto de comunidade como de sociedade. Ferdinand Tönnies distinguiu os dois conceitos baseando-se na vida moderna, isto é, a comunidade representa o passado, a aldeia, a família, tem motivações afectivas e implica relações locais e com interacção, sendo que as normas e o controle davam-se através da união, do hábito e da religião, ao passo que sociedade está associada à frieza, ao egoísmo e é fruto dos tempos modernos, onde existem relações supralocais e complexas, as normas e o controle, dão-se através da lei e opinião pública.

Durkeim, por seu lado, refere que a sociedade não tem um carácter menos natural que a comunidade, pois existem semelhanças de atitude entre as pequenas aldeias e as grandes cidades.

Para Max Weber, o conceito de comunidade baseia-se na orientação da acção social, isto é, “chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da acção social, na média ou no tipo ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes” (Weber). Para este autor, a maior parte das relações sociais têm em parte o carácter de comunidade e em parte o carácter de sociedade, por isso é natural encontrarem-se situações de conflito e opressão em ambos os conceitos.

A origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa “uma associação amistosa com outros”, por isso, o significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas que vivem juntas numa comunidade organizada.

Em Sociologia, sociedade é entendida como um sistema de relações sociais pelas quais os homens vivem, ou, dito de outra forma, é um conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes e que interagem entre si. Os seus membros compartilham interesses ou preocupações sobre um objectivo comum, por isso, sociedade, é muitas vezes usada como sinónimo para o conjunto de cidadãos de um país, ou ainda como o conjunto de pessoas de várias nações, unidas por tradições, crenças ou valores políticos e culturais comuns.

Podemos ainda dizer que uma sociedade é um conjunto de indivíduos que formam um sistema semi-aberto, no qual a maior parte das interacções é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, isto é, uma sociedade é uma rede de relacionamentos entre pessoas, é uma comunidade interdependente.

As sociedades humanas têm um sistema de recrutamento, de valores e da sua transmissão de geração em geração, alguns meios de cumprimento e de disciplina e ainda uma facilidade de incitar os membros a uma vontade de subordinar os seus interesses individuais, às vezes mesmo a sua existência, a um interesse mais amplo, o seu mundo social.

O voluntariado sempre existiu ao longo da História, praticado muitas vezes de forma informal e sem reconhecimento, por razões familiares, de amizade ou de boa vizinhança, sendo uma forma de colmatar as insuficiências dos apoios familiares ou institucionais. Actualmente, o voluntariado tem um espaço próprio de actuação, é complementar do trabalho profissional e da actuação das instituições e é um dos mais

valiosos recursos activos de qualquer país, sendo apenas o exercício livre de uma cidadania consciente.

O nº1 do art.º 2º da Lei nº 71/98, de 3 de Novembro, refere o voluntariado como: “um conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção, ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas”. O voluntariado reforça os laços sociais e desenvolve um sentido de responsabilidade cívica e de pertença, assim como melhora a interacção entre diferentes grupos.

A principal característica do trabalho voluntário é a gratuidade, isto é, o facto do voluntário não receber remuneração, no entanto, a motivação também é um aspecto muito importante que não deve ser descurado, porque ela pressupõe uma consciência cívica muito profunda, por isso o papel do voluntário na comunidade reveste-se de grande importância, uma vez que ele presta serviços não remunerados, de forma livre, desinteressada e responsável, no seu tempo livre. Além disso, a participação em organizações voluntárias pode gerar sentimentos de empatia face aos outros, de cooperação e de confiança.

É dever do voluntário fomentar a cultura de solidariedade e conhecer a realidade sócio-cultural da comunidade onde desenvolve a sua actividade, complementar a acção social das entidades em que se integra e transmitir com a sua actuação os valores e ideias do voluntariado, uma vez que ele está ao serviço dos indivíduos, das famílias e das comunidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, porque ser voluntário, hoje, significa assumir responsabilidades, investir tempo, trabalho e dedicação na resolução dos problemas, implicando um comprometimento total.

O voluntário tem um papel muito importante na comunidade, uma vez que, por um lado, ele tem que respeitar a comunidade onde for inserido, garantindo sigilo sobre assuntos confidenciais, respeitando as convicções existentes, sejam religiosas, políticas, ideológicas ou culturais, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social do destinatário e por outro tem que respeitar o funcionamento da própria entidade que o acolhe, obedecendo aos princípios e normas que a regem, não se sobrepondo aos profissionais da entidade. Não nos podemos ainda esquecer que o voluntário deve ser reconhecido pelo trabalho que faz, participar nas decisões que dizem respeito ao seu trabalho, ter um bom ambiente de trabalho e receber apoio no

desenrolar do seu trabalho, por forma a que o seu desempenho profissional seja o melhor possível, dentro dos seus conhecimentos, experiências e motivações.

Para além da dimensão da solidariedade e da dimensão cívica e participativa, não podemos esquecer o significado económico do voluntariado, pois que por isso, este é conhecido por terceiro sector ou sector não lucrativo e abrange uma diversidade de organizações da sociedade que trabalham sem fins lucrativos em diversas áreas (solidariedade social, saúde, cultura, desporto e lazer, educação, ambiente, direitos humanos,...)

A organização do voluntariado realiza-se através de instituições, que podem ir desde associações de moradores, associações de jovens, fundações, cooperativas, misericórdias e irmandades, outras iniciativas ligadas à tradição da igreja, associações de pais e professores, projectos de desenvolvimento local, iniciativas do tipo empresarial, organizações não governamentais, centros sociais e paroquiais, associações de bombeiros, associações de defesa do ambiente, organizações de solidariedade social, Cruz Vermelha, organizações não governamentais de desenvolvimento, etc., sendo todas elas protagonistas do futuro, em termos políticos e sociais, através de soluções inovadoras, de combate à exclusão social, incluindo a redefinição dos direitos e deveres dos cidadãos e estabelecendo novos compromissos entre as gerações.

As áreas de intervenção dos projectos de voluntariado situam-se a vários níveis: apoio a crianças e jovens, apoio a idosos, apoio a pessoas portadoras de deficiências, educação e alfabetização, apoio a pessoas com problemas de saúde, desenvolvimento comunitário, exclusão social, protecção do ambiente, recuperação do património histórico e cultural, protecção dos animais, reabilitação de áreas urbanas, desporto, minorias étnicas e imigrantes, informação, cooperação e desenvolvimento, à família, apoio à integração social e comunitária, educação e formação profissional, resolução de problemas habitacionais, etc.

Não podemos deixar ainda de referir dois aspectos importantes: os bancos de voluntariado que facilitam a promoção do mesmo, sendo o elo de ligação entre as pessoas que desejam praticar o voluntariado e as instituições que delas necessitam e a responsabilidade social das empresas, que percebem que na sociedade já não basta a preocupação com o retorno financeiro dos negócios, mas que também é importante enveredar por estratégias de responsabilidade social (projectos sociais), valorizando o trabalho em parceria a favor do bem-estar da comunidade.

1.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar

Sendo o voluntariado uma realidade indispensável para termos um futuro mais digno, então é bom reflectirmos sobre algumas realidades que existem em Portugal:

- Cultura cívica pouco expressiva;
- Pouca preocupação em termos de solidariedade,
- Pouca mobilização para o voluntariado.

1.3. Voluntariado desafios à (re)conciliação entre a vida familiar e profissional

Sílvia Mestre Escola

O Voluntariado desafios à (re)conciliação familiar e profissional, remete-nos para uma introspecção social para com a (in)compatibilidade entre vida familiar e profissional de Homens e Mulheres na nossa actualidade, acrescida pelo minimizar das parcerias familiares e de vizinhança outrora existentes.

1.3.1. Objectivos do módulo

No final deste módulo pretende-se que os formandos sejam capazes de:

- Definir alguns conceitos relacionados com a temática;
- Conhecer a ocupação dos Homens e das Mulheres na sociedade actual;
- Perceber o porquê da necessidade/dificuldade de articular a vida familiar com a vida profissional;
- Promover o envolvimento do voluntário como uma possibilidade de coligação nesta problemática.

1.3.2. A ocupação dos Homens e das Mulheres em Portugal

A ocupação dos Homens e das Mulheres em Portugal tem sofrido alterações à semelhança mundial, sendo a industrialização o acontecimento de primazia para o facto.

A estrutura familiar era centrada num grupo institucionalizado, relativamente estável, onde todos os seus elementos tinham um papel activo e de propósitos comuns.

A industrialização promoveu ao Homem a oportunidade de se emancipar através da remuneração salarial.

Ficou a caber, o trabalho fora de casa ao Homem, e à Mulher, o trabalho doméstico/familiar, alterando-se os papéis de género e promovendo uma diferenciação social, onde os Homens passaram a ser considerados como “chefes de família, encarregados do sustento do grupo doméstico (papel instrumental)”, e às mulheres cabia “o trabalho familiar (papel expressivo)”, tal como nos salienta Guerreiro (2005:1).

Até meados do século XX, esta diferenciação de papéis é evidente, apesar de se verificarem algumas alterações, principalmente a partir dos anos 60, onde se começa notar a presença formal das Mulheres no mundo do trabalho, como consequência da emigração e da guerra colonial que reduziram a mão-de-obra masculina, havendo necessidade de recrutar a feminina. A população activa aumenta à conta da população feminina e Portugal regista das mais altas taxas de actividade feminina da União Europeia nos anos 80. Em 2002, segundo a Eurostat ocupa o 6º lugar dos Estados Membros, sendo ultrapassado pelos países nórdicos, tal como a Dinamarca e a Suécia, provavelmente pelas elevadas taxas de actividade feminina a tempo parcial que se verifica nesses países.

Estados-Membros	Taxa de emprego feminina %
Bélgica	51.1
Dinamarca	72.6
França	56.4
Alemanha	58.7
Grécia	42.7
Irlanda	55.2
Itália	41.9
Luxemburgo	50.8
Áustria	60.2
Portugal	61.2
Suécia	72.5
Finlândia	67.3
Espanha	44.0
Holanda	65.9
Reino Unido	65.3

Fonte: Eurostat, 2002

Estes determinismos envolveram mudanças significativas na sociedade e nas estruturas familiares.

O facto da Mulher pertencer activamente ao mundo do trabalho, implicou um aumento de anos na sua preparação académica e por conseguinte uma tardia independência financeira e familiar (dos pais). Com a carência existente ao nível de oferta de

trabalho, a procura de emprego é feita longe da família de origem, implicando um adiamento da “constituição da sua própria família”, que actualmente só ocorre por volta dos 30 anos de idade e só após a Mulher já ter atingido a estabilidade profissional. Deste modo, é cada vez mais comum, a opção da maternidade ficar para segundo plano.

Consequentemente, para se poder compatibilizar a vida familiar com a vida profissional longe da família de origem, opta-se por ter um único filho ou não ter nenhum, condição que contribui para a realidade portuguesa onde se verifica um aumento da esperança média de vida com uma taxa de envelhecimento elevada e uma baixa taxa de natalidade.

Estados-Membros	Taxa de emprego das mulheres entre 20 e 44 anos (%)	
	Sem filhos	Filhos dos 0 aos 5 anos
Bélgica	77	66
França	72	56
Alemanha	83	49
Grécia	60	48
Irlanda	81	46
Itália	68	45
Luxemburgo	84	49
Áustria	85	68
Portugal	83	72
Espanha	67	40
Holanda	86	60
Reino Unido	87	53

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias, valores de 1998

Contudo, as mães portuguesas com filhos pequenos continuam no mercado de trabalho, como modo de colaborar para com o orçamento familiar e de manter a sua independência.

Esta realidade transporta-nos para famílias onde ambos os cônjuges têm uma actividade profissional fora de casa (por vezes com duplo emprego), com dificuldade em conciliar tarefas, horários e hábitos familiares, tendo que bastar-se a eles próprios,

devido às restrições existentes a nível das redes de parentesco que estão cada vez mais distantes, a nível das redes de vizinhança que tendem a desaparecer e a nível das dificuldades em conciliar os apoios formais existentes na sociedade.

1.3.2.1. O Desafio da conciliação entre a vida familiar e profissional

Se considerarmos que conciliação é a preocupação para com a compatibilidade tranquila, sem stress ou inconvenientes para uma das partes, de modo a permitir uma concomitância isenta de fricções (Guia de Boas Práticas: Conciliar a Vida Profissional Familiar e Social, 1996), poderemos dizer que a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional é um desafio actual, pois com a entrada da mulher no mercado de trabalho, os papéis de género ficaram desordenados, suscitando a questão: quem deve fazer o quê?

A Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos/as trabalhadores/as, estabelece os direitos da igualdade entre Homens e Mulheres em todos os domínios assegurando a protecção da família nos planos jurídico, económico e social, como meio de poder existir uma conciliação entre a vida familiar e profissional, salientando a protecção contra o despedimento por motivos relacionados com a maternidade, licença de maternidade ou licença parental (2000).

Nos anos 90, sente-se um investimento por parte dos países europeus, incidindo em iniciativas para Promover a conciliação da actividade profissional com a vida familiar, concluindo-se que todos, independentemente do género, têm direito à sua auto – realização profissional e pessoal, englobando esta última, o acto de cuidar dos filhos ou de outros membros da família, a gestão familiar e a partilha de tarefas domésticas.

Esta igualdade pressupõe à partida uma partilha de tarefas pelos géneros nos diferentes domínios. Porém, verifica-se uma certa discrepância, pois existe uma crescente participação das mulheres na esfera pública (mercado de trabalho), comparativamente à participação dos homens na esfera privada (actividades familiares e domésticas) que parece não ter a mesma correspondência.

O Homem continua, no mundo laboral a ocupar em grande parte os cargos de maior importância nas empresas, contudo, a Mulher continua a conquistar pontos nesta área assumindo um papel relevante em profissões designadas como “profissões de Homens” (como é o caso da força aérea, da marinha, da condução de veículos pesados, etc.).

Ramos de actividade	Mulheres	Homens
	%	%
Construção	4.2	95.8
Alojamento e restauração	61.1	39.0
Transportes, armazenagem e comunicações	20.3	79.7
Saúde e acção local	82.1	17.9
Educação	78.8	21.2
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	58.5	41.4

Fonte: Estatísticas do emprego, INE (média anual 2002)

Apesar deste passo gigantesco, ainda se verifica em pleno século XXI discriminação relativamente à Mulher.

Por vezes mulheres que estão à procura do primeiro emprego são confrontadas com questões futuristas direccionadas para a vida pessoal relacionadas com a maternidade, aquando da entrevista pela entidade empregadora. Pois constata-se que ainda continuam a ser as Mulheres que faltam sempre que um filho adocece e necessita de cuidados, influenciando a sua progressão na carreira e a produção da empresa.

Muitas das vezes o principal obstáculo está na aquisição de uma cultura de desigualdades de géneros transmitida hereditariamente, onde existem Representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que as mulheres e os homens devem ser e fazer. Estas diferenças tradicionalmente inculcadas pela socialização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre e intra culturas.

Contudo, as famílias, pela sua própria natureza dinâmica, iniciaram o seu processo de adaptação às novas circunstâncias e esta problemática deixou de ser uma questão meramente feminina, onde os homens também assumem dificuldades na conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, principalmente no que respeita às práticas domésticas, tal como se pode verificar no seguinte quadro:

Tarefas Domésticas	Casal	Mulher	Homem
Passar a roupa a ferro	3%	95%	2%
Limpar/arrumar	13%	84%	2%
Preparação das refeições	24%	71%	4%
Tratar dos filhos	30%	58%	0%
Ir buscar os filhos à escola	22%	26%	9%
Compras	52%	40%	7%

Fonte: Sondagem feita por um canal televisivo em Setembro de 1998

Sabe-se que a existência de preconceitos e estereótipos sociais, a demora da adequação de medidas legislativas e a tomada de consciência a nível empresarial de que a sua funcionalidade depende de famílias funcionais, são três dos principais factores condicionantes à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.

No que concerne à parte legal, apesar de se reconhecer que ambos os progenitores têm iguais direitos e deveres, ainda se espera que seja a mulher a prestar cuidados aos filhos e outros familiares devido ao enraizamento dos hábitos.

Existem ainda outros factores de grande importância a considerar, nomeadamente:

- a. **Factores pessoais** (auto – estima; capacidade de organizar o tempo; o tipo de agregado familiar; capacidade de mudança; habilitações literárias; formação profissional e a repartição das tarefas domésticas pelos diversos elementos da família);
- b. **Factores Profissionais** (a profissão que cada elemento da família desempenha; o tipo de horários praticados; a distância percorrida de casa para o trabalho e do trabalho para casa; o vínculo existente para com a instituição; ser uma instituição do foro público ou privado e o conhecimento dos direitos e deveres por parte dos trabalhadores e da entidade patronal);
- c. **Factores Sócio – culturais** (representações sociais de papéis; laços de proximidade; horário de comércio e serviços muitas das vezes incompatíveis com o horário extra laboral; alternativas existentes a nível de

transportes e compatibilidade de horários e existência de serviços de proximidade);

- a. **Factores políticos** (o cumprimento das leis existentes e presença de políticas locais).

Torna-se imperativo para uma consistente conciliação entre a vida familiar e a vida profissional que exista um equilíbrio na actividade doméstica começando pela repartição equilibrada das tarefas sem que pareça obrigação por parte de algum dos elementos, mas considerando o feito como uma necessidade, de forma a contrariar uma constatação de Alain Braconnier que diz o seguinte “Em 20 anos, de 1975 a 1995, os homens passaram de 54 minutos diários de colaboração a 65 minutos. Para as mulheres este trabalho reduziu-se de 3h 15m a 3h 09m (...). A igualdade vai chegar em 2075!”.

Outro aspecto a ter em conta é sem sombra de dúvida a repartição equilibrada das responsabilidades familiares, que na maioria das vezes se são direccionadas para o elemento consoante a área. Tomemos como exemplo a educação dos filhos, o elemento responsável denominado por encarregado de educação, na maioria das vezes é um papel da Mulher, apesar de já se começar a denotar a presença de alguns pais (Homens) nas reuniões convocadas pelas escolas. Se considerarmos por outro lado o exemplo de reparação e manutenção de veículos destinados ao transporte dos elementos da família, verificamos ser uma actividade da responsabilidade masculina.

Apesar da agitação social que se vive actualmente quer a nível pessoal ou familiar, a organização do trabalho e a gestão do tempo são duas peças fundamentais do puzzle. Há que saber orientar-nos espaço – temporalmente de forma a darmos respostas adequadas a nível profissional e familiar, presidindo sempre um espaço próprio de lazer, nem que seja uma única vez por semana.

Em suma, a estrutura organizada do dia-a-dia é fundamental, pois só assim poderá existir um equilíbrio biológico, psicológico e social.

1.3.2.2. O Voluntariado na (re) conciliação entre a vida familiar e profissional: áreas e propostas de intervenção

O voluntariado está indubitavelmente relacionado com a qualidade ou direito do cidadão, traduzido numa analogia interdependente para com o próximo. Neste

concubinato, o foco assenta na participação de forma livre e organizada, promovendo a resolução dos problemas que afectam os cidadãos.

Os dias parecem ser cada vez mais concisos para os afazeres mundanos numa sociedade onde palavras como família e vizinhança, parecem ser cada vez mais escassas, talvez pela baixa taxa de natalidade e pelo êxodo dos jovens para zonas onde a oferta de trabalho e as condições de vida sejam diferentes das existentes nas localidades rurais, parecendo discordância com a cada vez mais procura dessas zonas para fugir ao stress da vida quotidiana, considerando-as como zonas com uma melhoria qualidade de vida.

Torna-se urgente o apoio dos voluntários que agindo de forma livre asseguram projectos pessoais e familiares através de acções realizadas desinteressadamente.

Na (re)conciliação vida familiar/vida profissional, o voluntário tem um papel primordial, na medida em que pode ser o elo de ligação entre estes dois aspectos fundamentais.

Estas acções podem passar pelo simples facto de auxiliarem na pesquisa de respostas, na substituição de uma pessoa que tenha a seu cargo um familiar, para que a primeira possa efectuar algo que goste (ex. ir ao cabeleireiro, ir ao café, ir às compras...) ou de que necessite (ir buscar as crianças à escola).

1.3.3. Questões mais pertinentes a lembrar

A questão conciliação vida familiar/vida profissional é uma das principais preocupações para a existência de uma correcta organização social e política.

A entrada da mulher no mercado de trabalho veio tornar esta problemática mais preocupante, pois começou a verificar-se uma grande alteração em termos da cultura familiar.

Os principais obstáculos apontados para uma correcta conciliação entre estas duas áreas são, segundo o projecto para uma sociedade activa:

- a diferente forma de sociabilizar do homem e da mulher, devido à divergência nos papéis que lhes são atribuídos quer no foro privado ou público;
- a forma como está estruturada a organização profissional e a organização económica, verificando-se formas de discriminação, de onde se salienta a desigualdade de salários, as desigualdades a nível de

progressão/promoção/realização na carreira e a penalização por maternidade;

- a organização da vida privada e familiar assente em estereótipos sexuais, nomeadamente no que respeita à partilha de tarefas e responsabilidades, acarretando na maioria das vezes sobrecarga física e psicológica para as mulheres e um desgaste a nível relacional;
- a escassez de instituições de apoio a crianças e dependentes, que muitas das vezes também não dão uma resposta adequada principalmente em termos de horário dificultando a conciliação vida familiar/vida privada principalmente a quem trabalha por turnos;
- o desenvolvimento da cultura de competição cada vez mais implementada ao longo do ciclo vital (GRAAL, 1999).

As principais medidas para tentar colmatar esta questão na generalidade social, passam por entender de forma diferente a cultura familiar actualmente implementada na sociedade actual, onde os papéis tradicionais e os estereótipos da divisão sexual do trabalho têm que ser tomados em consideração.

Assim, as principais estratégias devem de ser desenvolvidas a diferentes níveis, nomeadamente:

- na educação, tendo presente a possibilidade de alteração a nível dos programas implementados, e a permissão para a permanente formação dos agentes de ensino;
- nas empresas, repensando a cultura organizacional e empresarial, não havendo diferenciação de géneros;
- na protecção da maternidade/paternidade e exercício das responsabilidades familiares;
- na vida familiar repensando a distribuição de tarefas e a co – responsabilização;
- na sociedade, criando organizações e instituições de apoio com as características necessárias de forma a que exista um acompanhamento da reestruturação familiar (GRAAL, 1999).

Só desta forma será possível conciliar a vida familiar/ profissional, tendo sempre presente a imutabilidade deste processo.

1.3.4. Exercício de aplicação

Nas situações que se seguem saliente o papel do voluntário de forma a promover a conciliação ente a vida familiar e profissional das três famílias.

Situação n.º 1:

Uma mulher de 25 anos, professora, divorciada, com uma filha de 5 anos (na pré – primária) e outra de 7 meses (numa ama), ficou colocada numa escola, onde o horário de saída às terças – feiras é às 18:00.

A ama só poderá ficar com a bebé até às 16:00 e que a pré – primária encerra às 17:00.

Situação n.º 2:

Um casal jovem, com um filho de 3 anos, ambos enfermeiros, a trabalhar por turnos num Hospital. Sem família próxima.

Situação n.º 3:

Um casal com 2 filhos menores, ambos empregados.

O pai de um dos membros do casal (viúvo), teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC), apesar de ter recuperado algumas capacidades necessita de fazer fisioterapia diariamente.

1.3.5. Bibliografia

- ALARCÃO Madalena (2002). *(des) Equilíbrios Familiares*, Coimbra: Quarteto Editora;
- ALMEIA, A.N. etal. (1998). *Relações Familiares: Mudança e Diversidade*, in VIEGAS J.M.L. e COSTA A.F. (org.). Oeiras: Celta Editora;
- BRACONNIER, Alain (1998). *O sexo das Emoções*, Lisboa: Piaget Editora;
- GUERREIRO M. D. (2005). *Conciliação entre a vida pessoal e a vida familiar – comunicação proferida no Seminário Vida Familiar e Profissional: os Desafios da Conciliação*, Fundação Eugénio de Almeida, Évora, 5 de Maio;
- GRAAL (1999). *MEDIDAS E RECOMENDAÇÕES para a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar de mulheres e homens*, Lisboa: Gráfica Maiadouro;
- SEGALEN M. (1999). *Sociologia da Família*, Lisboa: Editora Terramar;
- SULLEROT, E. (1999). *A Família – Da crise à necessidade*, Lisboa: Piaget Editora.

OUTROS DOCUMENTOS:

Recomendação de Oeiras – para a promoção da conciliação entre a vida familiar e a actividade profissional.

Directiva 2003/88/CE do Parlamento Europeu – Comissão dos direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

SITES:

www.academiasocial.org.br

2 – O voluntariado social e a sua intervenção com o idoso

2.1. O envelhecimento: uma perspectiva social

Maria Cristina Bernardo

2.1.1. Objectivos do módulo

- Proporcionar a interiorização de conhecimentos sobre a evolução do envelhecimento demográfico da população- tendências, problemas associados, respostas sociais e políticas de intervenção;
- Incentivar os formandos a reflectir sobre questões relacionadas com os idosos;
- Proporcionar/gerar o debate em torno de questões considerados pertinentes para a clarificação dos conteúdos programáticos.

2.1.2. O Envelhecimento

2.1.2.1. O envelhecimento Sócio- demográfico

Foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX que emergiu um novo fenómeno nas sociedades desenvolvidas. O envelhecimento demográfico, que traduz o aumento preocupante do número de pessoas idosas.

O Envelhecimento Demográfico despertou o interesse de numerosos investigadores de todas as áreas científicas na procura de uma caracterização deste fenómeno na tentativa de encontrar soluções e de prever a evolução futura.

Esta situação decorre da transição demográfica, ou seja a passagem de um modelo demográfico de fecundidade e mortalidade elevados, para um modelo em que ambos os fenómenos atingem níveis baixos, e define-se pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total, em detrimento da população jovem.

Tudo isto Leva ao **estreitamento da base** da pirâmide de idades, com diminuição de efectivos populacionais jovens e o **alargamento do topo**, com acréscimos de efectivos populacionais idosos.

De acordo com os dados do último censos, a população residente do País, em 2001, era de **10.356.117** indivíduos de ambos os sexos.

A população idosa residente era estimada em **1.709.099** pessoas, o que representa **16,5%** da população, com uma distribuição geográfica caracterizada por um maior envelhecimento no interior do país.

A esperança de vida à nascença em Portugal, é de **80,3** anos para mulheres e de **73,5** anos para os homens (DGS, 2004).

Segundo a distribuição etária, **16%** do total da população corresponde a indivíduos com menos de 14 anos. Quanto ao grupo etário dos 15 aos 24 anos atingia os **15%**. O grupo dos 25 aos 64 anos representava **53%** da população total. Com mais de 65 anos existia **16%** da população.

A população produtiva representa no nosso País apenas **15%** do total, o que associado às condições sócio-económicas, revela-nos um cenário assustador e que dificilmente poderá dar resposta às necessidades que a população idosa carece em termos de equipamentos, de assistência na saúde, de lazer, etc.

No ano 2000 o Índice de Envelhecimento da população, que se traduz no número de idosos por cada **100 jovens**, era de **102** para Portugal.

Até **2050** a população de todas as regiões, envelhecerá, podendo o Índice de Envelhecimento situar-se nos **398 idosos** por cada **100 jovens** para qualquer dos cenários (INE, 2004).

De acordo com as previsões da ONU para 2050 o número dos europeus de 100 ou mais anos de idade aumentará em 15 vezes, podendo chegar a 624.000 indivíduos.

Na Europa haverá cerca de **1.117** pessoas de **100 ou mais anos** de idade por cada milhão de pessoas da população geral.

2.1.2.2. As Mudanças sociais no envelhecimento

Numa sociedade em que a diferença não tem sido um valor positivo, sendo mesmo elemento discriminatório, que tende a segregar as minorias que não se encaixam na sociedade de consumo, é necessário, pois, promover a mudança de atitude que estimule as relações inter-geracionais como enriquecedoras e formativas, uma vez que se tornam gratificantes para qualquer idade. O programa inter-geracional, é definido quando une várias gerações, em actividades planeadas, com o objectivo de desenvolver novas relações e alcançar objectivos específicos. Os programas inter-geracionais são veículos para o intercâmbio continuado de recursos e aprendizagens

entre gerações de idosos e as mais jovens com a finalidade de conseguir benefícios individuais e sociais.

Há que criar condições para que a mudança de estereótipos relativamente às pessoas idosas aconteça; há que criar um novo horizonte cultural de recuperação de tradições; há que envolver activamente a família; há que criar residências adaptadas às pessoas idosas e modificar outras; há que fomentar a criação de actividades de ócio e de ocupação de tempos livres.

2.1.2.3. A promoção do envelhecimento activo: algumas propostas

O Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, de 2004, assenta em três pilares fundamentais:

- Promoção de um envelhecimento activo, ao longo da vida;
- Maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas;
- Promoção e desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas.

Recomenda, igualmente, uma atenção especial às **peças mais frágeis e vulneráveis**: idade avançada; alterações sensoriais; desnutrição; risco de quedas; polimedicação.

O Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, será operacionalizado a nível regional e local pelos serviços dependentes das Administrações Regionais de Saúde que deverão definir Planos de Acção, tendo em conta as orientações deste Programa, as diversidades regionais e locais, fomentando as parcerias e o bom aproveitamento dos recursos existentes.

Chama também a atenção para o envolvimento de todos os parceiros sociais, nas estratégias de intervenção dirigidas à saúde das pessoas idosas, com realce para: a comunicação social; os professores e outros grupos profissionais e responsáveis autárquicos.

Na II Assembleia Mundial das Nações Unidas realizada em Madrid, em 2002, foram traçados dois objectivos que deveriam orientar as políticas inovadoras para responder ao fenómeno do envelhecimento:

- O envelhecimento tem que ser activo.

- A sociedade é feita por todas pessoas, em todas as idades.

“A expansão do envelhecer não é um problema. É sim uma das maiores conquistas da humanidade. O que é necessário é traçarem-se políticas ajustadas para envelhecer são, autónomo, activo e plenamente integrado. A não se fazerem reformas radicais, teremos em mãos uma bomba relógio a explodir em qualquer altura” (*Kofi Anam*, 2002).

Os factores ou determinantes apontados pela Organização Mundial de Saúde, para o envelhecimento activo e que foram submetidos a reflexão e debate na II Assembleia Mundial da ONU, realizada em Madrid em 2002, foram os seguintes:

- Factores sociais;
- Factores pessoais;
- Factores do meio físico;
- Factores económicos,
- Factores comportamentais.

As áreas de intervenção passam por: promover a saúde e o ajuste físico e prevenir a “discapacidade”; otimizar e compensar as funções cognitivas; incrementar o desenvolvimento afectivo e da personalidade e maximizar o envolvimento social.

São muitos os exemplos de actividades desenvolvidas, que têm em conta os factores referidos anteriormente: Os Programas Inter - geracionais que são promovidos e fomentados pelas escolas e outras instituições de solidariedade social; a criação e dinamização de Universidades Sénior; os programas de Voluntariado, entre outras, que não só fomentam as relações inter- geracionais, como fortalecem os laços familiares, sociais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

Promoção do envelhecimento activo.

O que fazer?

Actuar aprendendo e reconstruindo tradições;

Actuar obrigando a modificar o que nos cerca, a cidade. Construindo cidades habitáveis e acessíveis;

Actuar proporcionando novos espaços de ócio e de tempo livre.

Temos que reconhecer os mais velhos como os grandes protagonistas deste novo caminho, desafiando-os a : **fazer mais, ser mais e estar mais.**

O trabalho do voluntário é de extrema importância e deve ser fomentado, pois muitas das actividades de âmbito comunitário podem ser desenvolvidas por voluntários aposentados e outros, que muitas vezes, pelo conhecimento que têm da comunidade, conseguem potenciar melhor todos os recursos disponíveis e inclusive promover o envolvimento das famílias no melhor apoio aos idosos e na sua valorização enquanto cidadãos.

2.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- O envelhecimento demográfico é um fenómeno das sociedades desenvolvidas;
- As Redes de Apoio ao idoso, quer formais, quer informais são imprescindíveis;
- O envelhecimento activo é uma responsabilidade de todos (Estado, Sociedade Civil e Família).

2.1.4. Exercício de aplicação

- Relato e análise de testemunhos de idosos e de voluntários envolvidos em actividades de promoção do envelhecimento activo.

2.1.5. Bibliografia

- ASCENÇÃO, M. Teresa, (2004). *Uma Sociedade para Todas as Idades Intervenção Pessoal e Comunitária*, Medicina Universal, nº1, Prismédica, Lisboa;
- BEZRUKOV, V. y Foigt, N.A, (2005). *Longevidad centenaria en Europa*, Geriatría y Gerontología, Madrid;
- DGS, Direcção Geral de Saúde, (2004). *Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas*, Circular normativa;
- Fernandez-Ballesteros, R., (2000). *Gerontologia Social*, Edições Pirâmide, Madrid;
- GIMENO, Adelina, (2003). *A Família - o desafio e a diversidade*, Instituto Piaget, Lisboa;
- INE- Instituto Nacional de Estatística,(2002). *O Envelhecimento em Portugal*, Lisboa;
- INE - Instituto Nacional de Estatística, (2004). *Projeções de Portugal residente, Portugal e NUTSII: Decréscimo e Envelhecimento da população até 2050*, Lisboa;
- MACHADO, Joaquim, A.F., (2003). *A acção das IPSS, Mutualidades e Misericórdias Portuguesas – Desafios e Mudanças*, Medicina Universal, Prismédica, Lisboa;
- MOUROS, Helena, (2001). *Solidariedade e Mutualismo: um espaço de partilha*, Quarteto, Coimbra;
- NAZARETH, J. Manuel, (2004). *Demografia - a Ciência da População*, Editorial Presença, Lisboa;
- SALVADOR-CARULLA, L. et al, comp., (2004). *Longevidad: Tratado integral sobre salud en la segunda mitad de la vida*, Editorial Médica Panamericana, Madrid;
- SEGALEN, Martine, (1999), *Sociología da Família*, Terramar, Lisboa.

2.2. Gerontologia e geriatria

Maria Laurência Gemito

2.2.1. Objectivos do módulo

Que os/as formandos/as, no final do módulo, sejam capazes de:

Reconhecer os aspectos que caracterizam o envelhecimento demográfico, os factores que contribuíram para o mesmo e as suas consequências;

- Conhecer os aspectos bio-psico-sociológicos do envelhecimento;
- Compreender a importância da actividade física para o bem-estar físico e mental do idoso;
- Conhecer as alterações familiares/sociais e a sua repercussão nos idosos;
- Identificar as dificuldades/necessidades dos idosos/famílias;
- Conhecer os equipamentos comunitários de apoio aos idosos,
- Compreender o papel do voluntário.

2.2.2. A população idosa

O envelhecimento da população é, sem dúvida, um fenómeno mundial, caracterizado pelo aumento da proporção da população idosa em detrimento da população jovem e, ainda em idade activa.

Parece ser consensual que, o envelhecimento da população, é uma ambição natural de todas as sociedades pois, continuamente se estão a desenvolver esforços no sentido de prolongar a vida e tornar a velhice uma etapa que prima pela sua qualidade, dignidade e respeito.

Entender o processo de envelhecimento, é compreender que as pessoas não envelhecem todas da mesma maneira. O envelhecimento caracteriza-se por um conjunto de factores fisiológicos, psicológicos e sociais, corolário das várias etapas da vida. A velhice surge então, como uma fase, inerente ao próprio processo de envelhecimento.

Tendo em conta que as pessoas vivem cada vez mais tempo, é natural que, com o avançar dos anos, ocorra uma perda progressiva da autonomia, o que leva por vezes a que necessitem de ajuda, na realização das actividades de vida diárias. Desta forma, os cuidadores formais e informais, de entre estes últimos, essencialmente a família, desempenham um papel importante, aos quais deve ser reconhecido um valor inestimável, pois, facilitam a permanência do idoso no seu meio natural.

2.2.2.1. Aspectos bio-psico-sociológicos do envelhecimento

Outrora a velhice não era considerada como um problema social, esta problemática surgiu aquando do envelhecimento da população (envelhecimento demográfico), principalmente nas últimas décadas. As repercussões do envelhecimento da população fazem-se sentir nas várias esferas: social, saúde, económica e política.

As alterações da estrutura etária da população devem-se a uma pluralidade de factores, entre os quais: o declínio da natalidade, da fecundidade, da mortalidade e o aumento da esperança média de vida e os movimentos migratórios. Também deveremos considerar a heterogeneidade da distribuição quanto ao sexo, acentuando-se esse desequilíbrio nos últimos escalões etários, essencialmente devido à sobremortalidade masculina.

De facto, o grupo dos 65 e mais anos não é homogéneo, acentuado ainda pelo aumento da esperança de vida, daí a necessidade de diferenciar cada vez mais essa faixa etária. Quando nos debruçamos sobre o envelhecimento humano, devemos considerar o factor cronológico (idade). A proposta do Gabinete de Recenseamento dos Estados Unidos da América considera as seguintes faixas etárias:

- idosos jovens (65-74 anos)
- idosos (75-84 anos)
- muito idosos (85 e mais anos) (Rendas 2001)

A velhice, é sem dúvida, uma etapa da vida que se prolonga por vários anos, cada vez mais anos, acompanhada de alterações no organismo, consequência do passar dos mesmos.

Segundo Filho (2000), o envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, em que as modificações que ocorrem são morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas e conduzem à perda progressiva da capacidade de adaptação da pessoa ao meio ambiente, desencadeando maior vulnerabilidade, uma maior incidência de

processos patológicos e uma redução da capacidade de sobreviver, que pode conduzir o indivíduo à morte.

Apesar do envelhecimento não ser um processo patológico, essencialmente, a partir dos 40 anos, começam a desencadear-se uma série de alterações fisiológicas, características do processo de envelhecimento. Desta forma não podemos considerar que se fica idoso de repente, quando se fazem 65 anos. Este é um processo gradual, tal como nos mostra Helen Bee (1997):

Mudanças decorrentes da idade no funcionamento físico

Função do corpo	Idade em que a mudança começa a aparecer ou a ficar mensurável	Natureza da mudança
Visão	40-45	...visão de perto mais deficiente e maior sensibilidade à claridade.
Audição	Por volta dos 50	Perda da capacidade de ouvir tonalidades muito altas ou muito baixas.
Olfacto	Por volta dos 40	Declínio na capacidade de detectar e discriminar entre diferentes cheiros.
Músculos	Por volta dos 50	Perda de tecido muscular ... e perda de força.
Ossos	Após menopausa nas mulheres; mais tarde nos homens	Perda de cálcio nos ossos (osteoporose) e desgaste nas juntas dos ossos, mais marcante após os 60 anos.
Coração e pulmões	35 ou 40	... declínio na maioria dos aspectos da função quando ocorre mensuração durante ou após o exercício.
Elasticidade	Gradativa	Perda de células da pele, músculos, tendões, vasos sanguíneos. Mais rápida deterioração nas células expostas à luz solar.
Altura	40	Compressão de discos na coluna, com resultante perda de altura, por volta de 2,5 a 5 cm aos 80 anos.
Pele	40	Aumento das rugas, devido à perda de elasticidade; glândulas secretoras de óleo e suor tornam-se menos eficientes.
Cabelo	Por volta dos 50	Torna-se mais fino e pode embranquecer

Fonte: Adaptado de BEE, Helen – O Ciclo Vital – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, pág. 391.

O indivíduo, enquanto inserido num determinado contexto, para além das características individuais, também o modo de vida, o meio envolvente e a sociedade em que se insere, têm o poder de condicionar o seu estado de saúde/doença.

São múltiplos os factores que interferem com o envelhecimento, tal como as consequências que dele advêm. Para Birren e Cunningham “ o crescimento e o envelhecimento nunca é o produto exclusivo de um único conjunto de determinantes, mas a consequência da nossa base filogenética, a nossa hereditariedade única, o meio físico e social no qual estas predisposições genéticas se exprimem e, no caso do homem, ainda o efeito do pensamento e escolha” (Paúl 1997: 11). Maria Arminda Costa remete-nos para determinadas correntes que consideram que nos seres humanos as diferenças de envelhecimento são determinadas geneticamente mas consideravelmente influenciadas pela nutrição, estilos de vida e ambiente (Costa 2002).

Logo, apesar de ser universal, o envelhecimento é diferente de indivíduo para indivíduo, daí que deva ser entendido como um todo, tendo em conta as suas dimensões psicológica, biológica, social e existencial.

Alguns autores consideram que cada indivíduo apresenta três idades diferentes: a idade biológica, a idade social e a idade psicológica. A idade biológica tem a ver com o envelhecimento orgânico que leva à decadência do funcionamento dos diferentes órgãos (declínio das funções orgânicas). A idade social está relacionada com o papel, o estatuto e os hábitos do indivíduo, e é condicionada pela cultura, valores e história da sociedade em que o mesmo está inserido (estatuto social). A idade psicológica relaciona-se com as competências comportamentais de cada indivíduo, as suas capacidades, nomeadamente, memória, inteligência, aprendizagem e motivação (Fontaine 2000).

Encontramos variadas teorias que de alguma forma contribuíram para a explicação do processo de envelhecimento. Biologicamente o envelhecimento é um processo contínuo, ocorre durante toda a vida, socialmente varia de acordo com o quadro cultural e com as condições de vida e de trabalho.

Desigualdades a este nível, levam a desigualdades no processo de envelhecimento: intelectualmente, quando existem alterações nas suas capacidades intelectuais anteriores; economicamente quando se deixa o mercado de trabalho, deixando de ser economicamente activo; funcionalmente quando se atinge algum nível de dependência na realização das actividades de vida diárias. Cronologicamente consideram-se os 65

anos como a idade a partir da qual se é velho, sendo este critério cronológico o mais utilizado (Paschoal 1999).

A idade cronológica dá-nos o momento da passagem para a última etapa da vida.

A preocupação com a velhice e o processo de envelhecimento são tão antigos quanto antiga é a civilização. A grande diferença, é que nas sociedades primitivas, os velhos eram objecto de veneração, eram respeitados. Todos os elementos de uma família deveriam obedecer aos mais velhos. No séc. XVIII os idosos eram considerados património e não encargo. Hoje, há uma inversão de valores. Passa-se a julgar o homem pela sua capacidade de produzir, o que se traduz na perda da sua condição social; é improdutivo e decadente (Netto 1999).

O conhecimento e a experiência dos idosos deixam de ser valorizados. Antigamente, a sua autoridade e respeito advinham da longa e rica experiência de vida e da idade.

Apesar de já não contribuírem com trabalho e de algumas limitações, este facto era compensado pela sabedoria adquirida ao longo dos anos, que era transmitida aos descendentes, com o intuito de também eles poderem sobreviver. Actualmente para que serve a sabedoria dos idosos confrontada com os novos modelos económicos e de produção? A evolução tecnológica e científica dos últimos anos, aumenta o abismo entre a partilha de conhecimento, entre os mais velhos e os mais novos.

O primeiro grande impacto da velhice, para o indivíduo, será a perda dos seus papéis sociais e o vazio que sente até encontrar novas funções. Ser “velho” é um conceito que se altera no tempo e no espaço, é a sociedade que atribui ao velho o seu papel e o lugar que ocupa.

O processo fisiológico do envelhecimento não tem que ser patológico e associado a incapacidades, apesar de tudo, os idosos, sobretudo os mais idosos, desenvolvem disfunções ou incapacidades. Refere J. Gomes Ermida que cerca de 40% da população idosa apresenta limitações da actividade e da mobilidade, 15% necessita de ajuda na realização das actividades do quotidiano (cuidados essenciais ao bem estar do indivíduo determinantes da autonomia do idoso). Acrescenta ainda que estes números aumentam consideravelmente nos indivíduos com mais de 85 anos, em que a maioria apresenta incapacidades e limitações muito significativas (Ermida 2000).

Estas questões do envelhecimento foram abordadas na Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em Madrid (2002), em que foram identificados os Princípios das Nações Unidas em prol das pessoas idosas:

- Independência

- Participação
- Cuidados
- Realização pessoal
- Dignidade

Pretende-se que o envelhecimento seja um processo activo pois, a sociedade é feita por todas as pessoas, em todas as idades.

Também a Direcção Geral de Saúde (2004), apresenta o Programa Nacional para a Saúde das Pessoas Idosas, preconizando:

- Promoção de um envelhecimento activo, ao longo de toda a vida;
- Maior adequação dos cuidados de saúde às necessidades específicas das pessoas idosas;
- Promoção e desenvolvimento intersectorial de ambientes capacitadores da autonomia e independência das pessoas idosas.

Envelhecimento activo é então “o processo de optimização das oportunidades para a saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem” (OMS; II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento; Madrid, 2002)

O envelhecimento fisiológico normal pode então caracterizar-se da seguinte forma:

- Ocorre desde que se nasce (de forma mais intensa com o avançar dos anos)
- É gradual
- Caracteriza-se por alterações fisiológicas
- Não está explicado (existem várias teorias)
- Não é composto só de aspectos negativos
- Não é sinónimo de doença
- É único (ninguém envelhece da mesma maneira)

O processo fisiológico do envelhecimento não tem de ser associado a incapacidades, apesar de tudo, sobretudo os mais idosos, desenvolvem disfunções e incapacidades.

Em suma, o processo de **envelhecimento** é um fenómeno:

- Normal
- Universal

- Único
- Resulta de factores externos e internos
- Caracteriza-se por mudanças físicas e psicológicas
- Leva a uma quebra na estrutura e funcionamento dos órgãos
- Com o decorrer dos anos compromete a autonomia
- Não se deve medir pela idade cronológica

A **velhice** é:

- Etapa da vida que se prolonga por vários anos
- Cada vez mais anos
- Conceito social e cultural

2.2.2.2. Saúde, desporto e bem-estar físico e mental do idoso

De facto, não se volta a ter 20 anos outra vez mas, no entanto, pode-se mudar o estilo de vida, melhorando o bem-estar e a saúde física e mental: Como?

- Ser mais saudável, não sendo obeso
- Ser fisicamente mais activo
- Fazer uma alimentação saudável
- Aprender a relaxar

➤ **Como nos tornámos sedentários?**

Desde os primórdios, os nómadas, os caçadores recolectores,..., faziam actividades de grande esforço para sobreviverem. Antes da Revolução Industrial os agricultores e famílias trabalhavam de manhã à noite. Com a revolução industrial, ocorreram grandes alterações na vida das pessoas – A Máquina -. Em substituição da força física, apareceu o tractor, o automóvel, o computador, as máquinas, etc.... Tudo isto contribuiu de alguma forma para o sedentarismo.

Neste momento, as pessoas vivem mais tempo e a população acima dos 60 anos aumenta a um ritmo acelerado. Prevê-se que em 2030 as pessoas com mais de 65 anos representem 25% da população. Também o número de pessoas com mais de

100 anos tem vindo a aumentar, sendo que o grupo etário que está a registar maior índice de crescimento é o das pessoas acima dos 85 anos.

Por tudo isto, é preciso pensar na qualidade de vida das pessoas idosas.

Sabe-se que o aumento da mobilidade melhora o bem-estar, promove a independência e autonomia, permitindo aos idosos manter as capacidades para realizar as actividades do dia a dia.

Efeitos positivos do exercício para a saúde mental e física:

- Melhora a qualidade do sono
- Reduz o estado de tensão
- Aumenta o controle muscular
 - Diminui a fadiga (caminhar, tarefas, respirar,...)
- Aumenta a capacidade cardiovascular e pulmonar
 - A capacidade vital (respiração profunda) aumenta
 - Oxigénio e dióxido de carbono (trocas gasosas)
- Aumenta a força, a resistência e a coordenação motora
 - Diminui o cansaço fácil
- Ajuda a controlar a obesidade
- Previne outras doenças (ossos, HTA, Diabetes,...)

Sabe-se hoje que o sedentarismo é uma das principais causas de morte (AVC e ataque cardíaco), doença e incapacidade. Um estilo de vida sedentário duplica o risco de doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade e faz aumentar o risco de cancro do cólon, HTA, osteoporose, outras doenças ósseas e das articulações, colesterol elevado, depressão e ansiedade. O exercício não é perigoso, desde que adequado/adaptado a cada pessoa.

A falta de exercício sim, é perigosa e prejudicial, provoca vulnerabilidade cardiovascular, fragilidade muscular e esquelética, obesidade, depressão e envelhecimento prematuro. Caminhar, por exemplo, é um exercício excelente para todas as idades, permite melhorar a atitude mental, a auto confiança, distrair com o meio envolvente e aliviar o stress e a tensão.

É importante para os idosos manterem-se:

- Fisicamente activos
- Mentalmente activos
- Socialmente activos

2.2.2.3. Alterações familiares/sociais e a sua repercussão nos idosos

A família é uma das mais antigas instituições, é o primeiro e mais importante grupo social. É constituída por um conjunto de pessoas entre as quais existe uma ligação, qualquer que seja o grau de parentesco (família em sentido lato), ou por um conjunto de pessoas em que o grau de parentesco é mais estreito (família conjugal).

Existem vários tipos de famílias. Uma das formas de definir família nuclear é aquela que é composta pelo marido, mulher e filhos; a família extensa é composta por duas ou mais famílias nucleares, acrescida, eventualmente, de outros elementos e vivendo sob o mesmo tecto.

Nas sociedades modernas, parece prevalecer a família nuclear, mas também se podem encontrar outras formas de família como, por exemplo, a família extensa e ainda novas formas de família, como a família monoparental, a família recomposta, pessoas sós, famílias de casais c/ ou s/ filhos e famílias alargadas e múltiplas (complexas).

O envelhecimento é um processo fisiológico, não uma doença mas, apesar disso, essencialmente nos idosos mais velhos, a necessidade de ajuda começa a ser uma constante. A rede familiar desde que existente, é a primeira a quem se recorre, pois, a família continua a ter um papel importante como suporte e no apoio às pessoas idosas. É no próprio cônjuge e na família que os idosos procuram apoio para resolver as suas necessidades e problemas. Como principal grupo social, a família surge como suporte social, sendo primordial na satisfação das necessidades do idoso e local privilegiado de solidariedade, acolhimento, troca afectiva e material.

Tradicionalmente, a família é a responsável pela prestação de cuidados aos mais velhos. Este papel de apoio ao idoso, vem desde a antiguidade, embora, devido aos condicionalismos socio-económicos e culturais, assuma hoje formas diferentes.

Segundo o INE, as estimativas, com base nos resultados provisórios dos censos 2001, relativamente a Portugal, revelaram que em 32.5% das famílias clássicas, que representam 15.1% do total das famílias portuguesas, residia pelo menos um idoso e que as famílias constituídas apenas por idosos representam 17.5% do total das famílias.

Alguns estudos nesta área afirmam que a necessidade de ajuda ao idoso recai na esposa/o, se ela/ele não existirem, nos filhos, essencialmente nas filhas. Cuidar dos idosos ainda é encarado como trabalho de mulher. Família, amigos e vizinhos detêm o papel afectivo de suporte informal ao idoso. Os vizinhos têm também um importante papel, até porque por vezes estão mais perto do idoso do que a própria família. A contribuição dos gerontólogos, nas últimas décadas, na confirmação do papel básico da família, amigos e vizinhos na vida dos idosos e a sensibilização para a importância da rede de suporte informal de apoio ao idoso é um dos objectivos da Gerontologia (Vieira 1996).

As relações intergeracionais alteraram-se devido a determinados factores; entre eles, o acentuado envelhecimento demográfico, mobilidade geográfica, alteração dos papéis femininos, condições de vida precárias e o florescimento dos serviços de apoio ao idoso. Apesar disso, a família continua a ser o principal apoio do idoso em relação aos cuidados directos, apoio psicológico e nos contactos sociais.

Há décadas atrás, a função da mulher na família era cuidar do marido, dos filhos, dos doentes e dos idosos. No entanto, actualmente, e sobretudo nas sociedades ocidentais, esta imagem da mulher na família parece estar desactualizada. Todavia, isto não significa que a mulher se tenha libertado do seu papel tradicional na família. As estatísticas parecem confirmar que a mulher continua a ser a principal prestadora de cuidados na velhice e na doença, tanto dos seus familiares consanguíneos como por afinidade (Relvas 2002).

A interacção familiar fica então comprometida pelos vários papéis que a mulher desempenha nas sociedades modernas e pelo pouco envolvimento do homem no apoio aos mais velhos.

A sobrecarga de papéis, provoca alterações a nível da família, essencialmente na mulher, tradicionalmente considerada a prestadora de cuidados, sobretudo se os idosos estão comprometidos funcionalmente.

A prestação de cuidados exige um esforço contínuo a nível cognitivo, emocional e físico que, muitas vezes, não é reconhecido e tão pouco recompensado (Brito 2001). Esta autora menciona vários estudos que sugerem que os prestadores de cuidados a familiares, durante períodos longos, como nos casos de familiares que cuidam de idosos dependentes, sofrem frequentemente de alterações na vida familiar e social, problemas económicos e laborais, cansaço e desgaste a nível físico e psíquico.

A problemática que envolve a saúde física e mental dos idosos afecta os membros da família, afectando essencialmente a saúde física e mental de quem cuida. Cuidar de alguém é uma difícil tarefa pelas questões emocionais, económicas e do quotidiano que envolve.

Também Constança Paúl (1997) refere que existiam elevados níveis de stress nas famílias que cuidavam dos seus idosos e que situações de crise e ruptura são frequentes. As institucionalizações verificavam-se a maior parte das vezes, a seguir a crises na família, que poderiam ser evitadas se estas famílias fossem apoiadas tanto física como psicologicamente no seu papel, aliviando a sobrecarga pessoal e familiar e apoiando o seu esforço.

No conjunto das políticas para a terceira idade, o objectivo central é o de manter os idosos o máximo de tempo possível no seu meio social e, essencialmente, no seu domicílio. Apesar dos apoios aos idosos, em Portugal, ainda não serem satisfatórios, algumas das respostas sociais são as seguintes:

- O Serviço de Apoio Domiciliário: destinado essencialmente aos idosos que já apresentam algum grau de dependência. Presta essencialmente serviços ao nível da alimentação, higiene pessoal, limpeza da habitação e tratamento de roupas. É no entanto, mais eficaz se existir alguma rede de apoio familiar/vizinhança. Tem como finalidades evitar a institucionalização e melhorar a qualidade de vida dos idosos.
- Os Centros de Dia: pressupõem que o idoso seja ainda minimamente autónomo nas actividades de vida diárias. Este serviço permite manter o idoso integrado na comunidade e na família, evita o isolamento, além de assegurar a satisfação das necessidades básicas.
- Os Centros de Convívio: exploram a vertente lúdica e de ocupação dos tempos livres. Proporcionam um local de convívio e de lazer, retardando a dependência dos idosos.

Estes serviços assumem um papel de grande relevância na prestação de cuidados ao idoso, porque mantêm os idosos no seu meio ambiente e em algumas situações, permitem que eles permaneçam no seio da família.

Dos equipamentos de apoio aos idosos, sobretudo aqueles cuja rede de solidariedade informal não existe ou não consegue dar resposta às necessidades, os que obtiveram maior implementação foram os Lares, equipamentos colectivos de alojamento permanente ou temporário.

Do ponto de vista de Luísa Pimentel a institucionalização do idoso surge como a última alternativa, quando todas as outras já se esgotaram. Mesmo quando os filhos estejam dispostos a fazer tudo o que lhes é possível, por vezes, o internamento é o mais adequado. Um dos motivos de ingresso no lar é a perda de autonomia física do idoso; este não é, no entanto, motivo isolado, associando-se a este, outros factores que mais fortemente condicionam a decisão. Refere ainda Luísa Pimentel que vários estudos concluíram que os problemas de saúde e a perda de autonomia não são apontados como principal causa de institucionalização do idoso. O mais frequente é o isolamento, ou seja, a falta de rede que facilite a integração familiar e social do idoso. A falta de recursos económicos e a falta de condições da habitação também são, frequentemente, apontados (Pimentel 2001). Outro aspecto, que propicia a institucionalização do idoso, ocorre nas famílias em que a relação com o idoso já era conflituosa. Logo que surge a primeira dificuldade, a opção é a institucionalização (Carvalho 1999).

Tal como refere Francisco Cabrillo (1992:20):

“socialmente, o idoso vive a sua velhice conforme o ambiente em que habita. Se se sente respeitado, querido, integrado na sua família e útil, não perde a sua autoconfiança nem se considera como uma carga“.

2.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- O envelhecimento ocorre ao longo da vida;
- A qualidade do envelhecimento é influenciada por cada um de nós;
- Factores que interferem com o envelhecimento:
 - Genéticos e hereditários
 - Meio ambiente (físico, rico em estímulos,...)
 - Hábitos de vida e comportamentos
- Com o passar do tempo ocorrem várias alterações que devem ser aceites com naturalidade;
- Existem agentes agressores que podem influenciar o envelhecimento:
 - Tabaco
 - Álcool
 - Alimentação desequilibrada

- Obesidade
 - Sedentarismo
 - Stress
 - Isolamento
 - Poluição
- Antigamente os cuidados aos idosos eram assegurados, no seu domicílio, pela família;
 - As alterações entretanto ocorridas na sociedade modificaram essa capacidade de ajuda; sobretudo pela entrada da mulher no mercado de trabalho, pelo reduzido número de filhos e pelas reduzidas dimensões da habitação, entre outros;
 - Apesar disso, é a mulher que continua a ser o garante do apoio familiar, ao mesmo tempo que desenvolve uma actividade profissional;
 - Ela acumula os dois papéis, o doméstico e o profissional, resultando em sobrecarga física, psicológica e intelectual que por vezes se traduz num elevado absentismo no trabalho, devido a dificuldades e doenças familiares;
 - Como lidar com esta multiplicidade de papéis?

2.2.4. Exercício de aplicação

1º Construção colectiva dos conceitos de:

- Velhice
- Envelhecimento
- Velho

2º Análise das atitudes da sociedade face aos idosos

- Reflectir em pequenos grupos o papel do idoso na sociedade
- Cada grupo apresenta soluções para a valorização do papel do idoso na sociedade
- Debate acerca das soluções encontradas

3º Discussão acerca das consequências da actividade física na saúde do idoso

- Pedir ao grupo que enumere as vantagens da actividade física no idoso e as consequências de uma vida sedentária

4º Reflexão/Introspecção acerca do papel da família nos cuidados aos idosos

- Pedir aos participantes que se pronunciem acerca das dificuldades das famílias
- Apresentação de propostas de apoio às famílias
- Debate acerca das soluções encontradas
- Analisar o papel do voluntário na procura de soluções

2.2.5. Bibliografia

- BEE, Helen (1997). *O Ciclo Vital*, Porto Alegre: Artes Médicas;
- BERGER, Louise; MAILLOUX-POIRIER, Danielle (1995). *Pessoas Idosas – Uma Abordagem Global*, Lisboa : Lusodidacta;
- BRITO, Luísa (2001). *A Saúde Mental dos Prestadores de Cuidados a Familiares Idosos*, Coimbra: Quarteto;
- CABRILLO, Francisco; CACHAFREIRO, M. Luísa (1992). *A Revolução Grisalha*, Lisboa: Planeta Editora;
- COSTA, Maria Arminda (2002). *Cuidar Idosos – Formação, Práticas e Competências dos Enfermeiros*, Coimbra: Formassau;
- CARVALHO, Valdecir; FERNANDEZ, M. Elida (1999). *Depressão no Idoso*, in Matheus Papaléo Netto, Gerontologia – A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada, S. Paulo: Editora Atheneu;
- CORREIA, J. Martins (2003). *Introdução à Gerontologia*, Lisboa: Universidade Aberta;
- DGS (2001) – *Quem? Eu? Exercício? Exercício sem riscos para lá dos sessenta*, Lisboa;
- ERMIDA, J. Gomes (2000). *O Envelhecimento e o Exercício Físico*, in Anabela Mota Pinto (coord.), Saúde e Exercício Físico, Coimbra: Quarteto;
- FERNANDES, Ana Alexandre (2001). *Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social*, Sociologia (Problemas e Práticas), n.º 36, p. 39-52;
- FILHO, Eurico; NETTO, Matheus (2000). *Geriatría - Fundamentos, Clínica e Terapêutica*, São Paulo: Editora Atheneu;
- FONTAINE, Roger (2000). *Psicologia do Envelhecimento*, Lisboa: Climepsi Editores;
- FREITAS, Elizabete Viana et al (2002). *Tratado de Geriatría e Gerontologia*, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan;
- NETTO, Matheus Papaléo (1999). *Gerontologia – A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada*, S. Paulo: Editora Atheneu;

- PAÚL, Maria Constança (1997). *Lá Para o Fim da Vida - Idosos, Família e Meio Ambiente*, Coimbra: Almedina;
- PASCHOAL, Sérgio (1999). *Epidemiologia do Envelhecimento*, in Matheus Papaléo Netto, Gerontologia – A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada, S. Paulo: Editora Atheneu;
- PIMENTEL, Luísa (2001). *O Lugar do Idoso na Família: Contextos e Trajectórias*, Coimbra: Quarteto;
- PINTO, Anabela Mota (coord.) (2001). *Envelhecer Vivendo*, Coimbra: Quarteto;
- RELVAS, Ana Paula; ALARCÃO, Madalena (2002). *Novas Formas de Família*, Coimbra: Quarteto Editora;
- RENDAS, António Bensabat (2001). *Adaptações Normais e Patológicas do Organismo Humano Durante o Envelhecimento – Idade Biológica Versus Idade Cronológica*, in Anabela Mota Pinto (coord.), Envelhecer Vivendo, Coimbra: Quarteto;
- VIEIRA, Eliane Brandão (1996). *Manual de Gerontologia*, Rio de Janeiro: Revinter.

3. O voluntariado social e a sua intervenção com a criança

3.1. Infância e desenvolvimento

Maria Elisa Chaleta

A educação, actualmente, é uma questão que suscita o interesse não só de pais ou de profissionais, mas de todas as pessoas. Na verdade, de uma ou outra forma todos somos educadores, todos exercemos a nossa influência nos seres com quem contactamos ou convivemos em diferentes contextos, sejam eles crianças ou adultos.

A educação assume na sociedade do terceiro milénio um papel central, multidireccionado e abrangente. Interessa-nos aqui, em particular, a infância que se constitui como uma fase determinante para todo o processo subsequente da vida do ser humano. Os valores e as premissas que nortearem a nossa acção educativa, a forma como estruturarmos as condições para o seu desenvolvimento e as modalidades de intervenção que realizarmos terão impacto assinalável no que as crianças serão no futuro, tanto no que se refere à sua formação pessoal quanto na sua formação enquanto cidadãos.

3.1.1. Objectivos do módulo

- Adquirir conhecimentos sobre as perspectivas científicas que enquadram o estudo e a intervenção com crianças;
- Reflectir sobre a infância e a sua situação na actualidade;
- Conhecer como se processa o desenvolvimento nos primeiros anos de vida;
- Conhecer a importância dos cuidados que devem ser prestados à criança para assegurar um adequado desenvolvimento;
- Compreender a necessidade de intervenção precoce em situações de risco,
- Reflectir e analisar criticamente conteúdos e situações apresentadas.

3.1.2. A Criança na sociedade actual

3.1.2.1. Perspectiva histórica sobre a infância

A obra de Philippe Ariès, *História Social da Infância*, constituiu um marco fundamental para a compreensão da história da infância ocidental¹⁵. Considera que a criança até à Idade Média era feliz porque tinha liberdade para se misturar com todas as classes e com todos os grupos etários. Quando o conceito de Infância foi inventado, na Idade Moderna, em associação com o conceito “tirânico” de família, destruiu a amizade e a sociabilidade, privando as crianças da liberdade que tinham anteriormente e acentuando as práticas punitivas.

Posteriormente, DeMause¹⁶ procura definir uma teoria compreensiva sobre a mudança nas concepções sobre a infância ao longo da História (Psicohistória), mudanças centradas na relação entre as crianças e os seus progenitores ao longo de sucessivas gerações. Considera que a História da Infância é um pesadelo do qual só recentemente começámos a acordar e que, quanto mais se recua na História, tanto mais baixo é o nível dos cuidados dispensados e mais comum se torna as crianças serem mortas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente. Estabelece uma categorização que define seis modos de relação com a infância que vai desde a infanticida à cooperante: 1) infanticida (da Antiguidade ao século IV a.C.) pressupunha que a criança não tinha alma e atingia essencialmente filhos ilegítimos e raparigas. O infanticídio só foi considerado crime em 374 d.C.; 2) abandonante (do século IV ao século XIII), em que se aceita que a criança tem alma pelo que não se mata; aceita-se que o abandono físico e emocional (amas de leite, venda de crianças, reféns políticos, garantias sobre dívidas ou negociação para adopção). Ainda se pode ver hoje nas zonas mais pobres do mundo; 3) ambivalente (até ao século XVIII) encarava a criança como cera ou argila que devia ser moldada e formada de modo a não ser ameaçadora; surgem, nesta época, os primeiros manuais sobre a educação da criança; 4) intensiva (século XVIII) em que a criança passa a ser vista de modo menos ameaçador; há uma maior aproximação e um tratamento menos brutal e, em geral, a criança estava a cargo da mãe; 5) socializante (século XIX e meados do século XX) que marca a concepção da criança como um ser que deve ser educado no sentido de ser guiado e ensinado para que se integre na sociedade; 6) cooperante (meados do século XX) baseada na preposição de que a criança conhece, melhor do

¹⁵ ARIÈS, P. (1962). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora LCT.

¹⁶ DeMause, L. (1974). *The History of Childhood*. New York: The Psychohistory Press.

que os seus pais, as suas próprias necessidades em cada estágio da vida, pelo que ambos os pais devem empatizar com elas.

Mais recentemente Colin Heywood¹⁷ sintetiza e rastreia a investigação realizada neste domínio, no Reino Unido, França, EUA, Itália, Rússia e nos países escandinavos, focando três componentes essenciais: i) mudanças nas concepções de infância a partir da Idade Média, ii) relação das crianças com os pais e os pares ao longo das etapas do seu processo de desenvolvimento e iii) uma mais geral, relativa ao trabalho, à saúde e à educação. O autor identifica várias épocas de descoberta da infância. Considera, também, que a história da infância se move por linhas sinuosas e ambíguas que oscilam entre a impureza e a inocência, entre características inatas e adquiridas, entre a independência e a dependência e entre meninos e meninas. A relação das crianças com os seus pais e pares é discutida sob vários aspectos: o desejo ou não de se ter filhos, o parto, o baptismo, a apresentação das crianças à comunidade e a morte de mães e de crianças (até ao surgimento da medicina moderna, no final do século XIX, ter filhos era um empreendimento arriscado, apesar da existência de expectativas de procriação entre os que se casavam).

3.1.2.2. Noção de infância

A infância tem um significado que vai muito mais além do que apenas o espaço/tempo que decorre desde o nascimento até ao início da vida adulta. Envolve o período em que está em jogo o desenvolvimento de todo o nosso potencial humano.

Sobre a infância encontramos dois tipos de noções: uma biológica, que considera a infância enquanto fenómeno biológico, ligada à noção de idade e de crescimento e uma cultural, que concebe a criança enquanto fenómeno social, ligada a padrões comportamentais esperados e ao estatuto de criança.

3.1.2.3. A criança na sociedade actual

Pode-se afirmar que o século XX se constituiu como a era do estudo do ser humano. Depois da Segunda Guerra Mundial uma enorme diversidade de cientistas e investigadores dedicaram-se ao seu estudo e daí resultaram duas perspectivas principais: uma, advogando que o ser humano era um ser essencialmente passivo e que o seu desenvolvimento resultava essencialmente de factores ambientais e

¹⁷ Heywood, C. (2004). *Uma história da infância: da idade média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed.

culturais, e outra, que o consideravam essencialmente activo e construtor do seu próprio desenvolvimento. A primeira perspectiva, defendida por Locke, Watson, Skinner e outros, afirmavam que o homem nascia como uma tábua rasa e que seria, posteriormente, formado pela família e pela sociedade; o seu desenvolvimento resultaria no que fosse previamente determinado, bastando para isso manipular as condições do meio ambiente. A segunda perspectiva, defendida por Kant, Piaget, Vygostky e outros construtivistas concebiam o homem como um ser dotado biologicamente, activo e construtor do seu próprio desenvolvimento.

Os estudos que actualmente se realizam neste domínio, e que muito devem aos contributos produzidos na última década pelas Neurociências, propõem a síntese entre estas duas grandes correntes: o homem é um ser dotado de competências biológicas de elevado nível de organização, activo, mas também susceptível aos elementos da cultura e da sociedade em que está inserido.

Deste modo serão de importância fundamental para o desenvolvimento da criança todas as experiências que lhe forem proporcionadas em diferentes contextos educativos, sejam eles de cariz mais informal (família, amigos, pares, etc.) ou mais formal (jardim de infância, escola, etc.).

3.1.2.4. Direitos da criança

A 20 de Novembro de 1959 a UNICEF dá a conhecer a Declaração dos Direitos das Crianças em que são definidos dez princípios:

- I - Direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade;
- II - Direito a protecção especial para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
- III - Direito a um nome e a uma nacionalidade;
- IV - Direito a alimentação, moradia e assistência médica à criança e à mãe;
- V - Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
- VI – Direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade;
- VII – Direito à educação gratuita e ao lazer infantil;
- VIII – Direito a ser socorrido em primeiro lugar em caso de catástrofes
- IX – Direito a ser protegido contra o abandono e a exploração no trabalho;

X – Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Estes princípios consagrados há cerca de 50 anos foram alvo de redefinição pelas Nações Unidas, dando origem a uma Convenção sobre os Direitos das Crianças, ratificada pela Assembleia da República Portuguesa em 1990 e publicada no Diário da República, I Série A, nº 211/90.

Estudos recentes das Nações Unidas mostram que as crianças continuam a ser alvo de muitos actos de violência física, psicológica, discriminação, negligência e maus-tratos. Esta violência de tipologia variada encontra-se em casa, na escola e na sociedade em geral e engloba abusos de diversos tipos que vão desde a violência (física, emocional, sexual) até a questões relacionadas com abandono, infanticídio, guerra, fome, trabalho infantil, etc.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que em 2002 cerca de 53 000 crianças entre os 0 e os 17 anos tenham sido vítimas de homicídio. Por seu turno, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) estima que em 2000 cerca 5.7 milhões de crianças realizavam trabalhos forçados ou em regime de servidão, 1.8 milhões estavam envolvidas na prostituição e pornografia e 1.2 milhões foram vítimas de tráfico.

Contrariamente ao que seria desejável, estas questões não estão resolvidas e necessitam de intervenção urgente, quer dos Estados, quer de cada um dos membros da sociedade, que não se podem alhear desta realidade. É necessário intervir nas situações identificadas e investir em termos de prevenção para que este fenómeno seja erradicado com a maior rapidez possível.

3.1.3. A importância dos primeiros anos de vida

3.1.3.1. Desenvolvimento nos primeiros anos de vida

O conceito de desenvolvimento assenta na concepção de mudança ao nível das estruturas físicas e psicológicas de uma pessoa, considerando que estas emergem de forma ordenada, são relativamente estáveis no tempo e seguem, aparentemente, padrões universais (Piaget, 1970¹⁸). Os estudos sobre o desenvolvimento realizados no decurso do século XX incidiram essencialmente sobre três linhas de investigação: estudo dos padrões universais de mudança, estudo das diferenças individuais e estudo da influência do contexto ambiental, assentes em duas perspectivas

¹⁸ Piaget, J. (1970). *Genetic Epistemology*. New York: Columbia University Press)

fundamentais, a perspectiva analítica que visa o conhecimento sobre a evolução do ser humano (evolução) e a perspectiva sintética que estuda a criança por grupos de idade (sincronia).

O processo de socialização, resulta das trocas interpessoais mediante as quais um indivíduo adquire, a partir de uma enorme amplitude de potencialidades de comportamentos possíveis no momento do nascimento, os padrões aceitáveis pelos costumes e padrões da sua família e do seu grupo social de referência.

Tendo em conta esta definição de socialização podemos afirmar que, dentro dos limites definidos pelas suas potencialidades genéticas, uma criança que cresça numa cultura suficientemente variada pode tornar-se praticamente em qualquer tipo de pessoa, agressiva ou delicada, competitiva ou cooperante, motivada para actividades intelectuais ou para a acção, sexualmente expressiva ou inibida, autónoma ou dependente de terceiros.

Por norma, cada indivíduo adopta os comportamentos aceites pelos diversos agentes de socialização (mãe, pai, fratria, companheiros, educador/professor). O processo de socialização é muito influenciado por prescrições culturais e, no início, ocorrem essencialmente no contexto da família. Assim as primeiras aprendizagens sociais ocorrem em casa, nomeadamente com a mãe (sobretudo no 1º ano de vida) e são geralmente consideradas como decisivas e fundamentais para as suas relações sociais futuras. Na generalidade dos casos, é a mãe que satisfaz as necessidades primárias da criança no respeitante à alimentação, redução de dor, aumento de prazer, calor e estimulação táctil. Consequentemente, a presença da mãe, isto é, o conjunto de estímulos visuais, tácteis e cinestésicos que ela representa, fica associado à satisfação de necessidades, começando por isso a representar para a criança prazer, alívio de tensão e alegria.

Todo este “bloco” de comportamentos aproximativos mãe/filho vão culminar cerca dos 7 meses com o aparecimento da vinculação específica à mãe (que coincide com o momento em que, segundo Piaget, a criança atinge o *reconhecimento de objectos permanentes*). Um mês depois (cerca dos 8 meses) a tendência para a vinculação específica à mãe é subitamente limitada pelo aparecimento de um novo padrão de reacção – o medo de estranhos. Este padrão tenderá a declinar para favorecer o vínculo específico à mãe.

Entre todos os tipos ou sistemas de relações sociais conhecidos, a relação mãe-filho, no decorrer do 1º ano (relação de dependência) de vida da criança, ocupa um lugar

fundamental no quadro do desenvolvimento da personalidade – *transição do fisiológico para o psicológico*.

Relação mãe - bebé:

1º nível – construção do real pela criança - diferenciação entre a criança e os objectos ou pessoas que a circundam;

2º nível – trocas recíprocas (linguagem do corpo e empatia) que permitem que tanto a criança como a mãe sejam “informados” sobre o que o outro experimenta.

3.1.3.2. Desenvolvimento, necessidades irredutíveis e risco

➤ Desenvolvimento adequado

Dos 0 aos 6 meses é adequado que as crianças estabeleçam uma relação simbiótica com a mãe, que manifestem necessidades físicas essenciais à sobrevivência (actividade de sucção presente), que tenham domínio sobre os reflexos, que reajam a estímulos (boca, pele, som e luz), que chorem quando se sintam desconfortáveis e que se sintam afectadas pelas atitudes e sentimentos dos que cuidam dele.

Entre os 6 e os 18 meses a criança permanece muito ligada à mãe e aprende a distinguir os estranhos, torna-se fisiologicamente mais estável, revela maior actividade motora e exploradora, maior paciência e tolerância, melhor controle dos reflexos, aumenta progressivamente o número de palavras utilizadas, é alegre e brincalhona, gosta de imitar e revela capacidade de memória e antecipação.

Dos 18 meses aos 6 anos a criança identifica-se com os pais, irmãos e amigos, revela satisfação com as suas habilidades neuromotoras (pula, desenha, recorta, etc), explora, imita e usa a imaginação, apresenta bom raciocínio e memória, revela maior autonomia (alimentação e esfíncteres), aumenta progressivamente a linguagem, torna-se capaz de expressar emoções e sentimentos, interioriza padrões de bom e de mau, revela uma curiosidade sexual mais ampla, uma ambivalência autonomia/dependência e é comum o aparecimento de perguntas sobre o nascimento e a morte.

➤ Desenvolvimento problemático

Alguns comportamentos podem revelar-se como indicadores de problemas de desenvolvimento pelo que é necessário estar atento às suas manifestações.

Dos 0 aos 6 meses deve-se estar atento a dificuldades na alimentação e complicações digestivas (vómitos, cólicas, excesso de sucção), dificuldades de sono, excesso de actividade motora (agitação), demasiada irritabilidade, choro em excesso, dificuldade em se acalmar e hipertonicidade.

Entre os 6 e os 18 meses deve-se ter em atenção o excesso de choro, irritabilidade e raiva, pouca tolerância à frustração, excesso de negativismo, dificuldades na alimentação e sono, padrões motores repetitivos (chupar no dedo, balançar-se) e desenvolvimento retardado em algumas áreas.

Dos 18 meses aos 6 anos poderá ser problemática a má coordenação motora, dificuldades na fala (gaguez, má articulação), timidez excessiva, medos e terrores nocturnos, dificuldades alimentares e de sono, falta de controle dos esfíncteres, irritabilidade, choro crises temperamentais despropositadas, impossibilidade de deixar a mãe sem sentir pânico, crises de perda de fôlego e falta de interesse na companhia de outra crianças.

➤ **Desenvolvimento em risco**

Considera-se que existe risco de desenvolvimento (patologia) ente os 0 e os 6 meses quando ocorrem problemas graves na alimentação, indiferença, apatia e depressão, choro contínuo e monótono, não reage a estímulos, gritos sem motivo aparente e não percorre as etapas normais de desenvolvimento.

Entre os 6 e os 18 meses são preocupantes crises temperamentais, perdas de fôlego, convulsões repetidas, apatia, imobilidade, isolamento, carácter obsessivo (chupar no dedo, balançar-se, mover a cabeça de lado a lado ou contra o berço), falta de interesse pelo meio circundante, falta acentuada de apetite, não demonstração de ligação à mãe, não revelar discriminação social.

Dos 18 meses aos 6 anos constituem patologias extrema agitação/passividade, letargia (torpor ou sonolência), não comunicativa, não reage ou não se relaciona com pessoas, fixação materna, doenças somáticas (vómitos,...), introversão profunda, enurese persistente/ encoprese, medo excessivo de tudo, ausência ou excesso de masturbação, comportamentos destrutivos, regressão grave.

3.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- Actualmente não estão assegurados nem os direitos nem as condições favoráveis ao desenvolvimento de inúmeras crianças.

- Constitui um factor de cidadania responsável identificar e denunciar situações de violência e abuso sobre as crianças.
- É fundamental identificar características de desenvolvimento indiciadoras de problemáticas e intervir o mais precocemente possível.
- A forma mais eficaz de intervir na infância e através da prevenção, procurando criar as condições fundamentais que permitam a cada criança crescer e desenvolver-se harmoniosamente.

3.1.4. Exercício de aplicação

A partir do visionamento de dois filmes de animação sobre os direitos da criança identificar as problemáticas em questão e reflectir criticamente sobre a sua importância para o seu desenvolvimento.

3.2. Sociologia da infância

Américo Peças

3.2.1. Objectivos do módulo

- Conhecer a evolução do conceito “criança” bem como os marcos sócio-históricos e científicos que o determinam;
- Compreender a radicalidade de uma nova cultura sobre a infância fundada na premissa de que as crianças são nossas semelhantes;
- Conhecer a Convenção dos Direitos da Criança;
- Compreender a complexidade e interactividade da ecologia do desenvolvimento na infância;
- Conhecer a situação da infância no mundo;
- Conhecer as metas das Nações Unidas para o milénio relativamente à infância;
- Identificar as zonas de fragilidade das respostas à infância em Portugal e nas comunidades dos formandos;
- Conhecer a Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99);
- Conhecer as instituições e as principais medidas de protecção e promoção da infância;
- Saber perspectivar algumas acções de promoção da infância no âmbito do voluntariado.

3.2.2. A Criança

3.2.2.1. A Criança e a Recriação da Família

Presumo que muitos de vós já tivestes o privilégio de passear de mãos dadas a uma criança pequena. Nesse caminhar disponível que, inspirando-nos nas palavras do poeta, se vai fazendo caminho para nós e para a criança, podemos sentir a bênção de ser parceiros de um passeio fecundo, tão atravessado por perguntas que já esquecêramos, tão habitado por espantos de quem está todo ali, olhos, ouvidos, coração, mente, como só os meninos sabem estar.

Passear com uma criança é passearmo-nos na aurora do mundo e do conhecimento, sempre tudo fresco, tudo novo, tudo intenso. É revisitar os lugares e descobrir-lhes outros ângulos, outros sinais, outras evidências. É também descobrir os meninos

enquanto grandes iniciadores do processo de despojamento de tantas certezas e preconceitos que nos embotam a mente e nos enredam a vida.

Se convoco esta experiência simples mas intensa de passear com uma criança, é para ancorar a minha reflexão em três eixos de análise que se constituem como sentido do que me proponho partilhar convosco:

O primeiro é o *eixo da comunicação e da linguagem*: Vigotsky sublinha que “*a linguagem é uma actividade criadora e constitutiva do conhecimento, e por isso, transformadora*”. Esta pertinência e radicalidade da linguagem está tragicamente arredada das práticas comunicacionais no interior de muitas famílias e de muitas escolas. Aprendemos numa rede dialógica, aprendemos escutando o outro, aprendemos dizendo-nos aos outros, crescemos pela indagação, avançamos pelo questionamento. E, na infância, as vozes, as perguntas, os espantos, emergem do encontro fecundo com a rua, com a cultura, com as pessoas, com os lugares, com o sol, com a terra, com os bichos.

A pobreza das mundivivências e o formalismo dos percursos de vida a que muitos meninos estão sujeitos nos seus quotidianos, empobrece-lhes as mentes, atrasa-lhes a compreensão do mundo e nega-lhes a possibilidade de agir sobre o mundo.

Os discursos ficam ao nível do pragmático, do comentário fugaz, do desabafo, das palavras planeadas. O discurso rico e instituinte, a palavra grávida de vida, que reivindica sempre novas e mais intensas pertenças, está hoje cada vez mais adiada e amordaçada.

A tagarelice, a verborreia, o ensimesmamento, a palavra domesticada, usurpam a cada instante o impulso vital que cada criança possui para **comunicar com autenticidade e seriedade**.

O segundo eixo é o *eixo do semelhante*: vale a pena questionar se o estatuto da criança nas nossas sociedades assenta numa efectiva e intensa relação de semelhança, ou se, pelo contrário, as nossas culturas sobre a infância não vagueiam entre o proteccionismo redutor e a negligência criminosa. A criança funda-se humana no diálogo criador com os que se assumem, e ela assume, como seus semelhantes. É nesse encontro que se vai fazendo inteligente, num processo complexo e fecundo, marcado mais pela turbulência e pela imprevisibilidade do que pelo sequencial e pelo linear. Só nessa “ética do encontro”, que se sustenta no respeito pela criança e no reconhecimento das suas especificidades, o verbo educar se faz vida e se cumpre como devir.

O último eixo é o *eixo do tempo*: a organização do tempo em que nos vamos consumindo não é propícia ao encontro criador entre adultos e crianças, encontro a solicitar intimidade, consistência, reciprocidade, responsividade.

Mais do que o tempo cronológico falamos de tempos significantes que permitam a vinculação, isto é, que permitam à criança edificar o adulto em si e lhe permitam sustentar-se no adulto para desafiar com confiança os amplexos do viver.

Estamos todos demasiado ocupados. As justificações são sempre plausíveis e “política e socialmente correctas”. Mas a hierarquia de prioridades da nossa organização do tempo denuncia claramente o lugar que as crianças (não) ocupam na nossa organização social e familiar.

A vida das nossas crianças foge-nos como areia entre os dedos e foge-nos essa oportunidade única e irrepetível de neles e com eles redescobrirmos a essência das coisas.

Escutar as crianças e levar as crianças a sério é o eixo transversal que pode provocar **ressignificações** no que comumente se entende por relação educativa.

Escutar a criança e levar as crianças a sério é a condição para repensar e inovar as instituições dedicadas à primeira infância, ainda ancoradas num entendimento e prática de pedagogia como “aplicação técnica do conhecimento isento de valor” (Dahlberg, Moss e Pence, 2003).

Escutar as crianças e levar as crianças a sério é o cenário que pode determinar a **recriação** dos papéis dos adultos que participam na sua educação.

Escutar as crianças e levar as crianças a sério é **questionar** os discursos dominantes sobre a infância, os quais têm vindo a impor um modelo globalizante e descendente de interpretação e de tomadas de decisão sobre as suas vidas.

Numa obra de referência sobre investigação etnográfica com crianças, recentemente publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian¹⁹, os autores respondiam assim à pergunta “escutar as crianças para quê?”:

Para descobrir mais. Descobrir sempre mais, porque se não o fizermos alguém acabará por inventar. De facto, provavelmente, já alguém começou a inventar, e o que é inventado afecta a vida das crianças; afecta o modo como as crianças são vistas e as decisões que se tomam a seu respeito. O que é descoberto desafia as imagens dominantes. O que é inventado perpetua-as. (p. 12)

¹⁹ Graue, M. Elizabeth & Walsh, Daniel (2003). Investigação Etnográfica com Crianças: teorias, métodos e ética. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Escutar a criança assume e reivindica um novo paradigma sobre a infância. Utilizando a categorização de Hammarberg (1990)²⁰ sobre os direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Criança:

Direitos de provisão, onde são reconhecidos os direitos sociais da criança, nomeadamente os associados à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura;

Direitos de protecção, onde são identificados os direitos da criança relativamente à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito;

Direitos de participação, onde são identificados os direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito;²¹

escutar a criança convoca-nos para esta última categoria de direitos, os mais fundamentais pela sua radicalidade epistémica, política e ética, e no entanto os menos respeitados e os menos desenvolvidos.

Neste amplexo de direitos habita o gérmen de uma nova cultura que, recusando o pedocentrismo redutor, acolhe a criança com a integralidade do **ser sujeito**, autor e actor das suas vidas. **Uma nova cultura a fundar uma nova *paideia*.**

Estamos seguros que esta escuta activa possui em si a faculdade de nos transportar, famílias e crianças, educadores e educandos, investigadores e decisores, para esse espaço-tempo de amorosidade que, só ele, **constitui o ser e institui o educar.**

Aí nos iremos descobrir porventura tão semelhantes na incontornável e vital tarefa de nos fazermos todos, **e com todos**, mais bondosos e mais sábios.

Em Outubro de 2002 reuniu-se em Lisboa, no Coliseu dos Recreios, num Congresso Internacional sob o título “Mais Criança – as necessidades irredutíveis”, a “nata” dos pediatras, psicólogos, pedagogos e investigadores que marcam o “estado da arte” sobre o conhecimento da infância. Um dos investigadores mais conhecidos, o pediatra norte-americano Berry Brazelton, defendia que o fundamento de todo o programa

²⁰ Hammarberg, T. (1990). The UN Convention on the rights of the child – and how to make it work. Human Rights Quarterly, nº 12: 97-

²¹ In *Os Direitos das Crianças nas encruzilhadas da Protecção e da Participação*. Natália Fernandes Soares.

educativo “está em transmitir aos pais a ideia de que eles são as pessoas mais importantes na vida dos seus filhos”.

“A família é o elemento natural e fundamental da sociedade”, lê-se no nº 3 do artigo 16º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. “A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primordialmente aos pais e à família”, inscreve a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança no seu artigo 18º.

Estes princípios socio-políticos, que sublinham a centralidade das famílias na educação das crianças, revertidos ainda para as Constituições nacionais e ampliados, como vimos, pelos discursos da racionalidade técnica dominante, não se têm cumprido nos processos e nas práticas de educação das crianças.

O campo da educação é um campo marcado por **metanarrativas**. Os discursos da medicina, da psicologia e da pedagogia instituem-se como matrizes de leitura e de produção de conhecimento sobre as crianças. Essas metanarrativas, se permitiram uma evolução fundamental e inquestionável sobre o que (não) sabíamos da infância dos homens e das mulheres, **também deslocaram a legitimidade, o saber e o poder de educar** para as instituições especializadas e para os técnicos.

O reconhecimento de que os pais e as famílias são centrais para o bem-estar da criança, caminhou a par, paradoxalmente, com o sentimento de incompetência da família para lidar com a natural e crescente complexidade do educar os seus filhos.

A segunda metade do século XX assistiu efectivamente à **emergência da criança como sujeito, com uma integralidade biológica, psicológica e social**, afastando-se decisivamente das visões que, durante séculos, caracterizaram a infância como uma incompletude.

Mas esta assunção da criança reivindica, mais do que a exterioridade de um saber técnico e mais do que ambientes sofisticados, uma experiência fundada na **fecundidade da relação humana informal e autêntica**.

E, neste pressuposto, **valorizar competências intuitivas de todas as famílias**, porventura agora melhor iluminadas por uma gramática educacional onde *interacção*, *escuta*, *parceria*, são conceitos-chave para aprender a aprender, em intensa dialogia, as exigências e os desafios de ser mãe e pai.

Os meninos e as meninas têm “necessidades irreduzíveis”, isto é, pilares estruturantes do seu desenvolvimento. Acima de tudo, as crianças necessitam de amor, responsividade, pessoas de referência sensíveis à sua volta, pessoas que reconheçam o seu fascínio e curiosidade com o que acontece nos seus ambientes, a sua orientação (inata) para explorar e resolver situações através de aprendizagem activa. Precisam que lhes dêem oportunidades para brincar, fazer amigos e desenvolver experiências, que lhes proporcionem tempo para se focar em si e para a interacção com os outros. Precisam de pessoas que lhes possam assegurar a satisfação da sua saúde total. As crianças precisam de ser respeitadas enquanto pessoas nos seus direitos. Precisam de aprender a cidadania e a equidade nesse trânsito permanente e dialéctico entre o *ego*, o *hetero* e o *alter*. Precisam de amor e de disciplina. Precisam de viver numa sociedade que esteja informada sobre o seu desenvolvimento e aprendizagem e que se implique na promoção efectiva das suas competências.

Mas as mães, os pais, as famílias, para poderem acolher saudavelmente as exigências e os desafios com que os seus filhos os confrontam, **também têm “necessidades irreduzíveis”**.

E cada vez mais se confrontam com solicitações e pressões a que têm de responder, quase sempre sozinhos. Por isso, os “círculos de pais”, a multiplicação diversificada de espaços e de tempos para a partilha de vivências e visões sobre a educação das crianças, constituem-se práticas fundamentais e urgentes.

As narrativas das famílias sobre as suas experiências de parentalidade precisam de ser incentivadas e apoiadas. Reflectindo sobre os seus próprios percursos e sobre as suas memórias significantes enquanto filhos, e aprendendo, **de forma implicada**, como as crianças se desenvolvem, **os pais potenciam e desenvolvem competências** e enfrentam com mais confiança e alegria esse trânsito apaixonante de ajudar a constituir um ser humano em bondade e sabedoria.

Os pais precisam de ser reconhecidos como os primeiros, permanentes e fundamentais educadores dos seus filhos. Esse reconhecimento implica que os decisores e os prestadores de cuidados à infância e as instituições dedicadas à infância **incluam e valorizem as visões, os valores e as práticas educativas das famílias** nos cenários de que se faz, em permanente reconstituição, a educação de uma criança. Alguns pais necessitam de apoio mais sustentado porque vivem em frágeis circunstâncias sócio-económicas e/ou porque os seus filhos exigem “direitos especiais”. Quando os pais e os profissionais se envolvem em parcerias efectivas (**que**

tratam da negociação dos consensos mas implicam também a convivialidade fecunda entre divergências) os benefícios para as crianças são mais evidentes.

Os pais precisam de tempo para estar com os seus filhos, para os ajudar a aprender o mundo e apoiar activamente o seu desenvolvimento. Para passearam muitas manhãs de mãos dadas, sem outro destino que não seja o de passear. Esta possibilidade é hoje sistematicamente negada pelas condições do trabalho e pelo stress provocado pela fragilidade económica das famílias. A agenda política e social tem que incluir e aprofundar estes desafios, porque os direitos das crianças são indissociáveis dos direitos das famílias.

As famílias têm que exercer o direito (algumas vezes conquistá-lo, outras vezes aprendê-lo) **a participar nas instituições dedicadas à infância.**

De uma lógica de apropriação das crianças e de substituição dos pais, em que todos colaboramos consciente ou inconscientemente, as instituições dedicadas à infância têm que se assumir como “fóruns na sociedade civil” (Dahlberg, Moss e Pence, 2003), instituições abertas e plurais, efectivamente empenhadas na promoção da infância e das famílias, **com as crianças e as famílias.**

As instituições dedicadas à infância têm que se organizar como *locus* de desenvolvimento humano, onde pais e filhos, adultos e crianças, se implicam solidariamente em obras de importância cultural (Bruner, 2000) e de estimulante significado cívico.

“O contrário de uma verdade profunda é sempre uma outra verdade profunda”, deixou-nos Niels Bohr, físico fundador da mecânica quântica.

A Família vive tempos de crise. **É uma verdade profunda** e infelizmente generalizada no “mundo minoritário” do Norte e Ocidente do planeta.

Mas a família das generalizações muitas vezes abusivas e redutoras da estatística, oculta a fecundidade das práticas culturais eficazes de milhões de famílias que, durante gerações, num equilíbrio entre continuidades e discontinuidades (a revelar uma elevada inteligência adaptativa), souberam instituir-se como fundações de humanidade.

As famílias constroem tempos e histórias de esperança. É a outra verdade profunda para que todos temos que nos convocar.

Os nossos filhos estão aqui para nos ajudar a recriar, não apenas como pais e mães, mas como cidadãos implicados com um mundo melhor.

3.2.2.2. Objectivos de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milénio a atingir até 2015 (Unicef, adaptação de Américo Peças)

Reduzir a mortalidade infantil: Perto de 11 milhões de crianças com menos de cinco anos morrem todos os anos – cerca de 30.000 por dia – na sua maioria devido a doenças evitáveis. Quatro milhões destas crianças morrem durante o primeiro mês de vida.

Erradicar a pobreza extrema e a fome: Nos países em desenvolvimento mais de 500 milhões de crianças (31%) não têm acesso a instalações sanitárias de qualquer espécie. Mais de 20% das crianças (perto de 376 milhões) têm que caminhar durante mais de 15 minutos para ter acesso a água, ou utilizam fontes de água insalubre. Mais de 614 milhões de crianças vivem em alojamentos com mais de cinco pessoas por divisão ou com chão em terra batida. As crianças dos meios rurais têm uma probabilidade quase três vezes maior de viver nestas condições do que as crianças dos meios urbanos. Uma em cada quatro crianças não tem acesso a televisão, rádio, telefone ou jornais. Mais de 30% das crianças dos países em desenvolvimento – cerca de 600 milhões – vivem com menos de um dólar por dia. Mesmo nos países mais ricos do mundo, uma em cada seis crianças vive abaixo do limiar de pobreza nacional. Cerca de 150 milhões de crianças menores de cinco anos – uma em cada quatro – estão mal nutridas.

Assegurar o ensino primário universal: 121 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino primário não estão na escola, e destas 65 milhões são raparigas. Em 70 países, as taxas de frequência e de escolarização das raparigas no ensino básico são inferiores a 85%. Apenas 76% das raparigas completam o ensino primário, contra 85% dos rapazes. Cada ano de instrução suplementar representa um aumento do salário individual das mulheres e dos homens da ordem dos 10% em média a nível mundial.

Promover a igualdade entre sexos e a autonomia da mulher: As desigualdades entre sexos no ensino básico são maiores na África subsariana, no Sul da Ásia, no Médio Oriente e no Norte de África. Dois terços dos 862 milhões de analfabetos que existem no mundo são mulheres. O casamento precoce impede que as raparigas recebam educação e compromete a sua saúde e a sua própria existência. É na África subsariana e no sul da Ásia que o casamento precoce das raparigas é mais comum. No entanto, em certas populações de outras zonas do Norte da Ásia, Médio Oriente e Norte de África, é frequente o casamento na puberdade ou pouco tempo depois. Pelo

menos 100 milhões de mulheres e raparigas que estão hoje vivas foram submetidas a alguma forma de mutilação genital feminina ou de excisão. Esta prática ameaça a sua saúde para o resto da vida, aumentando nomeadamente o risco de morte ou deficiência no momento do parto.

Melhorar a saúde materna: Todos os anos, mais de 500.000 mulheres morrem de complicações associadas à gravidez e ao parto. Para uma mulher que viva em África a sul do Sara a probabilidade de morrer durante a gravidez ou o parto é de 1 em 16. Para uma mulher que viva nos países industrializados, essa probabilidade é de 1 em 4.000. Em cada 100 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos: 30 não recebem cuidados pré-natais, 42 dão à luz sem a assistência de uma parteira qualificada.

Reduzir a mortalidade infantil e as situações de crianças em grande risco: Todos os anos, perto de 50 milhões de nascimentos de crianças continuam a não ser registados – cerca de 40% do número estimativo de nascimentos a nível mundial. Calcula-se em 246 milhões o número de crianças que trabalham em condições de exploração. Estima-se que 1.2 milhões de crianças são anualmente vítimas de tráfico. Perto de 2 milhões de crianças (sobretudo raparigas, mas também um número significativo de rapazes) são exploradas todos os anos pela multimilionária indústria do sexo, concretamente na prostituição e pornografia. Durante os últimos dez anos, mais de 2 milhões de crianças morreram em consequência directa de conflitos armados. E pelo menos 6 milhões de crianças sofreram lesões graves ou ficaram com deficiências para o resto da vida. Estima-se em 20 milhões o número de crianças que foram obrigadas a abandonar as suas casas devido a conflitos e violações dos direitos humanos e que vivem como refugiadas em países vizinhos ou se encontram deslocadas no interior dos seus países.

Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças: Dos 4,2 milhões de adultos que contraíram o VIH em 2003, metade tinham idades compreendidas entre 15 e os 24 anos. 700.000 crianças com menos de 15 anos contraíram o VIH em 2003, na maior parte dos casos por transmissão de mãe para filho. A região sub-sariana de África é a mais duramente afectada – cerca de 10 milhões de jovens e 2 milhões de crianças menores de 15 anos vivem com o VIH/SIDA. 14 milhões de crianças que actualmente têm menos de 15 anos perderam um ou ambos os pais devido ao VIH/SIDA. A malária mata diariamente perto de 3.000 crianças menores de cinco anos em África a sul do Sara.

Garantir a sustentabilidade do ambiente: Sustentabilidade e herança ambiental para as próximas gerações uma questão ética com a máxima pertinência e actualidade: que mundo vamos deixar aos nossos filhos? Aquecimento global, buraco de ozono, poluição do ar, da terra e das águas, lixos, pesticidas e OGM's, saneamento, água potável, consumo de produtos biologicamente são e activos...

Criar uma parceria global para o desenvolvimento: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto. Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados. Promover o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis. Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, sobretudo das tecnologias de informação e comunicação.

3.2.2.3. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99)

(Excertos)

A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Princípios orientadores da intervenção

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- a) Interesse superior da criança e do jovem – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Privacidade - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
- e) Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g) Prevalência da família - na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção.
- h) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- i) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida. bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;

j) Subsidiariedade - a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em ultima instância, pelos tribunais.

Definições

Para efeitos da presente lei, considera-se:

a) Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos;

b) Guarda de facto - a relação que se estabelece entre a criança ou o jovem e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais;

c) Situação de urgência - a situação de perigo actual ou eminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem;

d) Entidades – as pessoas singulares ou colectivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem actividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem em perigo;

e) Medida de promoção dos direitos e de protecção – a providência adoptada pelas comissões de protecção de crianças e jovens ou pelos tribunais, nos termos do presente diploma, para proteger a criança e o jovem em perigo:

f) Acordo de promoção e protecção – compromisso reduzido a escrito entre as comissões de protecção de crianças e jovens ou o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo medidas de promoção de direitos e de protecção.

3.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar

Emergem ainda grandes desafios epistémicos, políticos e organizacionais no *campus* de uma “sociologia da infância”, e nomeadamente da infância em situação de risco, a saber:

Uma cultura sobre a infância ainda radicada nos pressupostos do modelo médico-psicológico e uma prática institucional centrípeta fundada no poder sobre os outros:

- A semântica (sinalização, caso, diagnóstico) usada na análise da ecologia das crianças em situação de risco, que denuncia uma visão e, o que é mais grave, uma praxis que acentua muitas vezes, paradoxalmente, os efeitos que se propõe combater.
- O sentido de posse e de território demonstrado e praticado pelos serviços e pelos técnicos a intervirem na ecologia das crianças em situação de risco.
- A dispersão de meios, a sobreposição de meios, a verborreia pseudo-científica, o desrespeito pela privacidade das crianças e suas famílias, o “habitus” rotineiro e redutor que já se instalou em muitos serviços e técnicos que actuam na ecologia das crianças em situação de risco.
- A fragilidade formativa que muitos técnicos que intervêm na ecologia das crianças em risco demonstram.

Uma Escola ausente e profissionais da educação pouco implicados com a problemática das crianças em situação de risco:

- As Escolas não estarem organizadas para se constituírem como espaços de vida de qualidade para todos os educandos, numa perspectiva de equidade activa, respondendo com mais e melhor educação às crianças e jovens que dela mais necessitam.
- Demissão e/ou ignorância dos professores/educadores pela fundamentalidade da educação escolar na reorganização e /ou refundação da vida de muitas das crianças em situação de risco.

A “cultura institucional de sobrevivência” de muitas das instituições que intervêm no acolhimento de crianças e jovens em situação de risco:

- Ausência de um efectivo acompanhamento técnico-científico e de uma eficaz avaliação das instituições que acolhem crianças e jovens em situação de risco. Estas instituições têm que ser socialmente transparentes e têm que se pautar, em permanência, pelos mais elevados critérios de qualidade científica, organizacional, ética e cívica.
- A institucionalização continua a ser, na consciência subterrânea de muitos serviços e técnicos, a solução para as crianças e jovens em situação de risco.
- O conceito e a praxis de instituição de acolhimento, ainda ancorada no século XVIII.

A necessidade estratégica de aprofundar as premissas do conceito de “cidades educadoras”:

- Confrontar os decisores com o abismo existente entre os discursos-bem-falantes e o deserto de políticas congruentes e eficazes com e para a infância.
- Estudar as boas-práticas existentes noutros países, divulgá-las e ensaiá-las com acompanhamento científico.

3.2.4. Exercício de aplicação (*trabalho a ser desenvolvido em pequeno grupo*)

Tomando como referente a Lei 147/99 (Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo), sublinhe os princípios orientadores da intervenção que lhe subjaz e identifique as principais mudanças e desafios que a lei coloca aos cidadãos, às comunidades, aos decisores, às instituições, no que respeita à acção com crianças em situação de risco.

4. O voluntariado social e a sua intervenção com a pessoa com deficiência

4.1 Conceitos e perspectivas sobre a deficiência

Célia Franco

4.1.1. Objectivos do módulo

- Conhecer a evolução do conceito de deficiência e deficiente ao longo do tempo e relacioná-la com o processo histórico;
- Conhecer a definição e classificação dos termos mais importantes dentro da problemática da deficiência e ser capaz de as avaliar a partir da perspectiva dos técnicos e dos portadores de deficiência;
- Conhecer e identificar os tipos de deficiência mais comuns e alguns comportamentos a elas associados.

4.1.2. A Pessoa com deficiência

4.1.2.1. Evolução social e a pessoa com deficiência

Ao longo dos séculos e com maior ou menor intensidade, consoante as épocas ou a geografia, o aparecimento de uma pessoa com deficiência foi sempre interpretado como um sinal negativo, uma marca que os deuses enviavam como punição por algo que as pessoas haviam feito ou como presságio do mal que estava para vir.

No caso da sociedade ocidental, as alterações face a esta atitude ocorreram mais cedo do que no resto do mundo, mas o grande salto verificou-se após o final da 2ª Guerra Mundial, quando o elevado número de vítimas e mutilados de guerra chamou a atenção do mundo para os que não possuíam o mesmo potencial físico e mental, não sendo possível continuar a atribuir ao sobrenatural a responsabilidade por algo que, obviamente, tinha sido decisão e actuação humana. De facto, as primeiras iniciativas concertadas a dar resposta às necessidades surgidas daquele conflito, foram da responsabilidade dos próprios deficientes e suas famílias; ainda hoje, na maior parte dos casos, é o que acontece: surge uma situação para a qual não há resposta, os interessados mobilizam-se e, só mais tarde, surge a intervenção institucional.

O conceito de “deficiente” evoluiu progressivamente para o de “pessoa com deficiência”, enfatizando assim que, acima de tudo, estamos a falar de “pessoas” com todo o seu valor e integridade e, só depois, da deficiência que as caracteriza; nos

últimos anos, o surgimento da expressão “pessoa portadora de deficiência” acentuou ainda mais esta distância entre o que a pessoa é e as limitações que tem.

As últimas décadas do séc. XX conheceram uma nova linguagem para a problemática da deficiência; conceitos como: participação activa do deficiente na sociedade, igualdade de oportunidades, direito às acessibilidades, barreiras arquitectónicas e sociais ou discriminação e solidariedade, foram penetrando o espírito das pessoas e mudando mentalidades. Este processo foi (tem sido) mais lento na Europa do Sul, sobretudo em Portugal, que também nesta área reflectiu o atraso que mantinha em relação aos restantes países ocidentais.

No entanto, e apesar de tudo o que está ainda por fazer, a evolução ocorrida, quer em termos de mentalidades, quer de iniciativas, tem sido grande e transformadora, sobretudo quando comparada com as restantes culturas que, no que toca à deficiência, mantém ainda uma posição preconceituosa e discriminadora.

4.1.2.2. Deficiência, incapacidade e desvantagem

Para explicação destes conceitos, serão utilizadas duas definições que reflectem formas distintas de encarar a deficiência; ambas são de carácter oficial, credíveis e elaboradas por técnicos credenciados; a diferença reside no facto de as primeiras serem da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde e os técnicos que as elaboraram não serem portadores de deficiência: as segundas vêm de Organizações Não Governamentais (ONGs) e os técnicos por elas responsáveis são, também, deficientes. Mais do que criarem distinção, as duas abordagens complementam-se porque falam da mesma realidade com a assertividade de quem a conhece por dentro e a isenção de quem a observa de fora.

- **Organização Mundial de Saúde**

Deficiência é qualquer perda ou alteração, temporária ou permanente, da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica de um indivíduo; agrupa-se em 6 áreas estruturais: deficiências motoras, sensoriais, intelectuais, psíquicas, orgânicas e multideficiências.

Incapacidade é qualquer restrição ou falta de capacidade, no domínio da saúde, para realizar uma actividade, dentro dos moldes e limites considerados normais para o ser humano e que resulta da existência de uma deficiência; pode ser temporária ou permanente e regressível ou progressiva; a sua tipologia é extensa e inclui desde a

incapacidade genérica de comportamento até à incapacidade em aptidões particulares. A OMS apresenta ainda uma escala que avalia o grau de incapacidade do indivíduo, com início no ponto 0 (sem incapacidade) até ao ponto 6 (incapacidade total).

Desvantagem ou Handicap é uma condição social de prejuízo, sofrida por um indivíduo que tem uma deficiência e/ou incapacidade que o limita ou impede de desempenhar uma actividade considerada normal para esse indivíduo, tendo em conta as características da idade, sexo e factores socio-culturais. Mais do que uma condição, a desvantagem ou handicap representa a expressão social de uma deficiência ou incapacidade; não depende só de factores do indivíduo, mas também do meio ambiente e de factores culturais, religiosos, sociais e económicos. Avalia-se a partir de um quadro que contem os seguintes elementos: orientação no espaço e no tempo, independência física, mobilidade, ocupação, integração social e independência económica.

- **Organizações Não Governamentais**

As **deficiências** dividem-se em dois grupos: funcionais e estruturais; as primeiras referem-se ao mau funcionamento de órgãos ou funções específicas (exs. visão, intestinos, função respiratória) e as segundas a aspectos que comprometem a capacidade de um órgão funcionar ou uma função concretizar-se (exs. lesões no cérebro e espinal medula, aparelho urogenital, estruturas relacionadas com o movimento).

Quanto às **incapacidades**, as ONGs preferem falar em **actividades ou aptidões**, isto é, em vez de atentarem para o que a pessoa com deficiência não é capaz de fazer, procuram valorizar a sua autonomia e perceber qual o ponto máximo que conseguem atingir nas seguintes áreas: visão, audição e reconhecimento; aprendizagem, raciocínio prático e realização; comunicação, movimento e mobilidade; actividades da vida diária e actividades domésticas; comportamento interpessoal; resposta a situações particulares; e uso de ajudas técnicas e tecnologias de reabilitação.

Também para as **desvantagens ou handicaps**, as ONGs escolheram como alternativa o conceito **participação** que determina o grau de envolvimento que a pessoa com deficiência tem no seu quotidiano e que é avaliado a partir dos seguintes parâmetros: cuidados pessoais, mobilidade, troca de informação, relações sociais, educação, trabalho, lazer e recreação, vida económica e cidadania e comunidade.

Resumindo, podemos dizer que a abordagem da Organização Mundial de Saúde se concentra, sobretudo, naquilo que a pessoa com deficiência não pode fazer por causa de... enquanto as Organizações Não Governamentais de e para deficientes valorizam aquilo que ela, apesar das limitações, consegue fazer, tendo como principal objectivo preservar a sua dignidade e incrementar a sua autonomia.

4.1.2.3. Etiologia das deficiências

Define-se **etiologia** como “o estudo sobre a origem das coisas ou de certa categoria de factos; parte da medicina que estuda as causas das doenças”. Neste caso, pretende apresentar-se um quadro geral com a origem das deficiências, citando exemplos comuns para cada situação. As deficiências são aqui divididas em 4 grandes grupos, de acordo com a abordagem oficial: motoras, sensoriais, orgânico-funcionais e mentais.

1) deficiências motoras

a) com origem em lesões cerebrais ocorridas antes do nascimento (ex. devido a toxoplasmose) durante o parto (ex. anóxia) ou após o nascimento (ex. alguns tipos de meningite);

b) com origem não cerebral, causadas por agentes externos (ex. traumatismo) ou internos (ex. reumatismo, poliomielite); podem ser temporárias ou definitivas (ex. amputação) e congénitas (spina bífida) ou adquiridas.

2) deficiências sensoriais

a) visuais; de origem congénita (ex. malformações do aparelho óptico) ou adquirida (ex. diabetes, cataratas);

b) auditivas; de origem congénita (ex. ausência de abertura do canal auricular) pós-traumáticas (ex. explosões) infecciosas (ex. otites graves)ou medicamentosas (ex. uso exagerado de alguns antibióticos).

c) da fala; de origem congénita (ex. malformações do aparelho fonador)adquirida (ex. intervenção cirúrgica) ligada a outros problemas (ex. surdo-mutismo) ou psicogénica.

3) deficiências orgânico-funcionais

a) epilepsias: de origem pouco clara, pode integrar aspectos somáticos e psicológicos e alguma predisposição hereditária;

- b)** diabetes: de origem congénita (mau funcionamento do pâncreas) ou adquirida (maus hábitos alimentares, obesidade, sedentarismo);
- c)** hemofilia: origem congénita (através da mãe; só afecta indivíduos do sexo masculino);
- d)** asma : geralmente surge durante a 1ª infância; revela hipersensibilidade do sistema brônquico-pulmonar a agentes alérgicos; pode possuir uma componente psicossomática; ligação crescente a factores ambientais;
- e)** cardiopatias: de origem congénita (ex. malformações do coração) ou adquirida (ex. alcoolismo);
- f)** insuficiência renal: de origem congénita (ex. malformações dos rins) ou adquirida (ex. forte traumatismo, cálculo renal).

4) deficiências mentais

Devido ao elevado número e extrema complexidade, referência apenas a dois tipos de origem: **orgânica e de carácter psicológico-afectivo.**

4.1.2.4. Características dos indivíduos com os diferentes tipos de deficiência e handicaps

Fazer um levantamento exaustivo de todos os comportamentos e atitudes que caracterizam as pessoas com algum tipo de deficiência, seria uma tarefa quase impossível de completar; para além da enorme variedade de deficiências, incapacidades e desvantagens existentes, cada indivíduo possui uma personalidade própria, um determinado grau de deficiência, e um conjunto de factores externos (familiares, sociais e outros) que condicionam e determinam o seu estar num mundo que se foi construindo com medidas diferentes das suas.

São poucos os indivíduos cuja deficiência é tão grave que os alheie completamente do que se passa à sua volta; a maior parte, de alguma forma e em algum momento, sente que não está sozinho e procura interagir com o exterior ou espera alguma iniciativa da parte deste.

Quanto mais leve for a deficiência, maior consciência haverá do mundo à volta, para o melhor (aceitação, respeito, solidariedade) e para o pior (preconceito, piedade, rejeição); daqui que seja comum encontrar deficientes que se mostram amargos,

cínicos e relutantes à comunicação. A experiência ensinou-os muitas vezes da forma mais dura, portanto é natural que haja alguma resistência nos primeiros contactos.

Qualquer que seja a deficiência em causa, a atitude mais sábia é estarmos conscientes das limitações de ambas as partes, não forçar o contacto e , tal como habitualmente fazemos, dar tempo para que tudo ocorra de forma natural e dentro de um ritmo próprio; surgirão situações que não têm as condições emocionais ou práticas para serem desenvolvidas mas, na maior parte dos casos, depois de quebradas as barreiras do medo e da insegurança (dos dois lados) descobrir-se -á um mundo fantástico que, apesar de diferente, faz todo o sentido e enriquece a nossa existência.

4.1.3. Exercício de aplicação

Análise do resumo da **Declaração de Madrid 2003**, a partir dos conceitos de deficiência, incapacidade e desvantagem da Organização Mundial de Saúde e das Organizações Não Governamentais que trabalham com deficientes.

Declaração de Madrid (2003 – Ano Europeu da pessoa com Deficiência)

1. A deficiência é uma questão de direitos humanos
2. As pessoas portadoras de deficiência desejam a igualdade de oportunidades e não a caridade
3. As barreiras sociais levam à discriminação e à exclusão social
4. As pessoas com deficiência são os cidadãos invisíveis
5. As pessoas com deficiência são um grupo diversificado
6. a não discriminação associada à acção positiva conduzem à inclusão social.

4.2. A pessoa com deficiência e a sociedade

Maria Fernanda Batista

4.2.1. Objectivos do Módulo

- Sensibilizar a sociedade para a inclusão da Pessoa com Deficiência considerando-a cidadão de pleno direito. Uma sociedade onde todos os Cidadãos tenham os mesmos direitos, qualquer que seja a sua cor, religião e características físicas de acordo com a Constituição Portuguesa;
- Conhecer as diferenças, trabalhá-las e inseri-las nos diferentes contextos;
- Contribuir para que a sociedade em geral, começando na escola, pratique a mensagem “Todos Diferentes, Todos Iguais”;
- Conhecer a Legislação, os Direitos e Deveres da Pessoa com Deficiência;
- Analisar através de Casos reais, as diferentes abordagens desenvolvidas nos Países da Comunidade Europeia, comparando sempre com a nossa realidade e o processo de inclusão;
- Dar a conhecer aos Formandos, os diferentes serviços que apoiam a Pessoa com Deficiência: Juntas de Freguesia, Autarquias, Instituições e Associações, Centros de Saúde, Centros de Emprego, Instituto Nacional de Reabilitação.

4.2.2. Pessoa com Deficiência: Cidadão de pleno direito

- Reflectir em grupo sobre as diferentes abordagens que ao longo do tempo se tem feito à e com a Pessoa com Deficiência e as suas famílias. Princípios básicos para um bom relacionamento.

“Frequentemente, enquanto adultos normais, preferimos falar das necessidades e dos direitos dos deficientes a fim de escapar a um confronto que nos obrigaria a abordar contradições que põe em evidência as nossas limitações. Muitas vezes erguemos a bandeira da integração dos deficientes, mas evitamos abordar os problemas que uma caravana de ciganos nos oferece no momento em que chega à beira da nossa cidade. Quando nos colocamos um pouco de parte, somos capazes de dar aos deficientes um papel activo na definição dos princípios éticos e transformá-los de temas das nossas reflexões em temas que nos estimulam a definir um percurso correcto, tornando-os a eles mesmos, em protagonistas e actores dos desafios.”

“Os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência devem ser plenamente reconhecidos e respeitados. As pessoas com deficiência devem usufruir de igualdade de oportunidades em todos os domínios da sociedade. Deve ser reconhecida a importância que tem para elas o acesso à sociedade e devem ser adaptadas medidas que lhes permitam o acesso à informação e à comunicação. Devem ser informadas dos seus direitos civis e humanos a fim de poderem tomar as suas próprias decisões.”

- **Acessibilidades**

- Fazer um levantamento, através do conhecimento da vida real de casos onde se verifique a falta de acessibilidade: acessibilidade física (ruas, passeios, edifícios, campos de jogos, praias, etc.). Habitação própria; habitação social, arrendamento.

- Acessibilidade na Comunicação (língua gestual, livros em Braille, equipamento adaptado, ajudas técnicas para informática). A pessoa surda com deficiência auditiva deve ter acesso à comunicação, através de interpretação de língua gestual ou legendas. Devem poder utilizar vídeos nos museus e locais abertos ao público e beneficiar de sinais de emergência luminosos no caso de acidente, fogo e outros perigos.)

- Acessibilidade nos Transportes (Veículos Adaptados, Cadeiras de Rodas, Plataformas, Elevadores, etc.). Transportes públicos e privados. Aquisição de veículo automóvel. Estacionamento. Os transportes devem ser acessíveis a todas as pessoas com deficiência a fim de lhes assegurar uma mobilidade autónoma. Nenhuma política de transporte deve fazer discriminação, independentemente do seu tipo de deficiência (utilizando cadeira de rodas, um cão guia, etc.)

- Acessibilidade ao Ensino com Integração no sistema de ensino regular, (Escola Inclusa). Equipamentos especiais de compensação. Adaptação curricular; condições especiais de avaliação; adequação na organização das turmas. Devem beneficiar de lugares acessíveis para espectáculos culturais e de desporto. Devem ser fomentados projectos culturais onde as pessoas com deficiência mental possam desenvolver a sua criatividade.

- Conhecimento da Legislação Portuguesa e Comunitária.

- Conhecimento de Equipamentos de Apoio para a Adaptação da Pessoa com Deficiência e a sua Integração plena na Sociedade. Ajudas Técnicas.

- **Educação**

- Critérios para a Incapacidade Intelectual; Funcionamento Intelectual; Comportamento Adaptativo.
- Apresentação de textos de diferentes autores, onde se apresentem diferentes realidades. Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Reflectir sobre a Lei nº. 38/2004, de 18 de Agosto, que define as bases gerais do regime jurídico de prevenção, habilitação, reabilitação e participação de pessoas com deficiência.
- Conhecer as mensagens dos Grupos de Auto-representação.
- Declaração de Madrid: As barreiras sociais geram a discriminação e exclusão social.
- A educação sexual e a sua importância no desenvolvimento da pessoa com deficiência. Apoio às famílias e às mulheres com deficiência.

- **Formação**

- Preparar os jovens e adultos com deficiência dando-lhes possibilidade de escolherem a sua vida profissional através da frequência de cursos de acordo com os seus interesses e capacidades.
- A preparação para o emprego como chave para a inclusão social.
- Conhecer a legislação portuguesa e europeia em relação aos apoios a conceder às pessoas com deficiência para que possam frequentar os cursos de formação profissional. Conhecer os diferentes projectos a que se podem candidatar.
- A função dos Centros de Emprego da zona e o apoio do IEFP. Cooperação, acordos e protocolos.
- Formação em Centros de Reabilitação e Formação em Empresas.

- **Trabalho**

- O direito ao trabalho é um direito de todo o cidadão.
- Conhecer a legislação que regulamenta o acesso à vida activa, bem como os apoios a conceder para a manutenção do posto de trabalho.

- Gerar dinâmica de empreendedorismo nas pessoas com deficiência para que criem os seus postos de trabalho. Teletrabalho; Emprego Protegido; Enclaves; trabalho a tempo parcial e no domicílio.
- Adaptação de Postos de Trabalho e Integração de Deficientes no Mercado de Trabalho.
- Quotas de emprego.
- Igualdade de oportunidades e de tratamento das pessoas com deficiência.

4.2.2.1 Ética e Comportamentos sociais face à Diferença

- A aceitação da Diferença na admissão de pessoas com deficiência faz parte das boas práticas empresariais. Assim, para além de combaterem o preconceito, reconhecem a igualdade entre as pessoas.
 - Referência a algumas Empresas que se destacaram na Responsabilidade social face à Diferença: Cafés Delta; Auchan; BP; CTT; Galpenergia; Portugal Telecom; etc.
 - Livro Verde “Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas”.
 - O Código de Ética e a sua função no cumprimento da Missão de cada Organização. Valores, princípios e normas que servem de guia ao comportamento de todos os intervenientes na sociedade.
 - Contribuição para a construção de uma sociedade plena, diversa, com maior igualdade de oportunidades; maior equidade e coesão social; ganhos culturais.
- “ O novo capitalismo de consumo, através da homologação cultural proposta pelas diferentes televisões e pela sua publicidade, impôs um modelo de homens e de mulheres de boa saúde, bonitos, elegantes e activos. Mesmo que seja falso, eles parecem felizes, alegres, um modelo que está cada vez mais longe da nossa realidade. Trata-se de um modelo sobretudo visual que determina uma recusa da diversidade e convida a diversidade a não se mostrar. Naturalmente nestes modelos o deficiente não se reconhece. É muito importante que os deficientes frequentem os locais públicos, estejam onde estão os ditos normais. Compete-nos lembrar às pessoas normais a nossa realidade, uma vez que será fácil para os outros esquecer-la.”

“Quando estivermos a conversar com uma pessoa com deficiência devemos olhar e falar directamente com ela e não para a sua cadeira de rodas ou para o intérprete de língua gestual.”

“Devemos respeitar o tempo e o esforço que as pessoas com deficiência levam a fazer ou dizer qualquer coisa.” “O melhor conselho que podemos dar é tratar todas as pessoas com respeito e pensar cada uma como um indivíduo com talentos e aspirações. Olhe para a pessoa, não para a deficiência.”

“O melhor conselho que podemos dar é tratar todas as pessoas com respeito e pensar cada uma como um indivíduo com talentos e aspirações. Olhe para a pessoa, não para a deficiência.”

“Devemos tratar os adultos com deficiência, como adultos, e da forma como gostaríamos de ser tratados. Não devemos assumir uma atitude paternalista, pensando que sabemos como se sente uma pessoa com deficiência”.

“Não devemos confundir deficiência com doença. Embora algumas deficiências tenham problemas de saúde associados, a maioria das pessoas com deficiência tem tantas possibilidades de ficar doente, como qualquer outra.”

“Devemos aprender a conhecer as pessoas com deficiência e as suas diferenças individuais. Para algumas pessoas, essa diferença é uma parte importante da sua identidade. A deficiência nem sempre é visível, como, por exemplo, as perturbações mentais.”

“O acesso à Educação, à Formação, ao Trabalho, ao Lazer, ao Desporto e à Cultura é um direito de qualquer cidadão incluindo as pessoas com deficiência.”

4.2.3 - Questões mais pertinentes a lembrar

- “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”
- “ É importante que o Voluntário se conheça bem a Si para que possa apoiar os deficientes que ajuda.
- Auto-estima, Tolerância, em grupo.

4.2.4. - Exercícios de Aplicação

a) Exercício Individual: “Com que Animal, eu Voluntário, me identifico?”

É feita a distribuição de uma folha em branco a cada formando, onde este descreve ou desenha o animal com que se identifica, definindo as principais características da sua personalidade, que se adequam à sua relação com a pessoa com deficiência. É feita a exposição verbal em grupo, posteriormente.

Objectivo: Reflexão – Conhecimento de si próprio

b) Exercício Colectivo: “Como lidar connosco?”

É distribuído um texto a cada participante, que após a sua leitura se formam grupos de discussão para tratar e debater os temas entre si relacionados.

Objectivo: Identificar os comportamentos adequados na relação com a pessoa com deficiência.

4.2.5. Bibliografia

- Grace, Instituto ETHOS – Empresas e Responsabilidade Social (2005). *A Integração de Pessoas com Deficiência nas Empresas: Como Actuar*, Lisboa;
- Pinto, Gonçalo Rebelo e Dimas, Cristina (2004). *Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal – 2004*, Edição: Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA), Lisboa.

Sítios de Internet de Interesse:

SNRIPD – Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência.

www.snrpd.msst.gov.pt

FENACERCI

www.fenacerci.pt

CAPÍTULO 3 – OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO

1. Métodos e técnicas de animação social e cultural

Inês Gonçalves

1.1. Objectivos do Módulo

- Sensibilizar os formandos e trabalhar os conceitos de cidadania, participação e solidariedade;
- Conhecer os conceitos e âmbitos de intervenção da Animação Sociocultural;
- Promover o desenvolvimento de competências, para em diferentes contextos, animar e motivar grupos em voluntariado.

1.2. Cidadania, Participação e Solidariedade.

Ser cidadão é ser livre, mas também, é ter direitos, civismo, responsabilidade pessoal, autonomia na esfera individual e sentido colectivo em prol do interesse público.

Por outras palavras, o exercício da cidadania, como vivência activa e crítica num espaço social cada vez mais multicultural, só é possível numa sociedade em que a liberdade, o respeito pela diferença e a igualdade de oportunidades entre os cidadãos sejam valores fundamentais.

Efectivamente, para ser um cidadão responsável é necessário saber agir, e para o efeito é necessário estar informado. Assim sendo, falar de cidadania é falar da capacidade para participar, fruto de um exercício de educação permanente.

Neste sentido, a dinamização e a promoção do Voluntariado na comunidade, assume-se como uma das principais estratégias para a construção de uma cidadania activa, em prol do comum e do diferente, e sobretudo para o combate de diferenças sócio-culturais.

1.2.1. Animação Sociocultural e Voluntariado

A animação sociocultural é uma ferramenta de intervenção de grande utilidade quer para as instituições promotoras de programas de voluntariado, quer para as pessoas individuais que exercem actividade voluntária e, simultaneamente, para os beneficiários da acção voluntária. Isto porque, as técnicas de animação sociocultural promovem a proximidade e favorecem o encontro entre os voluntários, os beneficiários

e as instituições, nomeadamente ao nível das relações inter-pessoais e intergeracionais, facilitando todo o processo de exercício do voluntariado.

A aplicação e dinamização de técnicas de animação em voluntariado promove a participação cívica e comunitária, designadamente através de novos vectores de educação para a cidadania e que se traduz em ofertas socio-educativas variadas e potencia o desenvolvimento da cultura do voluntariado.

Constitui-se assim um novo conceito de **Voluntariado**, que se pretende dinâmico, interactivo, lúdico e pedagógico e que utiliza a animação sociocultural como ferramenta de acção promotora de:

- Um conjunto de actividades a desenvolver junto da comunidade que permitem estimular o espírito da cidadania activa e a promoção do voluntariado através de diversas formas de intervenção lúdico-pedagógica;
- Voluntários pró-activos, preconizadores de equipas humanas;
- Actividades que promovem a valorização e a responsabilidade pessoal do voluntário, a sua interacção e integração num grupo de voluntários, bem como a valorização do grupo de voluntários.

A título de exemplo, a Fundação Eugénio de Almeida, implementou um conjunto de actividades, através de métodos e técnicas interactivas de animação sociocultural nos Núcleos de Voluntariado de Proximidade, criados no âmbito do projecto EQUAL “Orientar, Servir e Apoiar” do qual foi promotora. A definição das técnicas utilizadas teve por base os públicos-alvo aos quais se destinavam, tendo em vista a qualificação, sensibilização e formação na área do voluntariado.

As actividades de animação realizadas foram as seguintes:

- Sessões de sensibilização para a temática do Voluntariado;
- Encontros temáticos (festas)
- Integração de voluntários em iniciativas comunitárias
- Acções de Rua
- Mostras de Voluntariado
- Festas Locais
- Seminários
- Workshops

- Visitas temáticas (Biblioteca Pública de Évora, Fórum Eugénio de Almeida, Convento do Espinheiro).

1.2.2. O processo de desenvolvimento da acção voluntária

Ao voluntário cabe o papel de se integrar numa equipa de voluntários e/ou num grupo de pessoas ou organização a quem/onde presta apoio, de acordo com as suas aptidões e disponibilidade, assumindo um compromisso livre, desinteressado e responsável no exercício das acções de voluntariado.

No itinerário dos voluntários existem diferentes fases que são fundamentais e transversais a todo o processo de desenvolvimento da acção voluntária. Estas fases, em articulação com as competências pessoais, permitem ao voluntário reforçar as suas capacidades e potenciar o exercício da sua actividade.

As fases do processo de desenvolvimento da acção voluntária são as seguintes²²:

1. Formação

A formação é uma dimensão intrínseca do voluntariado. Esta permite ao voluntário, reflectir de forma consciente, sobre as tarefas que realiza e as implicações daí advindas. O voluntariado é geralmente uma experiência marcante para as pessoas que o realizam, momento de aprendizagem, partilha e entrega. Como tal é também uma experiência de aprendizagem, à qual deve ser acompanhada de formação específica, sobretudo para quem inicia a sua prática. A formação assume-se como um direito e um dever, mas também como uma necessidade para uma acção de qualidade das actividades que se irão desenvolver enquanto voluntários.

2. Motivação

A motivação é um dos aspectos fundamentais para o exercício do voluntariado,

A motivação dos voluntários tem três níveis, o inicial, caracterizado pela vontade própria da pessoa em querer ajudar o próximo, em querer exercer voluntariado. O nível intermédio, que está relacionado directamente com a escolha de determinada entidade ou projecto, e o final que está relacionado com a continuidade da colaboração do voluntário.

²² Plataforma del Voluntariado de España, 2006, *Manual para la persona voluntaria*. Voluntariado, Madrid.

Os níveis de motivação são complementares no processo de crescimento do voluntário. Para além do desejo de querer prestar apoio e colaborar (motivação inicial), há que passar à acção. Esta motivação deve concretizar-se na adesão da pessoa voluntária a um projecto ou entidade (motivação intermédia) e a manter a sua colaboração através da participação em acções de voluntariado (motivação final).

O voluntário deve por si próprio motivar-se, implicar-se e assumir responsabilidades, fazer propostas e participar em novas acções e actividades, transmitindo e recebendo informações aos gestores de voluntariado.

Existem alguns elementos que permitem ao voluntário transformar as suas motivações em acções voluntárias tais como:

- O reconhecimento das tarefas
- A aprovação afectiva da(s) pessoa(s) a quem presta apoio
- O respeito pelos colegas voluntários
- O progresso e a modificação das responsabilidades e tarefas
- A manutenção de relações amigáveis e agradáveis
- A implicação e a responsabilidade para com as suas tarefas

3. Comunicação

Comunicar é estar em interacção com alguém, passar uma mensagem, uma informação, seja ela verbal ou não verbal. A comunicação é uma das etapas mais importantes do itinerário dos voluntários, como tal, o voluntário tem que acautelar, de forma consciente, a mensagem que transmite e a forma como o faz.

Apenas uma pequena parte da mensagem que transmitimos é assimilada verbalmente, a restante manifesta-se pela comunicação não verbal (tom de voz, postura corporal, expressão facial). Através da postura corporal podemos perceber que alguém está emocionado, decepcionado, cansado, alegre, etc.. Isto é, ao comunicar as pessoas transmitem atitudes que influenciam o ambiente relacional. Se a atitude da pessoa ao comunicar contradiz o que está a dizer, a mensagem não será devidamente recebida e/ou interpretada pelos receptores.

Na prática do voluntariado, a comunicação “cara a cara” assume maior relevância, através da qual se estabelecem e solidificam as relações inter-pessoais entre o

voluntário com os beneficiários, com outros voluntários, com os técnicos das entidades e com os gestores de voluntariado.

Existem alguns elementos que são essenciais para que a comunicação “cara à cara” resulte eficazmente, e que são os seguintes:

- Empatia
- Confiança e tranquilidade
- Compreensão e paciência com o outro
- Pôr-se no lugar do outro
- Aceitar as diferenças de opinião
- Disposição para trocar de opinião

Por outro lado, existem atitudes e comportamentos que prejudicam a comunicação “cara à cara” e que são:

- Autoritarismo
- Sarcasmo
- Tédio e agressividade
- Ameaças
- Nervosismo, intranquilidade
- Escassa paciência e serenidade

Para se ser comunicativo deve ter-se em atenção os seguintes aspectos:

- Olhar para as pessoas com quem se estabelece a comunicação;
- Escutar e demonstrar interesse pela pessoa na sua globalidade e pelo que diz em particular;
- Ver o lado positivo das pessoas e das suas tarefas;
- Compreender e dominar os códigos de comunicação, na cultura ou sub cultura onde se está ou intervém;
- Ser claro;
- Falar pausadamente e sem reservas;
- Organizar e ordenar as ideias;
- Manifestar segurança;

- Ser sensível às sugestões das pessoas;
- Demonstrar abertura ao diálogo;
- Não evidenciar preconceitos;
- Assegurar que os receptores perceberam a mensagem;
- Ser assertivo

Comportamento Assertivo

As pessoas assertivas são pessoas que sabem comunicar, que geralmente tomam as atitudes correctas para transmitir uma mensagem a outra pessoa, sem causar ansiedade ou hostilidade por parte do receptor. Ou seja, é a forma de comunicar e de nos comportarmos de acordo com os nossos princípios/valores sem desrespeitar os outros.

Ser assertivo é ter capacidade de:

- Defender os seus princípios/valores;
- De expressar opiniões;
- De fazer e recusar um pedido;
- De elogiar e receber elogios;
- De expressar afectos positivos;
- De iniciar e saber manter o diálogo;
- De expressar afectos negativos legítimos.

Comportamento não assertivo

O comportamento não assertivo pode distinguir-se de três formas:

- 1) Comportamento passivo
- 2) Comportamento manipulador
- 3) Comportamento agressivo.

O **comportamento passivo** é aquele em que uma pessoa não tem capacidade para exprimir as suas necessidades, preferências, decisões ou emoções. As pessoas com

comportamento passivo geralmente violam o seu direito de expressão, cedendo a palavra ao outro.

As pessoas com um comportamento passivo geralmente:

- Executam tarefas apenas quando lhe são solicitadas;
- Não pedem um favor do qual são legítimos e do qual necessitam;
- Não manifestam desacordo perante algo que não concordam.

O **comportamento agressivo** é aquele em que uma pessoa expressa as suas necessidades, decisões, emoções de uma forma agressiva, hostil, exigente, ameaçadora ou punitiva a outra pessoa. Um indivíduo com este tipo de comportamento defende a sua perspectiva, mas geralmente viola os direitos da outra pessoa.

As pessoas com comportamento agressivo caracterizam-se da seguinte forma:

- Fazem comentários maliciosos, hostis, humilhantes, insultos e ameaças,
- Gesticulam de forma hostil e ameaçadora e, por vezes exercem violência física.
- São sarcásticas, intriguistas e utilizam gestos depreciativos quando a atenção da outra pessoa está orientada para outro lado.

O **comportamento manipulador**, é aquele em que a pessoa expressa as suas necessidades, decisões, emoções de uma forma implícita ou indirecta, frequentemente com mensagens que apresentam contradições ao nível do conteúdo ou entre o conteúdo e a comunicação não verbal. As pessoas que apresentam este tipo de comportamento procuram, de forma indirecta, a satisfação das suas necessidades violando o direito dos outros.

No comportamento manipulador, podem destacar-se as seguintes expressões e atitudes:

- “Se eu fosse a ti...” (decidir no seu lugar);
- “Eu faço isso por ti” (paternalismo);
- “Não sei bem, pode vir a ser-me difícil fazer isso”(evitar indirectamente a tarefa);
- Dizer às outras pessoas o que gostava que o interlocutor fizesse esperando que a mensagem lhe chegue aos ouvidos;

- Lamentar;
- Silêncio (usado passivamente de forma a que o interlocutor adivinhe o que este quer, ou agressivamente, para que o interlocutor sinta que o está a cansar).

Ninguém é completamente assertivo com todas as pessoas e em todas as situações. No entanto conhecer cada um dos tipos de comportamento e saber como comunicar, como agir correctamente e no momento exacto pode facilitar o processo de comunicação.

A **assertividade** não é uma característica inata, esta capacidade pode e deve ser trabalhada e desenvolvida pelos indivíduos. Uma pessoa assertiva é aquela que consegue adoptar este comportamento a maior parte das vezes, nas mais variadas situações.

Ser assertivo, é uma atitude comportamental que pode ser “escolhida” face às atitudes manipuladoras, passivas ou agressivas e que trará vantagens a quem as põe em acção. Pois comportamento gera comportamento, e a assertividade pode ser uma ferramenta de mudança de atitudes.

4. Participação

A acção voluntária é uma expressão da participação social, um meio que permite a implicação dos voluntários com as entidades promotoras de voluntariado, que se traduz em acção.

A participação consiste na intervenção directa do voluntário numa actividade, numa tarefa ou na realização de um projecto. Quando integrado num programa de voluntariado, o voluntário participa, também, nas reuniões de equipa, expondo as suas ideias/sugestões.

5. Avaliação

A Avaliação é um processo que deve ser contínuo à actividade do voluntário, e tem como objectivo observar e analisar a realidade tendo em vista melhorar a acção voluntária.

O processo de avaliação pode ser qualitativo e quantitativo. A avaliação qualitativa está directamente relacionada com a qualidade da acção voluntária, os aspectos a avaliar são, por exemplo, o grau de satisfação dos beneficiários, o grau de satisfação

do voluntário e grau de satisfação no relacionamento com a equipa de responsáveis pelo voluntariado, entre outros. Por sua vez, a avaliação quantitativa utiliza indicadores estatísticos, como sejam, o número de reuniões em que o voluntário participou, o número de sessões de formação a que assistiu e as horas dedicadas semanalmente ao projecto de voluntariado.

1.2.3. Técnicas e Dinâmicas de Animação de Grupo Aplicadas ao Voluntariado

As técnicas e dinâmicas de grupo são instrumentos bastante úteis para a gestão de equipas humanas.

As equipas caracterizam-se pelo grau de coesão, ou seja, pela cooperação estabelecida entre os membros dessa equipa para atingirem objectivos e metas comuns pelas quais se auto-responsabilizam, assumindo as tarefas necessárias à sua execução.

Nas equipas a comunicação é assertiva e existe uma linguagem comum entre todos os membros que a integram. No entanto, é frequente existirem conflitos que resultam, normalmente, de diferentes interpretações ou de formas distintas de realizar as tarefas, mas que rapidamente são ultrapassados e dissipados no seio do grupo.

As equipas transformam os conflitos em energia positiva, geradora de novas dinâmicas e mais valias para o grupo. Cada individuo proporciona ideias e pontos de vista diferentes, contribuindo para a diversidade da equipa e para o cumprimento dos objectivos a que todos se propuseram chegar.

Técnicas e dinâmicas de grupo

As técnicas de grupo são orientadas para a realização de tarefas e para a obtenção de resultados do grupo.

Estas técnicas podem dividir-se em: técnicas de iniciação de grupo, técnicas de produção de grupo e técnicas de avaliação e mediação grupo.

As técnicas e dinâmicas de grupo são um meio profícuo para a constituição de grupos e equipas, quer para os técnicos que trabalham em voluntariado quer para os próprios voluntários.

Sempre que um voluntário trabalha com um grupo de pessoas, deverá conhecer o tipo de liderança existente, pois conforme o grau de coesão do grupo assim deverá ser

adoptado um estilo de liderança, que poderá ser mais ou menos directivo. Se o grupo for pouco coeso a liderança deverá ser directiva, se for coeso deverá ser democrática.

As técnicas de animação de grupo podem dividir-se em²³:

1. Técnicas de iniciação de grupo, promovem a interacção dos membros do grupo, proporcionando-lhes um momento de inter conhecimento, integração e à iniciação da “vida” do grupo.

Exemplo de uma Técnica de Apresentação de Grupo “Laranja – Limão”

Objectivos: Animar a apresentação de um grupo e facilitar a aprendizagem dos nomes dos participantes.

Dimensão do grupo: Ilimitado

Tempo requerido: 30 minutos

Material necessário: Tantas cadeiras como o número de participantes

Procedimentos:

- Previamente apresentado o grupo, cada participante senta-se numa cadeira e distribuem-se em forma de círculo;
- O animador fica de pé e no centro do círculo e explica a dinâmica desta técnica aos participantes: a quem disser laranja-laranja, esse terá que pronunciar o nome de quem tem à sua direita e a quem disser limão-limão, terá de dizer o nome de quem tem à sua esquerda. O participante que estiver mais de três segundos sem responder ou se equivocar, passará a ocupar o lugar e o papel do animador;
- Para dinamizar mais esta técnica, a qualquer momento o animador exclama “canastra revolta” e imediatamente todos tentam trocar de cadeira. Neste momento o animador aproveita para se sentar numa cadeira, e o participante que ficar sem assento passa a assumir o papel de animador.

²³ Asserte Yourself, M.D. Galassi e J.P. Galassi (sem data). *Human Sciences Press*, traduzido e adaptado por Catarina Dias e Guiomar Gabriel, GAPsi – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

2. As técnicas de produção grupal, guiam o grupo para a realização de uma tarefa específica, da forma mais eficaz e eficiente possível, permitindo ao grupo atingir resultados num clima grupal positivo.

Exemplo de um Técnica de Análise “Análise de Caso”

Objectivos: Analisar a realidade através de situações concretas e práticas e Aplicar a casos concretos determinados conceitos ou modelos teóricos.

Dimensão do grupo: Ilimitado

Tempo requerido: 90 minutos

Material necessário: Fotocópias com os casos descritos, papel e canetas.

Procedimentos:

- Define-se um tema a tratar e apresenta-se por escrito uma ou várias situações práticas em que se exemplificam ou aplicam de alguma forma aos conteúdos expostos. A informação contida em cada caso tem de ser breve e clara, para que os participantes se possam pronunciar sobre ela.
- O trabalho a desenvolver realiza-se em duas fases. A primeira consiste numa primeira leitura individual do caso(s) com a finalidade de ter uma visão geral do mesmo(s) e detectar onde podem estar os problemas a analisar. A segunda fase incide num debate, em pequenos grupos, para tentar associar, aplicar ou relacionar cada um dos casos analisados com o tema exposto na sessão.
- Cada grupo apresenta os resultados da sua análise.

3. As técnicas de mediação e avaliação de grupo, são realizadas para avaliar periodicamente a acção do grupo (os resultados, os métodos e os procedimentos empregues, a satisfação pessoal, as relações estabelecidas no seio do grupo).

Exemplo de uma Técnica de Avaliação de Grupos “Remos e Âncoras”

Objectivo: Valorizar os elementos que fazem

Dimensão do grupo: Ilimitado

Tempo requerido: 90 a 120 minutos

Material necessário: Papel para o mural ou quadro; papel autocolante, canetas de acetato.

Procedimentos:

- Desenhar um barco no mural de papel ou no quadro. Este barco simboliza o grupo a “navegar” para atingir as suas metas;
- Com papel autocolante recortam-se remos e ancoras para distribuir pelos participantes. Nos primeiros escrevem-se os aspectos positivos que ajudam o grupo a remar, avançando para as metas desejadas. Nas ancoras, inscrevem-se todas as dificuldades detectadas pelos membros do grupo e que são um obstáculo à “navegação”;
- Seguidamente colocam-se os remos na parte superior do barco e as ancoras na parte inferior;
- No final procede-se, conjuntamente, à realização de um balanço global com base na relação entre os pontos fortes (remos) e os pontos fracos (âncoras) identificados.

Dinâmicas de grupo

As dinâmicas de grupo são construtoras de papeis, estilos de comunicação e liderança no seio do grupo, são orientadas para manter as relações do grupo, fomentadoras da projecção grupal que permite ao grupo traçar as linhas do seu desenvolvimento e tomar consciência do seu papel e funções na esfera social.

As fases de constituição dos grupos são a Inicial, de crescimento e de maturidade. Para cada etapa existem técnicas específicas para a dinamização do grupo.

1. Fase Inicial/Apresentação

Reúne um conjunto de técnicas a utilizar numa fase inicial, quando se pretende criar um grupo cujos membros não se conhecem entre si, com o objectivo de facilitar a aproximação e o conhecimento entre as pessoas.

- a) Técnicas de apresentação

Exemplo de uma Técnica de Apresentação “A Teia de Aranha”

Objectivo: Proporcionar num ambiente descontraído e divertido um primeiro contacto com os participantes.

Dimensão do grupo: Ilimitada.

Tempo requerido: Variável consoante o número de elementos, (duração mínima 10 minutos).

Material necessário: Um cordel ou um novelo de lã com vários metros.

Procedimentos:

O participante diz o seu nome; a sua idade; a sua naturalidade; onde reside; que ocupação tem, e atira o novelo a outro participante (fincando com a ponta da corda na mão). Este dirá, também, o seu nome; a sua idade; a sua naturalidade; onde reside; que ocupação tem, e atira novamente o novelo a outro participante e assim sucessivamente até à última pessoa presente. Esta última devolve o novelo a quem lho deu, mas antes repete o que aquele terá dito quando teve o novelo na mão.

b) Técnicas de conhecimento e confiança

Exemplo de uma Técnica de Conhecimento e Confiança “A Coreografia”

Objectivos: Proporcionar o conhecimento do grupo através da habilidade para observar os seus membros e desenvolver a integração grupal.

Dimensão do grupo: Um número mínimo de 6 participantes.

Tempo requerido: Variável consoante o número de elementos (duração mínima 10 minutos).

Procedimentos:

- Solicita-se a um dos participantes que saia da sala;
- O grupo elege um coreografo que tem a função de ensinar uma coreografia aos restantes membros do grupo. Este começa a fazer gestos e os restantes participantes seguem-no;
- Informa-se o participante que saiu da sala que se dirija ao centro do grupo, que está reunido em círculo, e que tente descobrir quem é o coreografo. Para o efeito tem três oportunidades e tempo limitado;
- Se descoberto o coreógrafo, há uma troca de papéis. Este passará a ocupar o centro do círculo e o participante passa ao lugar de coreógrafo, e assim sucessivamente até se esgotar o tempo definido para esta actividade.

2. Fase de Crescimento

Nesta fase as técnicas utilizadas têm como objectivo consolidar a comunicação entre os membros do grupo e promover a sua coesão.

- a) Técnicas de comunicação

Exemplo de uma Técnica de Comunicação “Descrever um Objecto...”

Objectivos: Distinguir o objectivo do subjectivo da comunicação através da linguagem oral e desenvolver a comunicação.

Dimensão do grupo: Ilimitado.

Tempo requerido: 30 a 60 minutos

Material necessário: Um objecto

Procedimentos:

- Pede-se a um elemento do grupo que se dirija para o centro da sala, a quem se entrega um objecto para descrever sem dizer o que é;
- Uma vez realizada a descrição analisa-se entre todos os participantes a linguagem utilizada, com o fim de distinguir a linguagem objectiva – descritiva da linguagem subjectiva-valorativa;
- Á medida que se faz a análise, reflecte-se como em situações quotidianas de comunicação misturamos – quase sempre de forma inconsciente - a linguagem objectiva, descritiva dos objectos com a linguagem subjectiva dos valores e sensações pessoais que determinados objectos nos provocam.

Uma variante desta dinâmica consiste em um indivíduo desenhar num papel um objecto, que não pode ver, a partir dos dados fornecidos por um colega que está nas suas costas.

- O participante que esta a desenhar o objecto não pode fazer perguntas ao colega;
- Numa segunda fase, e depois de desenhado o objecto, o participante repete/confirma o que desenhou, colocando questões ao companheiro;
- No final comparam-se ambos os desenhos, para verificar e comprovar em qual dos dois tipos de comunicação – unidireccional ou bidireccional e com feedback- se apurou o desenho mais semelhante ao original.

Esta variante, centra-se na descoberta da importância, de incorporar a retroalimentação e o diálogo na comunicação.

b) Técnicas de motivação, distensão e criação de clima

Exemplo de uma Técnicas de Motivação, Distensão e Criação de Clima “Os Salva Vidas”

Objectivos: Contribuir para criar um clima positivo de distensão e de relaxamento no grupo; agrupar de maneira desenfadada e divertida os participantes, para posteriormente trabalharem em equipas.

Dimensão do grupo: Mais de 15 elementos.

Tempo requerido: 15 a 30 minutos

Procedimentos:

- À ordem do animador todos os participantes caminham livremente pela sala. O animador simula que o grupo se encontra num barco que vai afundar e que os participantes devem ir para os salva-vidas para sobreviverem.
- Para isso devem estar atentos - sem deixarem de circular pelo espaço - ao número de salva vidas que se devem formar.
- Quando o animador der sinal, todos devem tentar formar um salva-vidas com o número de participantes que o animador indicou, agarrando as mãos e sentando-se no chão.
- Aqueles que não conseguirem ou que forem os últimos a sentar declaram-se afogados, voltando a dinâmica a começar, só com os sobreviventes. A dinâmica terminará quando já não se puderem formar mais salva-vidas, ou que se tenha formado os salva - vidas equivalentes ao número de equipas que se pretendia organizar.

3. Fase de Maturidade

Integra um conjunto de técnicas que permitem desenvolver a criatividade grupal e que facilitam a resolução de problemas e a tomada de decisão.

a) Técnicas de criatividade

Exemplo de uma Técnica de Criatividade “Terra, Mar, Ar”

Objectivo: Promover a concentração e a atenção e estimular criatividade dos membros de um grupo.

Dimensão do grupo: Ilimitado.

Tempo requerido: No mínimo 30 minutos. A duração depende do número de participantes.

Material necessário: Uma bola ou um balão.

Procedimentos:

- Forma-se um círculo com todos os participantes sentados, à excepção de um que ficará de pé no centro do círculo, com a bola nas mãos;
- O participante do centro lança a bola a um dos membros, exclamando um dos três elementos em que há vida: ar, mar ou terra;
- Quem recebe a bola responde dizendo o nome de algum animal cuja vida se desenvolva nesse meio. Seguidamente, devolve a bola novamente ao jogador do centro, para que este volte a lançá-la a outro participante. Este dirá outro elemento (ar, mar ou terra) ou poderá exclamar mundo. Neste caso, todos os participantes têm que se deslocar e sentar noutra sítio;
- O que falhar a resposta ou ficar sem cadeira, passa para o centro com a bola para iniciar outra roda de lançamentos.

b) Técnicas de consolidação, projecção e inovação grupal

Exemplo de uma Técnica de Consolidação, Projecção e Inovação de Grupo “O Grupo Participativo”

Objectivos: Analisar os acontecimentos que definem um grupo participativo; comparar e distinguir as características entre a participação ideal e a real; ajudar um grupo a amadurecer e a consolidar-se fomentando a participação dos seus membros.

Dimensão do grupo: A partir de 10 elementos.

Tempo requerido: 60 a 90 minutos

Material necessário:

Dois sacos com cartões legendados com o seguinte:

- Os membros participam na definição dos objectivos a alcançar
- Os membros intervêm na elaboração de programas

- Os membros tomam parte na organização e na realização das actividades
- Os membros beneficiam dos serviços, das vantagens e de prestígio
- Os membros disponibilizam recursos para a manutenção das actividades
- Os membros são informados por quem toma as decisões
- Os membros são consultados antes de ser tomada uma decisão
- Os membros intervêm na tomada de decisões
- Habitualmente participam todos ou a grande maioria dos membros
- Normalmente participam apenas alguns membros
- Habitualmente só participam os directores
- A participação dos membros é constante e regular
- A participação só se produz em determinadas ocasiões
- A participação produz-se de forma descontínua e irregular
- Os membros intervêm através de representantes
- Os membros intervêm pessoal e directamente
- Os membros tomam responsabilidades na organização e no funcionamento interno

Procedimentos:

- O grupo subdivide-se em duas equipas de trabalho e entrega-se a cada um destes os cartões legendados;
- Pede-se a uma das equipas que, através dos cartões, tente configurar os traços que definem a participação ideal de um colectivo. À outra equipa solicita-se para definir os traços que caracterizam a participação real do grupo que integram;
- No final, comparam-se ambas as posições, debatendo as diferenças que existem entre a teoria e a prática real do grupo.

1.3. Questão pertinentes a lembrar

- A dinamização e a promoção do Voluntariado na comunidade, assume-se como uma das principais estratégias para a construção de uma cidadania activa, em prol do comum e do diferente, e sobretudo para o combate de diferenças sócio-culturais.
- A animação sociocultural é uma ferramenta de intervenção que no voluntariado, promove a participação cívica e comunitária, designadamente através de novos vectores de educação para a cidadania e que se traduz em ofertas socio-educativas variadas.
- No itinerário dos voluntários existem cinco fases diferentes, a formação, motivação, comunicação, a participação e a avaliação, que são fundamentais e transversais a todo o processo de desenvolvimento da acção voluntária. Estas fases, em articulação com as competências pessoais, permitem ao voluntário reforçar as suas capacidades e potenciar o exercício da sua actividade.
- As técnicas e dinâmicas de grupo são um meio profícuo para a constituição de grupos e equipas, quer para os técnicos que trabalham em voluntariado quer para os próprios voluntários.
- As técnicas de grupo podem dividir-se em: técnicas de iniciação de grupo, técnicas de produção de grupo e técnicas de mediação e avaliação.
- As dinâmicas de grupo são técnicas utilizadas para manter as relações do grupo, são fomentadoras da projecção grupal que permite ao grupo traçar as linhas do seu desenvolvimento e tomar consciência do seu papel e funções na esfera social.
- As etapas pelas quais passam os grupos são: a de apresentação, crescimento e maturidade.

1.4. Exercício Prático

- Relacionar os conceitos de cidadania, animação e voluntariado através da análise de um texto.
- Debate sobre as possibilidades de intervenção do voluntário na sociedade.

1.5. Bibliografia

- Asserte Yourself, M.D. Galassi e J.P. Galassi (sem data). *Human Sciences Press*, traduzido e adaptado por Catarina Dias e Guiomar Gabriel, GAPsi – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- IDAÑEZ, Maria José Aguilar (2000). *Como animar un grupo. Principios Básicos e Técnicas*, Madrid: Editora Vozes, 2ª Edição, Editorial CCS;
- TRILLA, Jaume (2004). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, Horizontes Pedagógicos;
- VENTOSA, Víctor J. (2004). *Métodos activos e técnicas de participación. Para educadores e formadores*. Madrid: Editorial CCS;
- PANIEGO, José Ángel e LLOPIS, Carmen (2004). *Educar para la Solidariedad*. Madrid: Editorial CCS;
- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Manual para la persona responsable de voluntariado*. Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;
- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Manual para la persona voluntaria*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;
- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Cuaderno de recursos prácticos para la persona voluntaria*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;
- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Cuaderno de recursos prácticos para la persona responsable de voluntariado*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España.

2. O voluntariado social e a sua intervenção na sociedade

2.1. O voluntariado social e a família

Silvia Mestre Escola

Ao longo deste módulo será exposto o processo de elaboração de estudos comunitários e o modo como estes poderão dar respostas às necessidades das famílias.

Serão ainda salientados os contributos para uma integração e desenvolvimento social por parte das famílias problemáticas para que exista uma interacção no centro das mesmas, como modo de promover um bom relacionamento das famílias com as suas profissões.

2.1.1. Objectivos do módulo

No final deste módulo pretende-se que os formandos sejam capazes de:

- Compreender a importância da análise de Estudos Comunitários para uma adequada intervenção a nível do voluntariado social;
- Conhecer os principais problemas das famílias na actualidade;
- Conhecer a forma correcta do voluntário intervir tendo presente algumas questões deontológicas.

2.1.2. Processo de elaboração de estudos comunitários

A elaboração de um estudo comunitário tem como objectivo central identificar as principais necessidades de uma população, de características comuns, numa determinada área geográfica, com o propósito de se realizar um diagnóstico da situação, possível de discussão, para que se possa intervir de forma adequada. Assim, torna-se fundamental realizar uma análise minuciosa das carências da população em estudo, como forma futura de planificar as intervenções necessárias quer a nível de formação, serviços ou equipamentos.

Segundo Imperatori (1982), o planeamento pode ser necessário devido a seis razões fundamentais: escassez de recursos, tornando-se importante utilizar os existentes de forma mais eficaz e mais eficiente; necessidade de intervir nas causas dos problemas; necessidade de definir prioridades; a existência de infraestruturais de custos elevados

que podem apoiar em simultâneo vários equipamentos e a possível utilização polivalente dos diversos equipamentos existentes.

Relativamente às fases do planeamento, o mesmo autor salienta-nos que deva englobar: o diagnóstico da situação; definição de prioridades; a fixação de objectivos; a selecção de estratégias; a elaboração de programas e projectos; a preparação da execução e a avaliação do planeamento.

Salienta ainda a importância deste processo ser considerado como uma actividade contínua e dinâmica (Imperatori, 1982).

O diagnóstico da situação deve ser realizado junto da própria população através de método exaustivo de pesquisa (questionário ou entrevista), onde os inquiridos expressam a sua opinião sobre o assunto, aliado à observação directa do indivíduo que está a realizar o estudo, e tem como objectivo permitir identificar as causas dos principais problemas e os seus factores condicionantes.

Depois de colhidos os dados, a etapa seguinte é sistematizar o diagnóstico tendo por base a definição de prioridades apontadas pela população em estudo, para que se possa posteriormente definir adequadamente os objectivos de acção e formular as respectivas propostas de intervenção.

A fixação de objectivos deverá ser feita relativamente aos problemas definidos, devendo ser operacionais, concisos e mensuráveis. Pelo que nesta fase dever-se-ão compor diferentes estratégias como forma de resposta a um mesmo objectivo, com o intuito de se averiguar quais os recursos necessários para que se possa obter o resultado esperado ao custo mais baixo.

Segundo Imperatori “caso se considere que os recursos são insuficientes haverá que rever as estratégias inicialmente propostas e retroceder à fase anterior para proceder a uma revisão dos objectivos” (1982:11).

Depois, há que estudar as actividades propostas para dar resposta a uma determinada estratégia, tendo sempre presente, os recursos existentes e os custos envolvidos.

A preparação e execução do que foi planeado é a parte principal de todo este processo, onde o cumprimento da calendarização das actividades é um aspecto fundamental para o êxito, assim como a definição de responsáveis pela sua realização, de forma a transmitirem posteriormente os resultados dos principais indicadores do controlo.

Desta forma, a efectivação no terreno das medidas correctivas vão depender dos recursos existentes na comunidade, das entidades económicas e políticas locais.

2.1.2.1. Identificação das respostas às famílias

O padrão de família tradicional caracterizado como “um casamento legal entre um Homem e uma Mulher, durando toda a vida, sexualmente exclusivo, com filhos, em que o homem é o principal responsável pelo sustento e a autoridade fundamental”, tal como nos refere Macklin (1988:317), começa a estar desajustado à realidade social.

Este desajuste surge essencialmente devido às alterações estruturais de que as famílias têm vindo a ser alvo, implicando, claro está, significantes alterações nos papéis desempenhados pelos diferentes elementos da família.

A principal alteração foi de facto a entrada da Mulher no mundo do trabalho, que a tornou mais independente sobretudo economicamente, e fez com que no seio da família o Homem deixa-se de ser visto como o “chefe de família”, de onde todos os elementos dependiam sócio- economicamente, e passasse a contribuir nas tarefas domésticas e nas diferentes actividades familiares que até então eram exclusivamente tarefas desempenhadas pela Mulher.

Desta forma, a definição de família sofreu algumas alterações, passando a ter em evidência outros aspectos, tal como os que Bentler nos salienta na seguinte definição: a família é “um grupo social único ligado por laços de geração, emoções, preocupações, estabelecimento de metas, orientação altruísta e uma forma própria de organização” (1989:96), em que “As interacções que se desenvolvem entre os vários elementos de uma família organizam-se em sequências repetitivas de trocas verbais e não verbais que se vão construindo no dia-a-dia familiar, como resultado de adaptações recíprocas, implícitas e explícitas, entre os seus elementos” (Alarcão, 2002:53).

Designadas como padrões transaccionais, estas sequências impõem segundo a mesma autora, dois sistemas de forças: Um, onde a hierarquia de poder, a autoridade pais/filhos e a complementaridade entre o casal (regras universais da família), estão presentes; Outro relacionado com as expectativas específicas de cada família (Alarcão, 2002).

Quando existe um desajuste a qualquer nível, a família, poderá apresentar mais vulnerabilidade para apresentar certos problemas como é o caso “da pobreza bem

como de múltiplos problemas de natureza fisiológica, psicológica, psicológica e social”, tal como nos evidencia Stanhope (1999: 510).

Estas famílias na maioria das vezes são padronizadas por situações de instabilidade financeira, pela frequência assídua dos serviços públicos de saúde, assim como por repetidas situações de desorganização e crise. Estas situações fazem frequentemente com que os elementos da família se sintam perante a sociedade geral como indesejados, impotentes, sem direito a existir e a ser destruídos pela própria sociedade (Stanhope, 1999), em que a luta pela sobrevivência é uma realidade constante.

O fenómeno da pobreza e da exclusão social das famílias é uma preocupação actual e crescente em todos os países da União Europeia.

As principais causas para a sua existência, estão relacionadas, sem sombra de dúvida, com factores de ordem económico, social e familiar e também com o funcionamento dos próprios sistemas e instituições, que associados ao fraco crescimento económico que se tem verificado nos últimos anos, ao aumento da taxa de desemprego, ao constrangimento das despesas públicas acarretam um enfraquecimento do papel de suporte das famílias levando a diferentes valores e padrões de comportamento, como por exemplo: a emergência de novos grupos de risco (toxicodependentes, doentes com HIV, pessoas sem abrigo e crianças em risco); a perda da função protectora da família que atinge essencialmente os elementos mais frágeis; o aumento das disfunções familiares e sociais, que origina uma procura de respostas cada vez mais especializadas e a expansão de zonas territoriais em crise, que está na base da exclusão social.

Relativamente a estas famílias consideradas como vulneráveis, torna-se fundamental, fazer uma análise detalhada da estrutura familiar de três gerações incluindo também a família mais alargada e ter consciência de que são mais propensas a perder elementos por causas como morte, prisão ou abandono. É ainda necessário ter presente que os diferentes estádios vivenciados por estas famílias parecem ser realizados num período de tempo mais curto que o habitual.

Para que se possa identificar este padrão de famílias com o intuito de promover uma resposta adequada, torna-se fundamental a actuação de uma equipa multidisciplinar.

Depois da família ser identificada, esta equipa através de reuniões periódicas irá discutir as probabilidades de resposta e a melhor forma de implementar medidas sem que com as mesmas possa ferir susceptibilidades no seio familiar.

As possíveis respostas dadas devem passar pela protecção social da mesma evitando a discriminação social, tornando-se fundamental:

- Satisfação dos indivíduos e famílias mais carenciados;
- Providência por parte das entidades competentes para com fenómenos económicos e sociais que possam fragilizar indivíduos, famílias e comunidades;
- Promoção de uma adequada qualificação e integração social dos indivíduos/famílias;
- Prevenção na utilização dos serviços e equipamentos sociais de modo a extinguir excessos e lacunas;
- Eficácia por parte dos serviços prestados através de uma melhor e maior personalização dos apoios sociais prestados;
- Equidade no relacionamento para com os cidadãos.

Esta realidade só será possível através da actuação de uma equipa multidisciplinar que trabalhe de forma individual e personalizada cada caso, com o objectivo de tornar o indivíduo/família cada vez mais autónomos, de forma a fomentar a sua correcta inserção social na comunidade.

Esta actuação deverá ter por base serviços e equipamentos públicos ou privados sem fins lucrativos, pois só assim a forma de actuação poderá ser o mais abrangente possível com o intuito de dinamizar ao máximo iniciativas melhorando as estruturas através de um correcto desenvolvimento económico – social.

Grande parte destas actividades caem no âmbito da acção social que poderemos considerar como uma actividade onde o indivíduo/família é o alvo principal, tendo sempre presente a unicidade de cada um. O meio ambiente que circunda o indivíduo/família e o seu quotidiano também são alvo de atenção, pois só assim se poderá analisar a situação e estabelecer laços e compromissos entre instituições e serviços, para que a reinserção social se faça o mais brevemente possível. Desta forma, será fundamental a existência de espaços que promovam a qualidade de vida do indivíduo/família, prevenindo a solidão.

2.1.2.2. Contributos para a integração e desenvolvimento social

A integração do indivíduo/família na comunidade impõe um desenvolvimento social especializado assente essencialmente em quatro pressupostos: prevenção e redução de riscos sociais; integração apoiada por uma equipa multidisciplinar; direccionar para

uma cidadania activa; promover uma parceria efectiva para o desenvolvimento, pois só desta forma se conseguirá efectivar estratégias em benefício dos grupos naturais (família e comunidade), baseadas nos próprios direitos sociais.

Relativamente à prevenção e redução de riscos sociais é imperativo o desenvolvimento de estruturas e serviços de proximidade (ex. instituições particulares de solidariedade social, misericórdias e mutualidades), onde através de uma rede de equipamentos e serviços oficiais sem fins lucrativos se possam obter respostas sociais adequadas de apoio à família, em especial aos seus membros mais vulneráveis.

A criação de novas estruturas que acompanhem a evolução da família também parece ser importante. Desta forma deve apostar-se igualmente na criação de serviços e equipamentos dirigidos aos diferentes elementos da família, respondendo às suas principais necessidades a nível social, nomeadamente:

- a criação de **centros de alojamento temporário**, destinados a acolher, por tempo limitado, pessoas em situações de emergência social;
- a criação de equipamentos que possam dar **respostas às necessidades das crianças e jovens**, no que respeita à educação, higiene, alimentação e ocupação dos tempos livres (ex. ama, creches, estabelecimentos de educação pré – escolar, centro de actividades e tempos livres, etc.);
- a criação de **respostas sociais destinadas aos idosos**, como é o caso dos serviços de apoio domiciliário que tem como principal objectivo a prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos que por diversos motivos não podem assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas ou actividades de vida e dos centros de dia, onde durante o dia é oferecido aos idosos um conjunto diversificado de serviços, contribuindo para a sua manutenção no seio sócio - familiar .
- a criação de **respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência**, como é o caso dos serviços de Intervenção precoce, cujo principal objectivo é oferecer uma resposta sócio – educativa destinada a crianças até aos 6 anos em situações de alto risco, tendo em vista influenciar a interacção familiar e o desenvolvimento da criança; Lares de apoio para crianças e jovens com necessidades educativas especiais, destinados às crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 16/18 anos e Centros de actividades ocupacionais para pessoas adultas com deficiência grave ou profunda.

Para além da existência destas estruturas de suporte social, torna-se ainda importante o acompanhamento dos diferentes casos por uma equipa multidisciplinar que faça essa ligação, fornecendo informação/formação necessária. Esta informação/formação servirá maioritariamente para que as famílias possam usufruir ao máximo dos bens e serviços que são colocados ao seu dispor.

Também é importante que a família/ comunidade seja parceira activa do processo, ou seja que se envolva activamente nas actividades desenvolvidas, independentemente da área dessas mesmas actividades, pois só assim se poderá reforçar a abordagem comunitária dos problemas sociais existentes situando-se o mais próximo da realidade possível.

2.1.2.3. A interacção familiar

Tendo presente, as principais mudanças no seio familiar, tomemos consciência de que continua a ser o lugar onde nascemos, crescemos e morremos, (ainda que ao longo do ciclo vital possamos ter mais do que uma família), e que é sem sombra de dúvida um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção como é o caso da expressão corporal, a linguagem, a comunicação e as relações afectivas e interpessoais, podendo estas aprendizagens serem posteriormente um reflexo positivo ou negativo a nível social.

Considerando a família como “Um sistema, um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em contínua relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento percorrido através de estádios de evolução diversificados” (Sampaio, 1985:41), para que seja possível uma correcta interacção a nível familiar, torna-se imprescindível analisar a família em todas as suas dimensões (espacial, temporal e afectiva).

Ao se considerar a família como um sistema têm-se como base o facto de ser composta por objectos e respectivos atributos e relações, de conter subsistemas (individual, conjugal, parental e o fraternal) e outros sistemas, ou supra-sistemas, todos eles ligados de forma hierárquica e organizada com limites e fronteiras bem definidas.

A estrutura da família coincide com a forma como se organizam estes subsistemas e o tipo de relações que desenvolvem, o que na prática traduz o conjunto de interacções preferenciais da família, distinguindo uma família de todas as outras.

Depois de bem conhecida a estrutura de determinada família, a interacção familiar consiste na identificação de alterações dessa mesma estrutura como resultado de possíveis alterações que possam ter ocorrido na organização familiar em função do compromisso de cumprimento de tarefas e actividades previamente definidas.

Estas tarefas e actividades estão directamente relacionadas com o desempenho dos diferentes elementos constituintes da família ao longo do seu ciclo de vida, as suas aptidões pessoais e a pressão social exercida, em que para diferentes situações deverão ser tomadas diferentes medidas, se não, vejamos: numa situação de um Casal sem filhos – a actuação da equipa multidisciplinar perante esta situação poderá actuar no estabelecimento de uma relação satisfatória entre o casal, de forma que fiquem preparados para o processo de gravidez e todas as alterações que possa acarretar na vida habitual do casal, assim como para a parentalidade. Por outro lado, se for uma família com filhos adolescentes a sua actuação passa por facilitar o equilíbrio entre a liberdade e responsabilidade, sendo estas tarefas partilhadas com a comunidade, e se for um casal envelhecido onde se surgem problemáticas como a reforma ou a morte de um dos cônjuges, a actuação passa essencialmente por ajudar o casal a entender o processo de envelhecimento e explicar que nele está incluso a reforma, mas também explicar como poderá ocupar o tempo que passará a ter livre com actividades que gostaria de fazer enquanto activo profissionalmente não teve oportunidade (ex. frequentar uma Universidade Sénior, praticar desporto, tomar conta dos netos, exercer voluntariado, etc...). No caso da morte de um dos Cônjuges, a actuação não vai para além de preparar o indivíduo para essa perda e ensiná-lo a lidar com a mesma acompanhando-o nas diferentes fases do processo de luto.

Em caso de famílias com mais de um problema (multiproblemáticas), as situações podem surgir em vários elementos da família e podem sobrepor-se e alternar-se (ex. alcoolismo, toxicodependência, anorexia, etc.), a actuação passa pelo estabelecimento de uma relação de ajuda adequada à situação por parte da equipa profissional.

Assim há que ter sempre em consideração qual a situação familiar de forma a poder-se actuar correcta e eficazmente, percebendo sempre o que a família nos quer transmitir.

2.1.2.4. Contextos relacionais: profissão/família

Através dos contextos relacionais: profissão/família, pretende-se perceber qual o tipo de relacionamento que a família deseja ter para com os profissionais da equipa multidisciplinar.

Nesta questão o ponto de partida para a actuação é, sem sombra de dúvida, perceber o contexto em que a família solicita ajuda profissional, através da leitura correcta da linguagem que a mesma apresenta.

Deste modo poderemos ter sete contextos diferentes de actuação, nomeadamente: 1 - Benéfico assistencial, onde a equipa assiste à família após solicitação de ajuda para o problema (ex. “vinha ver se me podia ajudar em...); 2 - Acusador, neste contexto a equipa tem de estar desperta para pormenores na verbalização do problema, muitas vezes de forma inconsciente (ex. “a culpa não é minha... Os vizinhos não me deixam em paz”); 3 – Conformista, onde a família mostra-se conformada com a situação em si (ex. “não há nada a fazer” ou “não tenho sorte nenhuma, nada me corre bem”); 4 – Delegação, onde a família pretende delegar as tarefas que lhes compete noutra pessoa comprometendo a sua autonomia (ex. casal com um filho recém – nascido “eu não sei dar-lhe banho, não sou capaz, seria melhor se viessem cá todos os dias”); 5 – Aparências, neste contexto os membros da família tendem fazer transparecer o que não existe (ex. numa família com problemas de maus-tratos “nós somos uma família unida, connosco não há problemas”); 6 – Dramatização, a família tenta influenciar os profissionais fazendo previsões futuristas dos acontecimentos (ex. “vai acontecer algo muito grave...”) e por último, 7 – Negação, neste contexto as famílias negam a existência de problemas no seu seio, comparando as suas vivências com as de outras famílias problemáticas, considerando sempre a sua situação muito menos preocupante que as restantes (ex. “porque é que se preocupam connosco se há tantas pessoas com problemas”).

Para que a equipa actue de forma correcta e eficaz torna-se fundamental o estabelecimento de uma relação de ajuda, baseada numa empatia/ confiança mútua, onde a família deve sentir-se à vontade o suficiente para exprimir os seus problemas, pois só assim a actuação profissional pode ser válida.

Esta actuação deve ter por base reconstruir, com a família, os aspectos históricos e contextuais das situações vividas, para contextualizar o problema, reconstruir o sistema que pede ajuda e perceber o porquê dessa necessidade de forma a intervir a partir do pressuposto da intervenção mínima necessária, definir um contexto de colaboração, formular conjuntamente objectivos em termos de ganhos ou melhorias, identificar situações em que o problema não ocorra de forma a estimular a família, imaginar soluções e observar minuciosamente as ocorrências e as práticas familiares.

Posteriormente a equipa multidisciplinar deverá realizar uma avaliação das situações vivenciadas partilhando com a família as conclusões dessa mesma avaliação, como meio de verificar o seu grau de satisfação.

2.1.3. Questões mais pertinentes a lembrar

Os estudos comunitários são essenciais para a detecção e compreensão das necessidades existentes numa determinada população. Permitem traçar estratégias de acção para dar resposta ao diagnóstico com base nos recursos existentes na comunidade quer a nível de serviços ou de equipamentos.

As alterações verificadas a nível da estrutura familiar têm levado ao aparecimento de situações de desajuste nos padrões considerados como socialmente normais. Nestes casos, as famílias apresentam maior vulnerabilidade para apresentar problemas que poderão reflectir-se em todos os seus elementos como é o caso da pobreza e exclusão social, ou apenas em alguns como a toxicodependência, pessoas sem abrigo e crianças em risco.

Independentemente da situação, é necessário, tendo em consideração que cada família é única com características muito próprias, uma adequada intervenção por parte de uma equipa multidisciplinar, que permita uma correcta reintegração social.

Esta equipa depois de realizar um diagnóstico da situação da família, deve traçar objectivos mensuráveis e operacionais em conjunto com a família, para que esta se sinta o mais envolvida possível no processo, pois só desta forma as estratégias implementadas poderão ter sucesso.

A integração do indivíduo/família na comunidade, na maioria das vezes depende do desenvolvimento de estruturas e serviços de proximidade que respondam às suas necessidades. Estes equipamentos devem abranger todas as fases do ciclo vital, porque como se sabe, com o ingresso da Mulher no mercado de trabalho, a responsabilidade do cuidar de todos os elementos da família passou a ser repartida, tornando-se necessário existir apoios que satisfaçam as necessidades das crianças, dos deficientes e dos idosos.

Contudo, às vezes apesar de existirem serviços e equipamentos para dar resposta às situações, as famílias não apoiam a sua utilização pelos seus elementos, umas vezes por falta de informação e outras por falta de confiança nos profissionais que as acompanham.

Assim, é fundamental para uma adequada e correcta intervenção familiar por parte da equipa multidisciplinar, que exista um clima de confiança para que se estabeleça uma relação de ajuda baseada numa empatia mútua.

2.1.4. Exercício de aplicação

- Individualmente, descreva uma família problemática e descrimine a sua actuação perante a situação.

- Debate dos diferentes casos e intervenções com a participação de todos os formandos.

2.1.5. Bibliografia

- BENTLER, I. e tal. (1989). *The family realm: theoretical contributions for understanding its uniqueness*, Gardner Press;
- BIROU, A. (1966). *Dicionário das Ciências Sociais*, Lisboa: Publicações d. Quixote;
- IMPERATORI, Emílio e GIRALDES, Maria do Rosário (1982). *Metodologia do Planeamento da Saúde – Manual para uso em serviços centrais, regionais e locais*. Lisboa: Obras Avulsas;
- SAMPAIO, Daniel (em colaboração) (1985). *Terapia Familiar*, Porto: Editora Afrontamento;
- SEGALEN M. (1999). *Sociologia da Família*, Lisboa: Editora Terramar;
- SULLEROT, E. (1999). *A Família – Da crise à necessidade*, Lisboa: Piaget Editora.

2.2. O voluntariado social e os idosos

Maria Cristina Bernardo

2.2.1. Objectivos do módulo

- Proporcionar a interiorização de conhecimentos sobre ética associada ao envelhecimento e sobre o conceito de animação e ocupação para Idosos;
- Incentivar os formandos a reflectir sobre as questões relacionadas com o voluntariado social na sociedade actual;
- Proporcionar/gerar o debate em torno de questões considerados pertinentes para a clarificação dos conteúdos programáticos.

2.2.2. O Voluntariado no apoio ao idoso

2.2.2.1. Questões éticas associadas ao envelhecimento

“O homem vive em sociedade, convive com outros homens e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: “como devo agir perante os outros?”

Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida

Esta é uma questão central da Ética e da Moral

Os princípios éticos constituem-se enquanto directrizes, pelas quais o homem rege o seu comportamento, tendo em vista uma filosofia moral dignificante.

A Ética estabelece o código moral da conduta. Corresponde ao conjunto de princípios morais e de conduta pelos quais se rege o indivíduo na sua vida ou no desempenho de uma profissão ou actividade. É um conceito que está muito associado aos valores culturais de cada sociedade.

A ética é uma reflexão crítica sobre a moralidade, cujo objectivo é balizar as acções humanas.

A ética como a moral não são imutáveis.

Basta recordar que a escravidão já foi considerada “natural”! De legal passou a tolerável, depois a ilegal até ser considerada inconcebível.

Hoje temos preocupações acrescidas com a ética, pois o desenvolvimento económico tem gerado estruturalmente e sistematicamente situações contrárias aos princípios éticos:

-Gera desigualdades crescentes; gera injustiças; rompe laços de solidariedade; reduz ou extingue direitos, etc, etc

A família, por exemplo, sob o pretexto de cuidar do bem estar dos seus idosos, retira-lhe muitas vezes o poder de decisão e a sua liberdade de escolha, administrando-lhe os bens, desfazendo a sua casa, etc

Esta é uma forma de exclusão que torna o idoso dependente, levando-o a perder a autonomia.

Uma sociedade que não tem idosos não se preocupa com eles, como é evidente. Mas, à medida que essa sociedade envelhece, temos que perceber que devemos adoptar outra conduta.

Enquanto a sociedade não se identificar com o seu envelhecimento, não deixará de considerar o idoso como uma categoria à parte.

Vemo-lo como não tendo as mesmas necessidades nem os mesmos sentimentos dos outros homens. A acção da sociedade tem que caminhar no sentido de reconhecer a necessidade e a obrigação do respeito pelos direitos dos idosos. Por exemplo: O amor; o ciúme; a sexualidade, nos idosos, muitas vezes são tidos como ridículos e/ou repugnantes.

Precisamos ser educados e educar para prestar o devido respeito às pessoas idosas.

Nos Órgãos de Comunicação Social fala-se e existem campanhas fortes relativas aos direitos das crianças, aos direitos dos animais e contra os atentados à natureza, etc. E contra a violência, à discriminação e à exclusão dos idosos, o que é que se faz?

O Estado muitas vezes ignora o idoso como detentor de direitos, a família desvaloriza-o e a sociedade tenta livrar-se de qualquer obrigação, imputando ao Estado (fecha-se o ciclo) toda a responsabilidade que deveria ser repartida entre esses três pilares: a Família, a Sociedade e o Estado.

O Estado, através do Direito, precisa reconhecer os novos paradigmas da sociedade. A Sociedade e a Família, precisam entender o envelhecimento dos seus elementos como uma evolução e não como um peso. Quando reconhecermos o potencial dos nossos membros idosos, passaremos a lutar para que o Direito os reconheça como cidadãos.

Na altura em que os idosos tenham a sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a Família, o Estado e a Sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles que estão a envelhecer. Quando estivermos neste grau de

evolução, estaremos a conquistar o nosso próprio espaço no futuro e garantindo a nós próprios um envelhecimento digno.

Nesse momento poderemos falar de uma sociedade ética que reconhece todos os ciclos da vida e os preserva sem distinção.

A criança, o adolescente, o adulto e o idoso têm o mesmo espaço social e o mesmo direito ao respeito, no sentido mais amplo do termo.

2.2.2.2. Animação sócio- cultural do Idoso

A nossa sociedade atribui ao ócio e ao tempo livre uma importância cada vez maior.

O ócio aparece relacionado com o bem estar físico e psíquico, assim como com a satisfação e a qualidade de vida.

Animação sócio- cultural, é o processo de grupo que parte de uma situação concreta e que vai gerar convivência e participação.

Falar de animação sócio – cultural é referir-nos a uma metodologia de trabalho e de intervenção social, com o objectivo de influir nas relações humanas, gerando redes de relação, consolidando um tecido grupal de Interacção, de forma a potenciar a solidariedade e a participação comunitária.

A animação sócio- cultural é mais uma atitude do que uma acção específica, é mais uma maneira de fazer do que o conteúdo de uma acção.

Está provado que a prática de actividades de ócio é um meio para a satisfação das pessoas e contribui para a própria saúde física.

Alguns estudos provaram a relação entre a longevidade e a participação em actividades de ócio relacionadas com o exercício físico.

Sabe-se que o nível de actividades de ócio e o bem estar psico-físico das pessoas idosas está relacionado e que a satisfação que uma pessoa tem na prática dessas actividades é uma variável crucial no grau de satisfação com a vida.

Um “bom uso” do ócio tem consequências positivas ao nível do aumento da auto-estima, diminuí os níveis de stress e de ansiedade. O ócio terapêutico é um elemento que ajuda a aumentar a autonomia e as competências das pessoas idosas em diferentes áreas: funcional, cognitiva, psico-afectiva e social. A necessidade que todos temos de interacção social é uma variável básica para a participação em actividades de ócio. Para que isso aconteça é necessário fomentar oportunidades de participação

em que as pessoas se sintam livres e possam escolher quando e como exercitá-las. Só assim retiram os benefícios psicológicos que essas actividades comportam.

A animação sócio-cultural como conceito e prática institucionalizada aparece em França em 1960, ligado a um conceito anterior: A Educação Permanente.

A Educação de Adultos e a Educação Permanente confluíram na animação sócio-cultural. Entendia-se que a animação sócio-cultural podia ser um elemento técnico que permitia ajudar as pessoas a tomar consciência dos seus problemas e necessidades e levá-las a entrar em comunicação de forma a resolverem, colectivamente, esses problemas.

A animação como conjunto de técnicas e de métodos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, é um processo que:

- 1- Acontece num tempo determinado
- 2- Acontece num espaço concreto
- 3- Orienta-se para grupos e não para indivíduos isolados
- 4- Insere-se na base cultural desses grupos
- 5- Pretende fomentar a autonomia pessoal

Mas, a animação como marco da gerontologia pode actuar a 3 níveis básicos:

- a) Dinamização de lugares e associações de reformados, de forma a promover a participação dos idosos na vida local mediante o impulso do associativismo, dos grupos de convívio e criatividade e o uso do ócio activo
- b) Animação da vida diária de Centros de Dia e Lares envolvendo os idosos na gestão da sua vida quotidiana
- c) Intervenção em situações de dependência ou perda progressiva da autonomia pessoal, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida individual e impedir a desvinculação da própria comunidade local.

Podemos identificar algumas etapas do Processo de Intervenção:

1. Analisar a realidade. Perceber as necessidades e desenhar as possibilidades de intervenção;
2. Canalizar e sistematizar os recursos existentes e afectá-los ao processo;
3. Sensibilizar a comunidade acerca da problemática das pessoas idosas (autónomas ou dependentes) e generalizar as acções para todos os utentes. Gerar plataformas de entendimento;

4. Fomentar a participação. Reforçar a interactividade entre os diferentes agentes. Promover acções para reflexão, tomar decisões para a resolução de situações conflituosas;
5. Formar os agentes de intervenção comunitária com conhecimentos em animação sócio- cultural e em gerontologia social;
6. Organizar os agentes de intervenção comunitária, os voluntários e outros elementos;
7. Estabilizar as estruturas e os recursos.

- **Animação com Idosos Dependentes**

A animação sócio- cultural com pessoas idosas dependentes parte de duas variáveis fundamentais necessárias para compreender o processo de intervenção posterior:

- 1- A possível ausência de consciência do grupo destinatário, causada pelos problemas de saúde, e
- 2- As limitações de autonomia do grupo.

Princípios Gerais de actuação

- a. A intervenção é um processo sistemático de (re) integração comunitária da pessoa idosa dependente. É um processo biunívoco em que o reforço da auto-estima na pessoa idosa é interactivo, refutando os estereótipos
- b. A entrada no processo de intervenção faz-se com orientação e conhecimento
- c. As técnicas de intervenção devem ter na base uma relação horizontal entre os animadores e os grupos com os quais está a trabalhar
- d. É imprescindível uma avaliação contínua dos objectivos planeados, de melhoria na área relacional
- e. A finalidade da intervenção será a transferência progressiva da direcção do processo, do animador para o contexto (grupo de idosos, família, associações, grupo de voluntários...)

O voluntário social e o idoso: propostas de intervenção

Algumas características/aspectos das actividades de animação sócio- cultural com idosos

1. As actividades contemplam um enfoque prático, activo e de inter-relação. Realizam-se muitas vezes de forma voluntária;
2. São actividades de iniciação e formação que podem estar abertas a todos e fazem parte da educação “não formal”;
3. As actividades giram em torno da cultura quotidiana, da memória cultural e dos valores sociais como: solidariedade; participação; cooperação, etc..

As actividades dentro de um projecto de animação devem ser seleccionadas e adequadas aos participantes. Assim deve-se ter em conta os seguintes aspectos:

1. Adequação aos participantes: o animador/voluntário têm que ter em conta as suas possibilidades e as suas necessidades, interesses (responder às necessidades reais e ter em conta a sua motivação);
2. Adequação aos objectivos da intervenção: o animador/ voluntário tem que fazer a sua leitura das necessidades e encaminha a actividade numa determinada linha;
3. Adequação à realidade do grupo: as actividades têm que adaptar-se à finalidade do grupo, tamanho e tipo de organização, pois condicionam a maior ou menor complexidade das actividades em geral;
4. Adequação ao contexto.

Qualquer actividade de animação sócio- cultural deverá:

- Permitir aos participantes eleger os meios e as maneiras de desenvolver qualquer tarefa/actividade
- Ser um veículo de criatividade e de emoções, de maneira a animar o participante
- Facilitar a vivência de diversas experiências através da diversidade de materiais, situações e relacionamentos
- Permitir ao participante um papel activo

- Estar adaptadas às necessidades e motivações do grupo e não às do animador
- Incluir conhecimentos que os sujeitos possam aperceber-se do valor da acção e de como a podem melhorar
- Procurar situações que favoreçam as relações interpessoais. O trabalho em equipa ajuda a partilhar responsabilidades e permite que os desejos individuais se submetam aos interesses do grupo

Quadronº1 - Algumas actividades a desenvolver com idosos

Actividades autónomas	Actividades organizadas e dirigidas
1-Diálogo	1- Grupos de conversação
2- Tarefas domésticas	2- Grupos de actividade Física
3- Jogos	3- Actividades Recreativas
4- Música	4- Actividades Manuais
5- Pintura	5- Actividades Educativas-formativas
6- Cuidar de animais	6- Grupos de apoio social e psico- afectivo
7- Leitura	7- Grupos estimulação cognitiva

Participação Sócio- comunitária

A participação sócio- comunitária faz referência à implicação das pessoas idosas em diferentes redes sociais, centros e instituições existentes na comunidade. Podemos destacar o grande potencial do voluntariado com este grupo etário, com aspectos positivos tanto individualmente para o idoso, como para aqueles que usufruem da sua experiência e saber (grupos e comunidade em geral).

2.2.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- O Estado, a Família e a Sociedade têm o dever de cuidar daqueles que estão a envelhecer;
- A animação sócio – cultural é uma metodologia de trabalho e de intervenção social;

- O animador/voluntário têm que ter em conta as possibilidades, necessidades, interesses e motivações dos participantes nos processos de animação.

2.2.4. Exercício de aplicação

- Testemunhos de pessoas voluntárias em vários projectos existentes na região.
- Visitas a instituições que acolhem voluntários.

2.2.5. Bibliografia

- BERMEJO, José Carlos (1999). *Humanizar el encuentro com el sufrimiento*, Bilbao, Editorial Desclée De Brouwer;
- CANOTILHO, J.J.Gomes; MOREIRA, Vital (2002). *Constituição da República Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora;
- COSTA, M^a Arminda et al. (1999). *O Idoso- Problemas e Realidades*, Coimbra, FORMASAU;
- LUNDIN, Stephen C. et al. (2004). *Fish ou a Arte de Motivar*, Lisboa, Editorial Presença;
- PIMENTEL, Luísa (2001). *O Lugar do Idoso na Família - contextos e trajetórias*, Coimbra, Editora Quarteto;
- VANEIGEM, Raoul (2003). *Declaração Universal dos Direitos do Ser Humano*, Lisboa, Antígona;
- YANGUAS, J. Javier et al. (2002). *Intervención Psicosocial en Gerontología - manual práctico*, Madrid, Cáritas Española.

2.3. O voluntariado social e as crianças

Américo Peças

2.3.1. Objectivos do módulo

- Conhecer os princípios éticos do voluntariado com a infância.
- Conhecer os procedimentos adequados para uma intervenção com a infância em risco.
- Saber como se conceptualiza um projecto.
- Conhecer a situação da infância no concelho de Évora: pontos críticos e factores de desenvolvimento.
- Conhecer a acção da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Évora.
- Conhecer o papel das ONG's na protecção da infância e na promoção dos direitos da criança. (Conhecer a acção da ADBES – Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada, no âmbito da infância.)
- Identificar situações de maltrato na infância e conhecer os encaminhamentos adequados.
- Conhecer a acção dos Centros de Acolhimento para Crianças em Situação de Risco (Conhecer a acção da Associação “Chão dos Meninos”)

2.3.2. Os Direitos da Criança

2.3.2.1. A Convenção dos Direitos da Criança: Adoptada pela Assembleia-geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990 (*selecção, organização e adaptação de Américo Peças*)

PREÂMBULO: O Preâmbulo lembra os princípios fundamentais das Nações Unidas e as disposições precisas de vários tratados de direitos humanos e textos pertinentes. E reafirma o facto de as crianças, devido à sua vulnerabilidade, necessitarem de uma protecção e de uma atenção especiais, e sublinha de forma particular a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e protecção.

Reafirma, ainda, a necessidade de protecção jurídica e não jurídica da criança antes e após o nascimento, a importância do respeito pelos valores culturais da comunidade da criança, e o papel vital da cooperação internacional para que os direitos da criança sejam uma realidade.

DEFINIÇÃO DE CRIANÇA: A criança é definida como todo o ser humano com menos de dezoito anos, excepto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo.

NÃO DISCRIMINAÇÃO: Todos os direitos se aplicam a todas as crianças sem excepção. O Estado tem obrigação de proteger a criança contra todas as formas de discriminação e de tomar medidas positivas para promover os seus direitos.

INTERESSE SUPERIOR DA CRIANÇA: Todas as decisões que digam respeito à criança devem ter plenamente em conta o seu interesse superior. O Estado deve garantir à criança cuidados adequados quando os pais, ou outras pessoas responsáveis por ela não tenham capacidade para o fazer.

ORIENTAÇÃO DA CRIANÇA E EVOLUÇÃO DAS SUAS CAPACIDADES: O Estado deve respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e da família alargada na orientação da criança de uma forma que corresponda ao desenvolvimento das suas capacidades.

NOME E NACIONALIDADE: A criança tem direito a um nome desde o nascimento. A criança tem também o direito de adquirir uma nacionalidade e, na medida do possível, de conhecer os seus pais e de ser criada por eles.

SEPARAÇÃO DOS PAIS: A criança tem o direito de viver com os seus pais a menos que tal seja considerado incompatível com o seu interesse superior. A criança tem também o direito de manter contacto com ambos os pais se estiver separada de um ou de ambos.

OPINIÃO DA CRIANÇA: A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO: As crianças têm o direito de se reunir e de aderir ou formar associações.

PROTECÇÃO DA VIDA PRIVADA: A criança tem o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, na sua família, residência e correspondência, e contra ofensas ilegais à sua honra e reputação.

RESPONSABILIDADE DOS PAIS: Cabe aos pais a principal responsabilidade comum de educar a criança, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade. O Estado deve conceder uma ajuda apropriada aos pais na educação dos filhos.

PROTEÇÃO CONTRA MAUS TRATOS E NEGLIGÊNCIA: O Estado deve proteger a criança contra todas as formas de maus-tratos por parte dos pais ou de outros responsáveis pelas crianças e estabelecer programas sociais para a prevenção dos abusos para tratar as vítimas.

CRIANÇAS DEFICIENTES: A criança deficiente tem direito a cuidados especiais, educação e formação adequadas que lhe permitam ter uma vida plena e decente, em condições de dignidade, e atingir o maior grau de autonomia e integração social possível.

SAÚDE E SERVIÇOS MÉDICOS: A criança tem direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos. Os Estados devem dar especial atenção aos cuidados de saúde primários e às medidas de prevenção, à educação em termos de saúde pública e à diminuição da mortalidade infantil. Neste sentido, os Estados encorajam a cooperação internacional e esforçam-se por assegurar que nenhuma criança seja privada do direito de acesso a serviços de saúde eficazes.

NÍVEL DE VIDA: A criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado. O Estado tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade possa ser – e seja – assumida.

A responsabilidade do Estado pode incluir uma ajuda material aos pais e aos seus filhos.

EDUCAÇÃO: A criança tem direito à educação e o Estado tem a obrigação de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um. A disciplina escolar deve respeitar os direitos e a dignidade da criança.

CRIANÇAS DE MINORIAS OU DE POPULAÇÕES INDÍGENAS: A criança pertencente a uma população indígena ou a uma minoria tem o direito de ter a sua própria vida cultural, praticar a sua religião e utilizar a sua própria língua.

TRABALHO DAS CRIANÇAS: A criança tem o direito de ser protegida contra qualquer trabalho que ponha em perigo a sua saúde, a sua educação ou o seu

desenvolvimento. O Estado deve fixar idades mínimas de admissão no emprego e regulamentar as condições de trabalho.

EXPLORAÇÃO SEXUAL: O Estado deve proteger a criança contra a violência e a exploração sexual, nomeadamente contra a prostituição e a participação em qualquer produção de carácter pornográfico.

RECUPERAÇÃO E REINserÇÃO: O Estado tem a obrigação de assegurar que as crianças vítimas de conflitos armados, tortura, negligência, exploração ou sevícias beneficiem de cuidados adequados para a sua recuperação e reinserção social.

2.3.2.2. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei 147/99) (*Excertos*)

A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

➤ **Princípios orientadores da intervenção**

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- a) Interesse superior da criança e do jovem – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Privacidade – a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- c) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- d) Intervenção mínima – a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
- e) Proporcionalidade e actualidade – a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- f) Responsabilidade parental – a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- g) Prevalência da família – na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adopção.
- h) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- i) Audição obrigatória e participação – a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;
- j) Subsidiariedade – a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em ultima instância, pelos tribunais.

➤ Definições

Para efeitos da presente lei, considera-se:

- a) Criança ou jovem – a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos;
- b) Guarda de facto – a relação que se estabelece entre a criança ou o jovem e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais;
- c) Situação de urgência – a situação de perigo actual ou eminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem;
- d) Entidades – as pessoas singulares ou colectivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem actividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem em perigo;
- e) Medida de promoção dos direitos e de protecção – a providência adoptada pelas comissões de protecção de crianças e jovens ou pelos tribunais, nos termos do presente diploma, para proteger a criança e o jovem em perigo;
- f) Acordo de promoção e protecção – compromisso reduzido a escrito entre as comissões de protecção de crianças e jovens ou o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo medidas de promoção de direitos e de protecção.

2.3.2.3. Procedimentos adequados para a Intervenção com Crianças em Situação de Risco: Para uma Ética do Voluntariado com a Infância *(adaptado das Conclusões de um Encontro promovido pelo Centro Dr. João dos Santos, Casa da Praia, 1997)*

Acreditamos:

- Na existência de uma vida interior das crianças que influencia os seus sentimentos, pensamentos e actos;
- Na importância de existir um meio securizante e acolhedor para as crianças se poderem organizar interiormente;

- Na dignidade das crianças como pessoas e no respeito que sustenta e fecunda a comunicação com elas;
- Na necessidade de incluir a família e a rede social onde a criança participa no projecto educativo com as crianças;
- Na criança como um aprendiz competente e em evolução, ainda que estejam presentes compromissos e obstáculos na ecologia do seu desenvolvimento;
- Que aprende melhor quem é gostado. Que se aprende melhor do que se gosta. Para uma criança gostar de aprender tem que gostar dela e tem que ter alguém de quem gostar.

2.3.2.4. Proposta de Guião para conceptualizar um projecto de voluntariado com a infância (Américo Peças)

Introdução

- Situar o contexto de intervenção
- Descrever os grandes sentidos da acção

Conceptualização do Projecto

- Como surgiu a ideia?
- Que público-alvo e que contextos foram seleccionados?
- A que tipo de necessidades do público-alvo procurou o projecto responder?
- Que caracterização inicial de recursos foi feita? Que contactos foram efectuados? Respeitou-se o princípio da subsidiariedade?
- Que estratégia de implicação efectiva dos sujeitos (grupo-alvo) foi prosseguida?

Design do projecto

- Denominação
- Objectivos
- Público-alvo
- Actividades previstas e organização no tempo (cronograma)
- Estratégia de divulgação
- Avaliação prevista

Descrição/Registo do Projecto

Avaliação/Regulação

2.3.2.5. Deveres e Direitos do Voluntário *(in Guia do Voluntário, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado)*

Os Deveres:

Para com os destinatários: respeitar a vida privada e a dignidade da pessoa; respeitar as convicções ideológicas, religiosas e culturais; actuar de forma gratuita e interessada no bem estar do destinatário; contribuir para o desenvolvimento pessoal e integral do destinatário; garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário.

Para com a entidade promotora: observar os princípios deontológicos por que se rege a sua actividade; conhecer e respeitar a filosofia, estatutos, programas e metodologias de trabalho da entidade promotora; observar as normas de funcionamento da entidade promotora; actuar de forma diligente, isenta e solidária; zelar pela boa utilização dos bens e meios postos ao seu dispor; participar em programas de formação, para um melhor desempenho do seu trabalho; dirimir conflitos no exercício do seu trabalho de voluntário; garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário; utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade.

Para com os profissionais: colaborar com os profissionais da organização promotora, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas; complementar o trabalho dos profissionais ao serviço da entidade promotora; dirimir conflitos no exercício do seu trabalho voluntário.

Para com os outros voluntários: respeitar a dignidade e liberdade dos outros voluntários, reconhecendo o valor da sua actividade; fomentar o trabalho de equipa, contribuindo para uma boa comunicação e um clima de trabalho e convivência agradável; facilitar a integração, formação e participação de todos os voluntários.

Para com a sociedade: fomentar uma cultura de solidariedade; difundir o voluntariado; conhecer a realidade sociocultural da comunidade onde desenvolve a sua actividade de voluntário; complementar a acção social das entidades em que se integra; transmitir com a sua actuação, os valores e os ideais do trabalho voluntário.

Os Direitos:

- Receber apoio no desempenho do seu trabalho (formação inicial, contínua e avaliação técnica).
- Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança.
- Ser ouvido nas decisões que dizem respeito ao seu trabalho.
- Ver reconhecido o trabalho desenvolvido (acreditação, certificação do trabalho voluntário e valorização da experiência adquirida).
- Acordar com a organização promotora um programa de voluntariado, contendo designadamente: cobertura dos riscos inerentes ao exercício da actividade; actividades a desenvolver; periodicidade e horário; formação a receber; avaliação periódica do trabalho realizado e dos resultados obtidos.

2.3.3. Questões mais pertinentes a lembrar (*Peter Moss, 1991, adaptação de Américo Peças*)

Princípios e Metas dos Serviços de Qualidade para a Infância:

- Garantir uma vida saudável a todas as crianças.
- Potenciar a espontaneidade da expressão e da comunicação.
- Edificar toda a acção educativa no respeito pela personalidade de cada criança.
- Promover a dignidade de todas as crianças.
- Promover percursos educativos fundados na autonomia.
- Ajudar cada criança a confiar em si própria e nos outros.
- Incentivar o gosto pelo aprender e pela cultura.
- Organizar ambientes educativos fecundos e estimulantes.
- Garantir o acolhimento estável e universal a todas as crianças.
- Facilitar o desenvolvimento da sociabilidade, da amizade e da cooperação com os outros.
- Defender e instituir a efectiva igualdade de oportunidades (práticas de equidade) e a inclusão activa de todas as crianças.
- Respeitar e valorizar a diversidade cultural, linguística e religiosa.

- Fundar toda a acção educativa no envolvimento familiar e comunitário.
- Assumir a felicidade de todas as crianças como horizonte e amplexo permanente da prática educativa.

2.3.4. Exercício de aplicação (*trabalho a ser desenvolvido em pequeno grupo*)

Tomando como referentes a caracterização da situação da infância apresentada durante o Curso, quer pelo formador quer pelos testemunhos das instituições e serviços que nele participaram, ensaie o design de um projecto sustentável de voluntariado na área da infância, recorrendo à matriz conceptual que estudámos para construir um projecto de intervenção social.

2.4. O voluntariado e a sua intervenção social com crianças e jovens

Américo Peças

2.4.1. Objectivos do Módulo

- Conhecer a evolução do conceito “criança” bem como os marcos sócio-históricos e científicos que o determinam.
- Conhecer o “estado da arte” sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança nos primeiros anos.
- Conhecer o “estado da arte” sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança nos primeiros anos.
- Conhecer a situação da infância e da adolescência no mundo.
- Compreender a complexidade e interactividade da ecologia do desenvolvimento na infância e na adolescência.
- Identificar as zonas de fragilidade das respostas à infância e à adolescência em Portugal e nas comunidades dos formandos.
- Conhecer a Convenção dos Direitos da Criança.
- Conhecer as instituições e as principais medidas de protecção e promoção da infância.

2.4.2. A Infância

2.4.2.1. As Crianças, Nossos Semelhantes (*Américo Peças*)

A criança e os seus direitos ocupam hoje uma centralidade inquestionável na agenda social e política. Todavia, **essa visibilidade ainda está longe de assegurar uma vida de qualidade a todas as crianças**: os discursos, se demonstram uma nova consciência sobre a situação de milhões de crianças em situação de fragilidade, não são suficientes sem medidas eficazes a acompanhá-los e a sustentá-los.

Mas é sobretudo **uma nova cultura sobre a infância** a que aspiramos.

A segunda metade do século XX assistiu efectivamente à **emergência da criança como sujeito**, com uma integralidade biológica, psicológica e social, afastando-se decisivamente das visões que, durante séculos, caracterizaram a infância como uma incompletude.

Esta nova assunção da criança reivindica, mais do que a exterioridade de um saber técnico, uma experiência comunicacional fundada na fecundidade da relação humana autêntica.

Vale a pena questionar se o estatuto da criança nas nossas sociedades assenta numa efectiva e intensa relação de semelhança, ou se, pelo contrário, as nossas culturas sobre a infância não vagueiam entre o protecționismo redutor e a negligência criminosa. **A criança funda-se humana no diálogo criador com os que se assumem, e ela assume, como seus semelhantes.** É nesse encontro que se vai fazendo inteligente, num processo complexo e fecundo, marcado mais pela turbulência e pela imprevisibilidade, do que pelo sequencial e pelo linear.

Só nessa “**ética do encontro**”, **que se sustenta no respeito pela criança** e no reconhecimento das suas especificidades, o verbo educar se faz vida e se cumpre como devir.

É uma nova “gramática educacional” onde **escuta, diálogo e parceria**, são conceitos-chave para aprender a aprender, em afectuosa relação, as exigências e os desafios de ser mãe, pai, educador.

Os meninos e as meninas têm “necessidades irredutíveis”, isto é, pilares estruturantes do seu desenvolvimento. Acima de tudo, **as crianças necessitam de amor, responsividade, pessoas de referência sensíveis à sua volta**, pessoas que reconheçam o seu fascínio e curiosidade com o que acontece nos seus ambientes, a sua orientação (inata) para explorar e resolver situações através de aprendizagem activa.

Precisam que lhes dêem oportunidades para brincar, fazer amigos e desenvolver experiências, que lhes proporcionem tempo para se focar em si e para a interacção com os outros.

Precisam de pessoas que lhes possam assegurar a satisfação da sua saúde total.

Precisam de viver numa sociedade que esteja informada sobre o seu desenvolvimento e aprendizagem e que se implique na promoção efectiva das suas competências.

As crianças precisam de ser respeitadas enquanto pessoas nos seus direitos. E precisam de aprender a cidadania, isto é, precisam de aprender as regras sociais, precisam de ser ajudadas a descentrar-se de si e a descobrir e a respeitar os outros que com ela partilham os quotidianos.

As crianças precisam de amor. E as crianças precisam de disciplina. Sem limites não nos poderíamos fazer humanos. Dizer não a um capricho, quando se justifica e depois de explicitado, é exemplo de educação responsável.

Todos nós, os cidadãos, os decisores, as famílias, os profissionais, os serviços, os órgãos de informação e comunicação, a comunidade em geral, **somos chamados a renovar o compromisso individual e colectivo com a edificação de uma sociedade sustentada no reconhecimento das crianças como nossos semelhantes.**

Parece uma questão resolvida! Infelizmente, são ainda muitos os sinais que evidenciam o longo caminho que todos temos de percorrer para que todos os meninos possam cumprir-se em alegria e esperança.

2.4.2.2. Um novo conhecimento sobre a infância (*Textos de Cadi Fernandes, Leonor Figueiredo e Ana Mafalda Inácio, adaptados por Américo Peças*)

Sem meias-palavras, Daniel Stern explicou logo ao que vinha: «Quero falar de amor.» Assim, de chofre, aquele que é considerado como um dos maiores investigadores mundiais na área do desenvolvimento emocional e das representações maternas e infantis, cortou cerce quaisquer expectativas, ou temores, de um discurso académico. Daniel Stern explicou que, mais do que tudo, o bebé espera que os pais se «apaixonem» por ele. «Os bebés precisam que os pais se apaixonem por eles para também eles se apaixonarem.» Dá-se, assim, início a uma bela história de amor, que começa com o que poderíamos chamar de «jogos de sedução», uma ternura, um olhar, um beijo, um abraço. Eles agradecem, daí retirando energia para crescer. Porque quem assim se apaixona pelos filhos desenvolve um profundo sentido de altruísmo, experimentando uma necessidade profunda de os proteger. Tanto amor dá frutos. Os bebés, segundo aquele especialista, desenvolvem a auto-estima, a sensibilidade, a comunicação e, também, o sentido de responsabilidade. Dissertando sobre «As Necessidades Emocionais da Criança» Stern lembrou-nos que, hoje, todos vivemos sob o efeito do *stress* e isso repercute-se nas famílias. Tronick resumiu tudo isto numa frase tão simples, tão complicada como esta: «As crianças querem sentir-se parte de uma família.» Nem sempre é possível, mas, dotadas para a sobrevivência, as crianças adaptam-se. Mesmo que não passem os três primeiros anos de vida com os pais ou os avós, por via das vicissitudes do mundo do trabalho, desenvolvem mecanismos de compensação. Quais? «Interagem com

outras crianças, aprendem mais cedo a tomarem conta de si, a *negociar*.» Que é como quem diz: «Cada criança tira alguma coisa de especial de cada situação. Só que, por vezes, inconscientes dessa realidade, os pais «exigem muito dos filhos», também eles vítimas do *stress* alheio. Das tragédias do quotidiano.

SAÚDE. A prestação de cuidados de saúde e a taxa de mortalidade das crianças depende em grande parte da origem social e da escolaridade da mãe, afirmou o pediatra Mário Cordeiro. Mário Cordeiro falava sobre as «Necessidades Essenciais de Saúde para o Bebê, para a Criança e para o Jovem», na quarta sessão científica do Congresso Mundial de Pediatria. O médico criticou todos os ministros de Saúde que «gostam de dizer que a mortalidade infantil está a descer», mas nunca referem que se estiverem duas crianças deitadas em berços num hospital lado a lado, «conforme a origem social ou escolaridade da mãe, uma delas poderá estar condenada a morrer». A propósito, apresentou valores: a taxa de mortalidade de crianças oriundas de famílias de classes sociais mais elevadas ou com maior instrução é de 1,8 para mil, ao passo que a taxa referente a crianças de famílias de origem social baixa e sem escolaridade é de 13,5 para mil.

FAMÍLIA. O psicólogo Eduardo Sá, que dissertou sobre «A Magia no Bebê: Substrato de Saúde e Resiliência», salientou a importância da família para que «em cada criança haja "mais criança"», frisando que «as crianças precisam de "mais pais" nos primeiros anos de vida». Afirmando que uma «sociedade desenvolvida avalia-se pelas qualidades que fornece às suas crianças», o psicólogo considerou que Portugal ainda está longe desse ideal, porque nem pais nem avós têm condições para ficar com as crianças. No seu entender, o desejável é «uma família de acolhimento com menos rostos e menos mãos a tocar nas crianças», para que elas possam desenvolver sentimentos de pertença e de segurança., pois, muitas vezes as creches são «sítios que formatam crianças sossegadas e tristes», transformando-as em «macacos de imitação».

APRENDIZAGEM. Colwyn Trevarthen expõe a sua perspectiva sobre «As Necessidades Relacionais da Criança». Originário da Nova Zelândia, este professor de Psicologia Infantil e de Psicobiologia na Universidade de Edimburgo (Escócia), tem trabalhos de investigação no sentido de mostrar a importância do treino da música, desde os primeiros anos de vida, para o desenvolvimento da criança. Esse treino, que passa pelo ritmo com que os adultos normalmente falam aos bebés e pelas canções infantis, tem uma enorme importância.

Quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto. Vendo bem, nem sempre é mau. Dilo Ross Thompson, professor de Psicologia da Universidade do Nebraska (EUA): as mães que tendem a «embelezar» o que dizem com detalhes colhem frutos maduros, pois essa estratégia de comunicação solidifica o desenvolvimento das emoções e da memória das crianças. Não enveredar liminarmente pelo pragmatismo, limitando o discurso ao relato sequencial dos acontecimentos, tem destas coisas. Estamos a «instruir o coração das crianças» nesta fase de descoberta do Outro e do Eu. Por tudo isto, Ross Thompson, não se cansa de reiterar a importância das relações seguras e carinhosas que, desde cedo, os pais podem estabelecer com os filhos, «empurrando-os», com novos desafios de aprendizagem, «para além das suas fronteiras». ,Joshua Sparrow, professor de Psiquiatria, sentenciou: «Não queremos bebês Einstein.» Um bebé, ao nascer, já vem munido de cem mil milhões de neurónios.

Falando sobre «As necessidades adaptativas da criança e do adolescente», Sparrow lembrou que já se detectaram a existência de períodos críticos no desenvolvimento do cérebro. Por outras palavras: o crescimento não é uma auto-estrada sem semáforos. É uma espécie de estrada nacional, onde domina o famigerado pára-arranca. Há avanços e retrocessos e o córtex pré-frontal da criança e do adolescente, melhor ou pior, vai lidando com eles. Sabê-lo é compreendê-los nos seus silêncios, nos seus amuos, na sua revolta, até, sobretudo, na fase da adolescência. A «arma secreta» ao dispor dos pais é a empatia, aconselhou Sparrow.

A literacia emocional é a capacidade de perceber os afectos, o mundo interior dos outros, dos bebês, das crianças, de quem nos rodeia. Se a desenvolvermos, «a sociedade será mais pacífica», sublinhou Pedro Strecht. O pedopsiquiatra lembrou que «os nossos actos e pensamentos têm sempre um impacte sobre quem nos rodeia», nomeadamente as crianças. E, deixou para reflexão, tudo o que é mais difícil hoje terá uma recompensa amanhã.

John Kennel, que em 1995 foi considerado o «Pediatra do Ano» nos Estados Unidos explicou que os bebês gostam de estar junto da pele dos pais, gostam dos cheiros deles, não gostam de cadeirinhas, mas sim de ser aconchegados nos porta-bebês nos primeiros 12 meses de vida, adoram ser amamentados. Palavras simples para significar «necessidades irredutíveis dos bebês». Os pais, neste contexto, logo nos primeiros meses de vida dos filhos, podem, devem, aproveitar os seus «estádios de consciência», momentos em que o respectivo grau de vigília calma está mais activo, para interagir com eles. E essa descoberta mútua, sentenciou Kennel, devia começar logo depois do parto. «Nas primeiras horas de vida, o bebé deve estar integralmente

com a mãe e com o pai.» Para que tal seja possível, sobretudo nos hospitais públicos, é preciso que os profissionais estão sensibilizados, disponibilizando o seu apoio emocional durante o trabalho de parto, ensinando, nomeadamente, os pais sobre como podem ajudar as mães.

Não há segredos inatingíveis para se educar uma criança. Brazelton acha que as coisas mais importantes são o amor e a disciplina. "Uma criança que não é disciplinada não se sente amada. E disciplinar é ensinar uma criança a controlar-se a si própria", sublinhou.

Brazelton defende, sobretudo, os afectos. A teoria do inspirador de uma nova atitude na pediatria e neonatologia que assenta numa forte relação mãe-filho nos primeiros tempos de vida para a construção de vínculos fortes para o futuro. Saberes que ainda estão, entre nós, num determinado nível teórico. Embora estejam longe os tempos em que se separavam recém-nascidos das mães.

Não há cartilhas, não há receitas, não há segredos para se construir uma relação de afectos entre pais e filhos. Esta ideia é já consensual entre os especialistas. Nem os livros devem ser seguidos à risca – o que acontece, por vezes, e até contra-intuitivamente -, pois o que vale para uma criança pode não valer para outra e o resultado ser angustiante. O mais "confortável" ainda é seguir a intuição e usar alguma experiência vivencial, sem nunca esquecer o tempo – para brincar, conversar, partilhar vidas. O tempo é hoje "uma necessidade irreduzível" da criança. O espaço também, a construção da intimidade e da individualidade igualmente.

"O tempo da criança não volta para trás. É o que se pode fazer com ela em certo momento que fica e que vai servir de alicerce para o futuro. Não é um jovem de 15 anos que vai começar a falar com a família. Esta atitude constrói-se no tempo. Não se consegue instituir na altura", diz Teresa Goldsmith, pedopsiquiatra. "Não se pode estar numa relação de afecto se não há tempo. E sem afecto assiste-se à morte psíquica", diz a médica, acrescentando: "Uma criança tem necessidades básicas - de alimentação, de higiene, etc. -, mas o seu desenvolvimento não se faz sem ser num relacionamento afectivo. A mãe e o pai são os mediadores da relação com o mundo exterior."

Os pais também têm necessidades irreduzíveis. E cada vez mais se confrontam com solicitações e pressões a que têm de responder, quase sempre sozinhos. Mas devem tentar "adequar-se àquilo que são as características de cada criança e ser capaz de seleccionar o que é importante. Trabalhar 16 horas por dia para garantir um futuro

melhor é, às vezes, estar a oferecer um presente de má qualidade ao filho", comenta Teresa Goldsmith.

Mais: "Que adianta gastar tempo a obter mais dinheiro - ou um grande investimento na carreira - se depois este poderá ser gasto em tratamentos de recuperação de toxicod dependência? Não seria melhor investir na prevenção da saúde infantil, do bem-estar da criança e no seu desenvolvimento harmonioso?", questiona a técnica.


2.4.2.3. A Convenção dos Direitos da Criança e as Metas para o Milénio

(Textos da Unicef adaptados por Américo Peças)

- Família: unidade básica a ser reforçada.
- Protecção, Educação e Desenvolvimento devem assentar, respeitar e promover a responsabilidade das famílias.
- Mais protecção e mais apoio às Famílias.
- Situação das crianças órfãs, meninos de rua, meninos deslocados, crianças vítimas de maus-tratos e de exploração económica e sexual – medidas especiais e sustentadas.
- Acesso das famílias a uma gama de serviços que fomentem a saúde, o desenvolvimento, a protecção e a participação das crianças.
- Pobreza crónica como primeiro e mais generalizado obstáculo aos Direitos das Crianças.
- A globalização e o abismo crescente entre os que têm acesso ao consumo dos bens essenciais e aos bens culturais básicos – equidade e inclusão como praxis indissociáveis da globalização.
- Contrariar todas as formas de discriminação (raça, cor, sexo, religião, opinião, política, necessidades especiais).
- Uma prática inclusiva activa para as crianças portadoras de deficiência.
- Direitos das Mulheres e Direitos das Crianças: indissociabilidade dinâmica.
- Sustentabilidade e herança ambiental para as próximas gerações: uma questão ética com a máxima pertinência e actualidade – que mundo vamos deixar aos nossos filhos? (aquecimento global, buraco ozono, poluição ar, terra e águas, lixos, pesticidas e OGM's, saneamento, água potável, consumo de produtos biologicamente são e activos).


- O direito à habitação como requisito fundamental ao bem-estar das crianças.
- Incremento da participação das crianças e adolescentes.
- O desafio das “cidades educadoras”.
- O papel da sociedade civil na promoção dos Direitos das Crianças, em particular, e dos Direitos do Homem, em geral.
- Os media, responsabilidades educacionais e influência na construção da personalidade das nossas crianças.
- Alimentação de qualidade, implicando o aleitamento (amamentação) até aos 6 meses, e acesso a alimentos biologicamente íntegros e adequados até, pelo menos, aos 2 anos.
- Promoção da saúde e segurança infantil.
- Protecção activa das nossas crianças face aos perigos da Internet e dos jogos de computador e consolas.
- Apoio e inclusão activa das adolescentes grávidas.
- Lutar activamente contra o trabalho infantil. O consumo ético. O comércio justo.
- Programas eficazes de luta contra o HIV.
- Acesso à educação de qualidade.
- META: 0,7% do PIB/PNB para o desenvolvimento geral.

2.4.2.4. Conhecer as instituições e as principais medidas de protecção e promoção da infância (Américo Peças)

 <p>Instituto de Apoio à Criança</p> <p>Desde 1998 em defesa da promoção dos direitos da criança</p>	<p>O Instituto de Apoio à Criança</p> <p>Largo da Memória 14 1349 - 045 LISBOA PORTUGAL TEL. 351 21 3617880 FAX. 351 21 3617889 http://www.iacrianca.pt</p>
---	--

<p>SOS-Criança SOS Criança Tel.: 800 206 656 soscricao@net.sapo.pt</p>	
--	--

	<p>FUNDAÇÃO AGA KHAN Centro Ismaili Avenida Lusíada 1600-001 Lisboa, Portugal Tel: +351 21 722 90 02 Fax: +351 21 722 90 03 Email: unit@fakp.pt http://www.fakp.pt/</p>
---	--


	<p>FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN http://www.gulbenkian.pt/</p>
---	--


BENEFICÊNCIA

Na sua área estatutária da Beneficência, a Fundação Calouste Gulbenkian tem vindo a alterar nos últimos anos a sua metodologia e campos de intervenção. Em grande parte, esta intervenção é conduzida pelo Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano.

A distribuição de subsídios para o apoio ao equipamento e à modernização das unidades hospitalares que marcou a acção da Fundação foi, progressivamente, substituído por iniciativas que contribuam para o conhecimento e a elaboração de respostas concretas a problemas emergentes e relevantes no campo da Saúde Pública e da Integração Social.

	<p>CPCJ - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ÉVORA Largo dos Mercadores, nº 6-A, 1º - 7000-505 ÉVORA Telef. 266 777 255 Telem: 963 287 964 Fax: 266 777 257 Email: cpcje@mail.evora.net</p>
---	---

 <p>Chão dos meninos Associação de Amigos da Criança e da Família</p>	<p>ASSOCIAÇÃO CHÃO DOS MENINOS</p> <p>Av. Liberdade, 100 7000-692 ÉVORA Tel.: 266 746511 / 266 730560 Fax: 266 731079</p>
---	--

	<p>http://www.unicef.pt/ http://www.unicef.org.br</p> <p>Sede: Av. António Augusto de Aguiar, 56 - 3º Esq. 1069-115 LISBOA tel: 21 317 75 00 fax: 21 354 79 13 email: info@unicef.pt</p> <p>Centro UNICEF: Av. António Augusto de Aguiar, 38 A 1069-115 LISBOA tel: 21 317 75 41/ 2/ 3/ 4 fax: 21 357 11 38</p> <p>Chelas: Pç. Dr. Fernando Amado, Lt. 568 - 1º Zona J, Chelas 1900-666 LISBOA tel: 21 859 23 54 fax: 21 837 02 78 email: lichelas@unicef.pt</p>
---	---

Ajuda de Mãe



Rua Aboim Ascensão, nº 3 - 3º Esq.
1700 Lisboa
Tel.: 21 7967618 / 21 7933209 / 21 3952144
Fax: 21 3957492


<http://www.ajudademae.com/>

Âmbitos do Voluntariado

- Divulgação da instituição;
- Apoio às mães/acompanhamento;*
- Tomar conta de bebés;*
- Organização dos enxovais e donativos;
- Organização dos apoios alimentares;

- Monitores de Ateliers pré-profissionais;
- Organização e desenvolvimento da biblioteca;
- Atendimento telefónico;
- Transportes;
- Explicações;
- Organização de eventos como festas e vendas;
- Participação em campanhas;

*Após curso de formação

 <p>APAV[®] Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</p>	<p>APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</p> <p>Rua do Comércio, nº 56 - 5º esq 1100 Lisboa Tel.: 21 8884732 Fax: 21 8876351</p>
---	--

O voluntário da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é aquele que, em obediência aos princípios consagrados nos estatutos da Associação, e nos termos do contrato-programa que celebra com a APAV, presta a sua actividade de voluntariado de forma desinteressada, livre e responsável, contribuindo, directa ou indirectamente, para o sucesso do serviço que a APAV presta à população: o apoio a vítimas de crime. Na APAV, o voluntariado pode ser exercido em duas modalidades distintas, estando a finalidade do apoio à vítima presente nas duas, ainda que na primeira de forma mais directa do que na segunda:

- **voluntariado social para o atendimento à vítima:** esta modalidade abrange os voluntários que atendem directamente a população. Nesta modalidade, o acompanhamento e avaliação por parte do/a Gestor/a passam por garantir que os pressupostos e as acções típicas do apoio à vítima estão a ser cumpridos;
- **voluntariado social para outros serviços:** esta modalidade abrange os voluntários com ou sem formação académica superior que, em vários âmbitos, que não o do atendimento a vítimas, colaboram com a APAV. São exemplos desta modalidade investigadores, tradutores, relações públicas, secretários, designers, enfermeiros, médicos, etc.

2.4.3. Questões mais Pertinentes a Lembrar

A criança caracteriza-se pela sua integralidade.

O conhecimento científico e a cultura pós-moderna negam a ideia de incompletude que durante séculos marcou o pensamento dominante sobre a infância.

Da criança-objecto-de-educação à criança-sujeito-activo-e-co/construtor-do-seu-processo-de-desenvolvimento/aprendizagem, a humanidade percorreu um longo e estimulante trânsito, que reivindica uma nova ecologia e uma nova economia do ensinar e do aprender.

Escutar a criança assume e reivindica um novo paradigma sobre a infância. Utilizando a categorização de Hammarberg (1990) sobre os direitos consagrados na Convenção dos Direitos da Criança:

- Direitos de provisão (saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura);
- Direitos de protecção (discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito);
- Direitos de participação (direitos civis e políticos, ou seja, aqueles que abarcam o direito da criança ao nome e identidade, o direito a ser consultada e ouvida, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e opinião e o direito a tomar decisões em seu proveito).

Escutar a criança convoca-nos para esta última categoria de direitos, os mais fundamentais pela sua radicalidade epistémica, política e ética, e no entanto os menos respeitados e os menos desenvolvidos. Escutar as crianças e levar as crianças a sério é, pois, o eixo transversal que pode provocar ressignificações no que comumente se entende por relação educativa.

Escutar a criança e levar as crianças a sério é a condição para repensar e inovar as instituições dedicadas à primeira infância, ainda ancoradas num entendimento e prática de pedagogia como “aplicação técnica do conhecimento isento de valor” (Dahlberg, Moss e Pence, 2003).

Os pais precisam de ser reconhecidos como os primeiros, permanentes e fundamentais educadores dos seus filhos. Esse reconhecimento implica que os decisores e os prestadores de cuidados à infância e as instituições dedicadas à infância incluam e valorizem as visões, os valores e as práticas educativas das famílias, nos cenários de que se faz, em permanente reconstrução, a educação de uma criança.

De uma lógica de apropriação das crianças e de substituição dos pais, em que todos colaboramos consciente ou inconscientemente, as instituições dedicadas à infância têm que se assumir como “fóruns na sociedade civil” (Dahlberg, Moss e Pence, 2003),

instituições abertas e plurais, efectivamente empenhadas na promoção da infância e das famílias, com as crianças, as famílias e as comunidades.

As instituições dedicadas à infância têm que se organizar como *locus* de desenvolvimento humano, onde pais e filhos, adultos e crianças, se implicam solidariamente em obras de importância cultural (Bruner, 2000) e de estimulante significado cívico.

As instituições de educação de infância devem assentar o seu projecto educativo nos princípios da universalidade do acesso (princípio inclusivo), na dimensão holística do desenvolvimento humano e no princípio da equidade nos percursos de aprendizagem de todas as crianças.

Os meninos e as meninas têm “necessidades irredutíveis”, isto é, pilares estruturantes do seu desenvolvimento. Acima de tudo, as crianças necessitam de amor, responsividade, pessoas de referência à sua volta que reconheçam o seu fascínio e a sua curiosidade com tudo o que acontece nos seus ambientes, a sua orientação (inata) para explorar e resolver situações através de aprendizagem activa. Precisam de amor e de disciplina (Brazelton, 2002). Precisam de aprender a cidadania e a equidade nesse trânsito permanente e dialéctico entre o *ego*, o *hetero* e o *alter*.

O educador é um organizador de ambientes de aprendizagem fecundos para todas as crianças. As salas de aprendizagem devem proporcionar áreas de experiência e de aprendizagem diversificadas e estimulantes. A organização do tempo deve contemplar o equilíbrio entre actividades de aprendizagem autónomas (individuais, a pares, ou grupais) e actividades propostas e orientadas pelas educadoras.

A pobreza das mundivivências e o formalismo dos percursos de vida a que muitos meninos estão sujeitos nos seus quotidianos, empobrece-lhes as mentes, atrasa-lhes a compreensão do mundo e nega-lhes a possibilidade de agir sobre o mundo.

A vida das crianças e a ecologia social e cultural em que as crianças participam são os grandes inspiradores de um curriculum relevante para a educação de infância.

O desenvolvimento educacional tem que se fundar na escuta sistemática das crianças e na observação dos seus progressos e desempenhos de aprendizagem.

A formação permanente tem que ser percebida e assumida como fundação, pilar e janela de toda a instituição e de todas as pessoas que se propõem intervir com a infância.

2.4.4. Exercício de Aplicação *(trabalho a ser desenvolvido em pequeno grupo)*

Tomando como referente o texto da Convenção dos Direitos da Criança, identifique os direitos que, na sua perspectiva e de acordo com os quadros sócio-culturais em que se move, são mais determinantes para uma nova cultura sobre a infância e para o reconhecimento da criança como sujeito-de-direitos.

2.5. Testemunhos de Práticas de Voluntariado

Carla Lã-Branca

2.5.1. Objectivos

- Sensibilizar para a prática do voluntariado;
- Demonstrar possibilidades de intervenção em voluntariado através da apresentação de casos reais;
- Potenciar o desenvolvimento de práticas de voluntariado.

2.5.2. Testemunhos

Testemunho 1

Tenho 67 anos de idade, sou professora (aposentada) e participo no projecto de voluntariado *Prazer em Conhecer*.

Para mim o Voluntariado, mais do que um conceito, é uma atitude que reflecte uma certa filosofia de vida e um saber olhar o outro. Ser voluntário é aceitar que não se está só e que se pode, através de pequenas acções e palavras, contribuir para que alguém se sinta mais feliz. Saber dar é também receber porque nos sentimos mais realizados. Somos seres individuais mas também sociais e só assim nos completamos.

Ser voluntário é, por isso, um acto de cidadania.

Há algum tempo que desejava participar de modo mais sistemático e organizado num programa/ projecto de voluntariado. A minha vida profissional não me deixava muito tempo para o fazer de um modo mais permanente, pelo que só o fazia pontualmente. Quando soube que a Fundação ia desenvolver um curso de voluntariado achei, por bem, fazê-lo porque é preciso reflectir um pouco sobre as nossas acções e desejos.

Gostei particularmente de algumas sessões do curso de voluntariado cultural que foram muito motivadoras e que realçaram a importância de juntar saberes e experiências. Além disso, o entusiasmo de alguns monitores e a ênfase posta na organização e gestão dos projectos foram muito válidos.

Interessada pela leitura e pelos livros fui aceite como voluntária no projecto *Prazer em Conhecer*. A tarefa principal é dar a conhecer os espaços e as diversas funções da Biblioteca Pública de Évora, bem como a sua história.

A par da apresentação do edifício e do seu acervo bem como os serviços que estão disponíveis para as escolas e cidadãos que vivam ou trabalhem no concelho, acrescentou-se a leitura de pequenos textos adequados à idade dos visitantes.

As visitas programadas foram efectuadas com esta ideia de serem uma experiência agradável e motivadora, um estímulo para voltarem uma e outra vez àquela casa de livros e leituras. O reconhecimento dos visitantes de que as visitas foram um tempo bem passado e interessante foi gratificante. Esperemos que continue e possa melhorar.

Testemunho 2

Chamo-me Ricardo, tenho 34 anos de idade, sou militar do quadro permanente do Exército Português e pratico voluntariado num Lar de Idosos em Évora.

Para mim o voluntariado é uma atitude muito nobre e altruísta devendo ser assumida como um compromisso cujo feedback, partilha e contacto humano ultrapassa o valor material de outros compromissos. Exige gosto, tempo, dedicação e uma vontade em dar algo de nós.

O programa Valorizar e Qualificar o Voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida tem sido um pólo aglutinador que atrai, divulga e dá formação nesta área legislada e que muitas vezes é desconhecida da maioria da população. A sensibilização em cada acção de formação tornou-se vital para um melhor conhecimento da realidade.

Na Instituição onde trabalho este conceito está muito enraizado. Aprende-se o espírito de entreaajuda e o companheirismo para com todos aqueles que nos rodeiam.

A minha vontade em partilhar alguns destes valores e adquirir mais conhecimento conjugado com o tempo disponível que dispunha em meados de 2006, permitiram inscrever-me no banco de voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida.

Fazer voluntariado é uma experiência de vida que não se aprende nos livros, vive-se. E intensamente.

O grupo de idosos com os quais desenvolvo a minha actividade voluntária tem, em média, 70 anos de idade. A maioria exerceu uma vida muito activa antes de se reformarem.

A falta de homogeneidade, de locomoção e de movimentos da maioria das articulações, apenas permitia alguns movimentos criativos que serviam de ferramenta corporal para os ajudar a expressar, a criar e a sentir, isto porque, inicialmente, alguns receosos, outros com alguma desconfiança em relação à ginástica adaptada, foram aparecendo um pouco a conta gotas até perfazerem numa fase mais adiantada das aulas, um total de 20 idosos (% bastante significativa do total de residentes do lar).

A minha entrada naquele lar era como uma lufada de ar fresco que lhes trazia um pouco de movimento e alegria, e tal como lhes dizia, movimento é vida. Porque podemos viver a vida num momento, cada aula era pensada em primeiro lugar para transmitir bem-estar.

Assim que regressava de Lisboa e após coordenar o meu trabalho, as manhas de 2f eram passadas com os idosos. Agrupados em círculo, sentados nas suas cadeiras e utilizando os instrumentos da sua vida diária tais como a bengala e a toalha, divertiam-se e ao mesmo tempo praticavam alguma actividade física ao som das músicas que mais gostavam, falando das suas dores, angústias e vida de trabalho passado.

Como aluno finalista do Curso de Desporto e após uma experiência tão gratificante com os residentes do lar e com o grupo a quem dei aulas durante o ano de 2007 na escola, resolvi aprofundar os meus conhecimentos nesta área com acções de formação e trabalho de fim de curso.

Testemunho 3

O meu nome é Rosália, tenho 33 anos de idade, sou técnica oficial de contas e estou integrada no projecto *voluntariado de proximidade*.

Para mim o Voluntariado é uma forma organizada de cada um de nós, e com o apoio de uma entidade intermediária, dar um pouco do seu tempo e disponibilidade para ajudar a Humanidade a viver um pouco melhor. É uma forma de organizar o apoio a entidades / instituições / particulares permitindo-lhes que sejam satisfeitas algumas das suas necessidades através do apoio de voluntários que prestam as tarefas necessárias em regime de voluntariado, obtendo em troca a satisfação pessoal e a sensação de contribuir para ajudar o nosso Mundo a ser um pouco mais justo e equilibrado.

Acho muito importante que seja ministrada formação antes de ser iniciada a prática do voluntariado, pois há conhecimentos básicos desta área que devem ser dominados pelos voluntários.

Em Novembro de 2006 frequentei um Curso de Formação de Voluntariado na área da Infância. E em Janeiro de 2007 iniciei a minha prestação prática a este nível, apoiando uma idosa.

O que me motivou a iniciar a minha prestação como voluntária foi o facto de sentir que posso disponibilizar algum do meu tempo para ajudar outras pessoas que necessitam de algum apoio, desempenhando desta forma o meu papel social. Acho que todos nós temos uma função na sociedade e devemos contribuir para que a sociedade em geral seja o mais Humana possível.

Como voluntária presto apoio a uma senhora idosa que vive sozinha, em Évora. O apoio é prestado por mim e por mais 3 colegas, com o apoio da Fundação Eugénio de Almeida, no âmbito do Projecto *Voluntariado de Proximidade*.

O apoio que prestamos à senhora consiste em efectuar visitas regulares a sua casa, na hora do almoço e do jantar, para ajudá-la a tomar os medicamentos e fazer um pouco de companhia.

A prática desta actividade tem sido muito gratificante para mim e para os restantes elementos da equipa. Somos 4 voluntários que nos vamos articulando na prática destas tarefas à nossa “nova familiar” por afinidade. Penso que todos sentimos isto. A experiência tem sido muito enriquecedora para nós e também para a senhora, que nos recebe sempre com um sorriso, boa disposição e sem mostrar qualquer resistência à nossa entrada na vida dela. Foco este aspecto pois penso que muitas pessoas apresentam alguma resistência para aceitar voluntários na sua casa, ou porque consideram que somos pessoas estranhas à sua vida ou porque lhes é difícil admitir que precisam de ajuda.

Desde que fui integrada nesta equipa de voluntariado fiquei muito mais sensível aos problemas genéricos com os quais a terceira idade se debate no seu dia-a-dia, e consciente da tremenda necessidade de apoio que os idosos sentem.

Esta situação despertou-me, ainda mais, a vontade de me disponibilizar para continuar a ajudar. Penso que, muitas vezes, e quando não estamos próximos desta realidade, não temos noção das dificuldades que ela envolve.

Testemunho 4

Sou advogada, tenho 37 anos, e faço voluntariado no *Núcleo de Voluntariado de Proximidade*.

Entendo o voluntariado não apenas como a disponibilização de algum do meu tempo mas essencialmente como uma oportunidade de partilha.

Os primeiros “apontamentos” de voluntariado surgiram na minha vida ainda na faculdade; mas só quando vim morar para Évora me senti verdadeiramente como membro de uma comunidade e assim entendi que também deveria fazer parte dela dando um pouco de mim.

De forma a proteger as identidades dos beneficiários envolvidos opto por não identificar a instituição.

Não posso, no entanto, deixar de relatar um pouco da minha experiência como voluntária com um grupo de crianças e jovens em risco da cidade de Évora, com quem contacto desde 2002, ainda que com menor regularidade nos últimos tempos.

As minhas actividades iam desde ajudar a fazer os trabalhos de casa, jogar à bola, ocupar os tempos livres e – sobretudo isso – ouvir.

Quando estava com eles, a minha mais valia era a disponibilidade; quando estava lá... estava exclusivamente dedicada a ouvir, a responder e a ajudar.

Testemunho 5

O meu nome é Sónia, tenho 24 anos, sou assistente social e sou voluntária no projecto *voluntariado de proximidade*.

Considero o voluntariado como uma actividade que alguém presta em benefício da comunidade, em ajuda ao próximo sem ter em vista uma remuneração. É um trabalho muito gratificante que nos faz sentir úteis e realizados. A formação é importante pois o voluntário deve ter consciência que tem direitos mas também responsabilidades para que o apoio seja prestado da forma mais correcta.

Decidi envolver-me no voluntariado porque sempre foi uma coisa que pensei e desejei fazer, e achei que agora era uma boa oportunidade enquanto procuro o primeiro emprego.

Pratico voluntariado desde Janeiro de 2007. Enquanto voluntária presto apoio a uma senhora idosa, que pertence à minha freguesia de residência, dando-lhe os medicamentos na hora das refeições. O voluntariado influenciou a minha vida de forma positiva, pois é muito gratificante poder ajudar, sente-se um bem-estar interior muito grande. Criam-se laços de amizade muito fortes tanto com a própria senhora como com os outros voluntários. São pessoas que já fazem parte e ocupam um lugar especial na minha vida.

Para ilustrar o esquema, vamos empregar o exemplo de uma biblioteca que pretende abrir-se à sua comunidade. Neste contexto, a direcção da biblioteca identifica duas necessidades que não é capaz de resolver com a sua estrutura e que poderiam ser abordadas de uma perspectiva de Acção voluntária, caso contrário esta abordagem não seria possível²⁴. Trata-se:

- dos escassos hábitos de leitura entre as crianças da sua área de influência;
- dos reduzidos hábitos de leitura das pessoas doentes e com mobilidade reduzida.

Perante estas necessidades, o Projecto de acção previsto abordaria duas linhas de actuação:

1. Projecto de incentivo à leitura na biblioteca
2. Projecto de aproximação dos livros às pessoas que não podem sair de casa ou do hospital

A bibliotecária, com o acordo com a direcção da biblioteca, está disposta a enfrentar este desafio com as pessoas que queiram apoiá-la. Mas, como fazê-lo?

A resposta a esta pergunta reside na elaboração de um Projecto de voluntariado que forneça os recursos humanos voluntários suficientes para levá-lo a cabo. Ou seja, por outras palavras, que adquira as «mãos», o «tempo» e o «conhecimento» de um número de pessoas que acreditem no interesse público do projecto e que, de forma desinteressada, estejam dispostas a colaborar de modo minimamente organizado e continuado.

Quando se fala de Projecto de voluntariado, parece implicar um grande esforço, mas não tem de ser assim. Dependendo da OP em questão e do projecto de acção previsto, terá de ser mais ou menos complicado. O importante é ter em conta que se, perante necessidades bem definidas, considerarmos que podemos e devemos actuar com base no trabalho com pessoas voluntárias (adiante: PV)²⁵, somos obrigados a investir algum do nosso tempo para o fazer de forma respeitosa para com estas

²⁴ Uma das justificações para aplicar a perspectiva da acção voluntária é o facto de permitir abordar necessidades para as quais a sociedade não dispõe de recursos no momento. Por este motivo, satisfaz-se a condição de não interferir com postos de trabalho susceptíveis de serem ocupados por profissionais contratados.

²⁵ Prefiro falar em «pessoas voluntárias» em vez de «voluntários», porque considero que, para além de evitar uma linguagem sexista, convém ter em mente que se trata de:

- a) «pessoas» que têm as suas próprias necessidades, devendo, inevitavelmente, abranger-se o reconhecimento, a ocupação dos seus tempos livres ou de lazer, a formação, a experiência, etc.;
- b) «voluntárias», ou seja, recurso humano ou capacidade de acção disponibilizado gratuitamente.

peças – sem mais, pois estão a dedicar-nos o seu precioso tempo – e, assim, evitar «maltratá-las» ou empregá-las como «mão-de-obra barata»²⁶.

Por conseguinte, proponho que o Projecto de voluntariado obedeça a este plano:

1. Qual é o papel do voluntariado na OP? Esta é a dimensão estratégica, na qual se responde às perguntas «o quê», «para quê» e «como».
2. Como vou gerir o voluntariado? Esta é a dimensão operativa, na qual se define o modelo de gestão do voluntariado, determinando os responsáveis e o itinerário a seguir.

De uma forma gráfica, obtém-se o seguinte esquema:

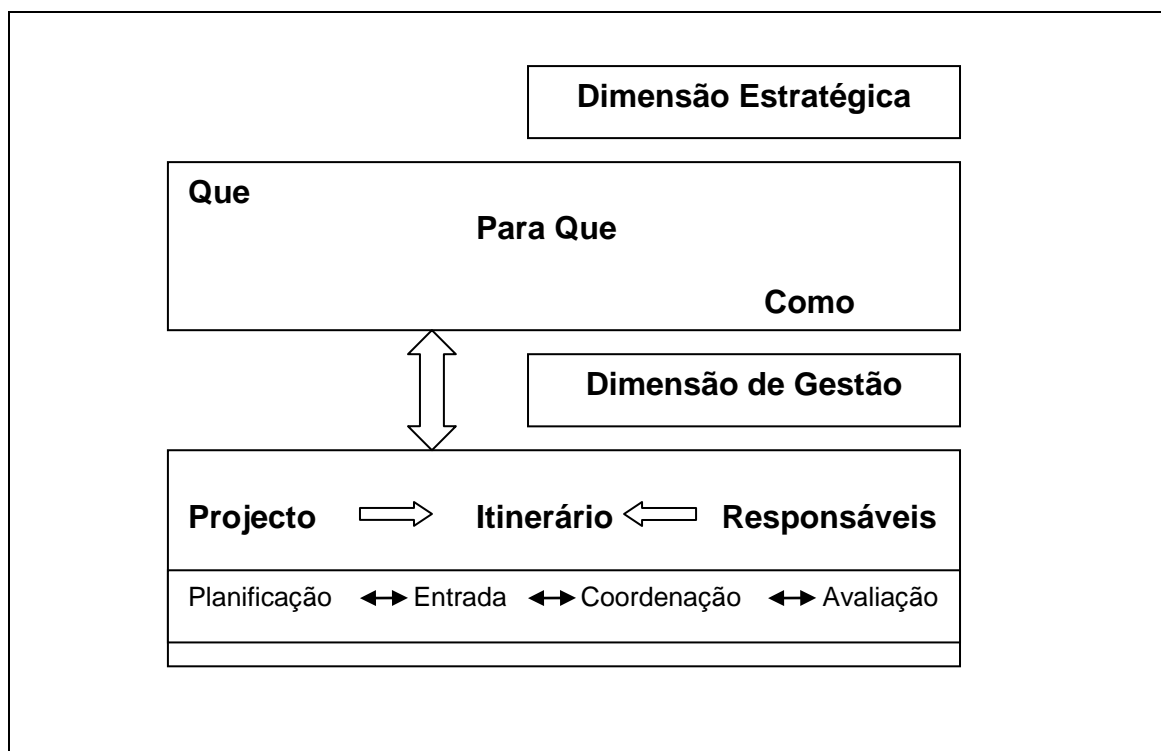


Gráfico 2. Resumo do Projecto de voluntariado

²⁶ A Lei do Voluntariado vem estabelecer que as pessoas voluntárias são indivíduos com direitos e deveres, não são «mão-de-obra barata» que se possa «usar e deitar fora», e que o voluntariado não é um processo gratuito, uma vez que é necessário dedicar-lhe recursos em termos de coordenação, atenção, formação e cobertura dos gastos em que se possa incorrer – seguros, deslocações, etc. Portanto, parafraseando uma famosa campanha, trabalhar com voluntários «pode ser atractivo, mas não é uma brincadeira».

B) Qual é o papel do voluntariado na op?

A dimensão estratégica é a parte filosófica do Projecto de voluntariado na qual se define o papel do voluntariado no seio da OP em que se propõe a integração deste recurso humano.

Uma metodologia para analisar a dimensão estratégica consiste em responder às três perguntas seguintes:

- a) O que é o voluntariado na OP?
- b) Qual é o papel das pessoas voluntárias na OP (para quê)?
- c) Como é o voluntariado da OP?

Não é habitual fazer este exercício e, em muitas situações, costuma ser o motivo para a abordagem incorrecta às PV na organização. É por isso que nesta secção iremos realizar o exercício com base num exemplo como o da biblioteca.

a) O que é o voluntariado na OP?

Definição do conceito de voluntariado e de pessoa voluntária, assim como dos compromissos que a OP assume para com ela.

A título de exemplo na biblioteca, poder-se-ia dizer que:

1. Para a OP, o voluntariado é:

- Uma forma de participação activa dos cidadãos na vida da comunidade.
- Uma contribuição para a melhoria da qualidade de vida das crianças e das pessoas doentes.
- Uma forma de trabalho complementar ao prestado pelo pessoal contratado para aumentar a sua capacidade e apoiar o seu desempenho.

2. A pessoa voluntária é aquela que:

- a) Assume os valores e a missão da OP.
- b) Actua de forma livre, gratuita e responsável.
- c) Participa na formação institucional e na formação específica para o desenvolvimento da sua actividade.
- d) Faz parte da equipa de trabalho dos programas e/ou actividades que assim o prevejam.
- e) Actua fora da OP como agente de sensibilização e, simultaneamente, com discrição e confidencialidade.

3. Perante os voluntários, a OP compromete-se a:

- a) Dar-lhes a conhecer os temas gerais da OP.
- b) Dar-lhes formação relativa à sua condição de pessoas voluntárias e à sua função na actividade que desempenham.
- c) Integrá-los gradualmente na dinâmica de trabalho da equipa dos programas e/ou actividades, fazendo-os participar na gestão do seu próprio trabalho e na dinâmica da OP.
- d) Disponibilizar os recursos necessários para o desempenho das suas funções.
- e) Cumprir os requisitos formais estabelecidos pela Lei do Voluntariado.

b) Qual é o papel das pessoas voluntárias na OP (para quê)?

A resposta a esta pergunta será dada em função da missão da OP e do modelo organizativo da OP. Evidentemente, a resposta será diferente em:

- Organizações de voluntariado, onde o papel das pessoas voluntárias está presente em toda a entidade, desde a direcção ao trabalho mais básico.
- Organizações com voluntariado, onde as pessoas voluntárias participam em maior ou menor grau no processo de concepção, execução e avaliação dos projectos de acção, mas não participam na estratégia geral e/ou na vida associativa, o que é da competência de técnicos contratados.

Continuando com o exemplo da biblioteca, teríamos de:

- 1. Em relação à missão e à estratégia: as PV são participantes**
 - O voluntariado não tem um papel directo na missão e na estratégia, dado que este recai nos profissionais, que são quem dirige a entidade.
 - Em todo o caso, pode participar na concepção do projecto de acção.
- 2. Em relação aos objectivos (e à sua implementação): as PV são executores e, ocasionalmente, directores**
 - O papel do voluntariado pode alargar-se à direcção de programas e/ou actividades que assim o prevejam.
 - Regra geral, a sua função terá a ver com a execução dos referidos programas e/ou actividades.
- 3. Âmbitos de actuação²⁷**
 - Actividades de complementaridade, na medida em que o incentivo à leitura a realizar irá complementar o trabalho realizado na biblioteca e na escola.
 - Actividades de acompanhamento, na medida em que, através da leitura, contribui para o acompanhamento de pessoas de alguma forma isoladas.
 - Actividades de desenvolvimento, na medida em que se actua sobre a comunidade para melhorar o nível cultural da mesma.

c) Como é o voluntariado da OP?

Trata-se de definir três aspectos-chave em toda a OP:

- Perfil genérico requerido a uma pessoa voluntária que entre na OP. Isto implica a definição das aptidões e atitudes que devem ser exigidas a qualquer pessoa que queira participar como voluntário na OP.
- Formas de colaboração. Aqui é estabelecido em que áreas e em que postos é exequível a presença de pessoas voluntárias, para que não haja equívocos quando for necessário decidir se é ou não oportuno que uma pessoa voluntária assuma determinada responsabilidade.

²⁷ As possibilidades a contemplar são de actividades: de prevenção, reparação, complementaridade, substituição, apoio, auto-ajuda, assistência, acompanhamento, desenvolvimento, educação.

- Relações entre as pessoas voluntárias e as pessoas contratadas. É recomendável fazer um exercício de análise para determinar que argumentos a favor e que argumentos contra pode haver entre uns e outros. Com base no resultado obtido, seria adequado indicar acções a desenvolver.

A aplicação deste exercício no caso da biblioteca poderia ser:

<p>1. Perfil genérico do voluntariado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aptidões: <ul style="list-style-type: none"> – Idades: adultos – Sexo: homens e mulheres – Condições psíquicas: equilíbrio emocional, maturidade psicológica – Estudos universitários na área do ensino, da pedagogia e da intervenção social. – Experiência: educação de infância, incentivo à leitura, actividades de tempos livres – Competências: de relacionamento e dinamização. – Disponibilidade de tempo: entre 4 e 6 horas semanais. • Atitudes <ul style="list-style-type: none"> – Servir os outros. – Empatia – Respeito pelos outros – Responsabilidade – Disposição para trabalhar em equipa – Cumprimento das normas da biblioteca <p>2. Formas de voluntariado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Membros da equipa • Postos de voluntariado possíveis no organigrama: <ul style="list-style-type: none"> – Projecto de incentivo à leitura na biblioteca <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenador(a) ▪ Animador(a) – Projecto de aproximação dos livros às pessoas que não podem sair de casa ou do hospital <ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenador(a) ▪ Animador(a) • Compromisso mínimo: um ano lectivo. <p>3. Relação do pessoal voluntário (PV) com o pessoal contratado (PC)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise: 		
	PC → PV	PV → PC
RESIS-TÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Previsível incremento de trabalho para a bibliotecária ▪ Ter de assumir a função de responsável de recursos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sentimento de desempenhar funções que competem à bibliotecária
APOIO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de reforçar a presença da biblioteca ▪ Evita ter de assumir um projecto para além do horário de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sentimento de apoio no desempenho. ▪ Planificação e acompanhamento nas mãos da PC, evitando burocracias para as PV
<ul style="list-style-type: none"> • Acções necessárias: <ul style="list-style-type: none"> – Planificação do trabalho voluntário, definindo postos para PC e para PV. – Atribuição de recursos e de tempos de dedicação às PV por parte da bibliotecária, tentando não as sobrecarregar – Definição de mecanismos de coordenação e de trabalho que facilitem a comunicação e a colaboração entre a bibliotecária e as PV, criando um ambiente de trabalho favorável. 		

C) Como vou gerir o voluntariado?

A dimensão de gestão apresentada no gráfico 2 corresponde à aplicação operativa do Projecto de voluntariado, abordando a metodologia de trabalho concreta com as pessoas voluntárias. É fundamental determinar:

- a) Como se relaciona o Projecto de acção com o Projecto de voluntariado, ou, por outras palavras, como se determina o número de pessoas voluntárias necessárias, as funções que vão desempenhar e os perfis específicos exigidos. Esta informação é apresentada na secção «Necessidades de PV» do itinerário seguidamente descrito.
- b) Qual é o processo de gestão da OP, adaptado às suas especificidades e capacidades e reflectindo o itinerário seguidamente descrito:

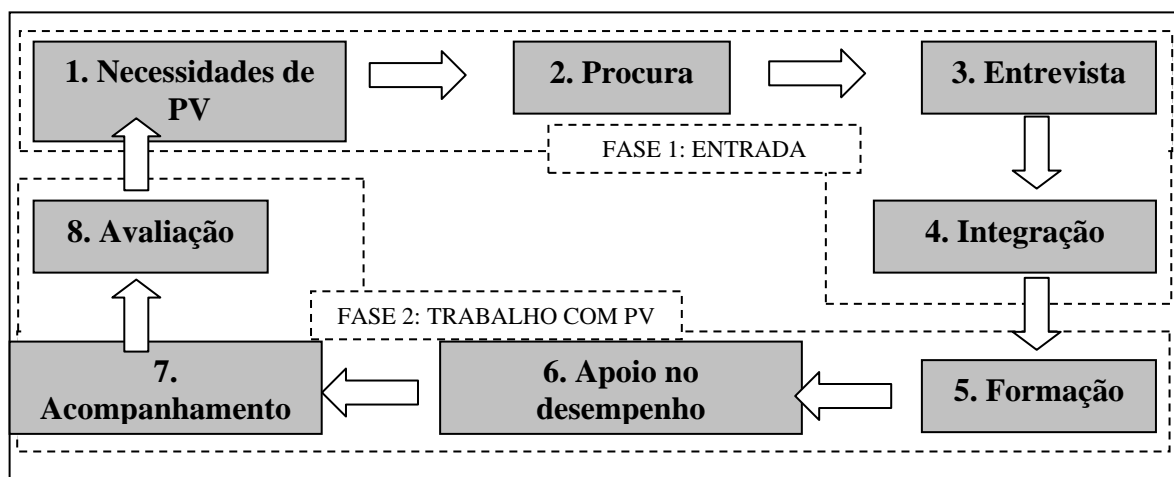


Gráfico 3. O processo de gestão num Projecto de voluntariado

- c) Quais as funções e o perfil da pessoa responsável pelo projecto de voluntariado. Em certa medida, estes serão descritos ao apresentar em pormenor a Fase 2 do itinerário a seguir.

C.1 Fase 1: Entrada de pessoas voluntárias

Seguindo o itinerário apresentado no gráfico 3, a Fase 1 consiste na entrada de pessoas voluntárias na associação perante uma necessidade decorrente de um projecto de acção. Este processo é composto por três partes:

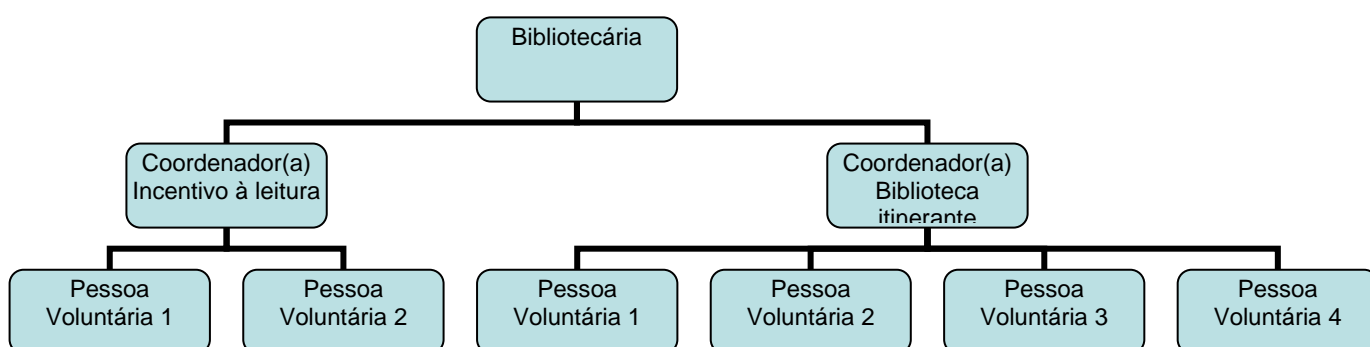
- a) Planificação das necessidades.
- b) Procura de pessoas voluntárias.

- c) Integração das pessoas voluntárias, com entrevista prévia, se necessário, e cumprindo as obrigações administrativas pertinentes.

a) Planificação de necessidades.

A partir do Projecto de acção, é necessário planear os postos susceptíveis de serem ocupados por pessoas voluntárias. Tal supõe a elaboração de um organigrama de postos ou, o que vai dar ao mesmo, de um mapa que defina as esferas de actividade que serão atribuídas às pessoas voluntárias, que podem corresponder à totalidade ou a um número concreto.

No caso da biblioteca, a elaboração deste organigrama é relativamente simples:



Por sua vez, é útil definir, por cada posto, uma ficha de posto com os dados básicos sobre o mesmo, as funções e responsabilidades da(s) pessoa(s) que o ocupará(ão) e as características do posto em termos de condições de trabalho, do perfil dos candidatos que irão ocupá-lo e do número de pessoas necessárias e com que dedicação.

No exemplo anterior, seria necessário fazê-lo para os postos de coordenador(a), de PV de incentivo à leitura e de PV da biblioteca itinerante. É importante ter em conta que, se necessário, a mesma pessoa pode ocupar um posto de coordenador(a) e de pessoa voluntária do projecto. Além disso, se não for encontrado o perfil desejado, a bibliotecária poderá desempenhar provisoriamente as funções de coordenador(a).

b) Procura de pessoas voluntárias

Uma vez definidos os postos e os perfis, tem início a fase de procura de pessoas que queiram dispor do seu tempo e que se adequem às necessidades estabelecidas.

A procura de voluntariado tem muito a ver com as características da OP e do perfil de pessoa voluntária que se pretenda. Eis algumas sugestões:

- a) Procura directa, através de fazer convites personalizados a pessoas consideradas adequadas ao perfil definido.
- b) Publicidade escrita, que pode ser colocada em estabelecimentos de ensino, centros de saúde, administrações públicas, etc.
- c) Acções de divulgação, aproveitando a realização de uma acção de sensibilização ou a presença num encontro, pode dispor-se de algum tempo para apresentar os projectos de acção e a necessidade de voluntariado.
- d) Redes de entidades, de forma a transmitir a oferta de espaço de voluntariado através dos seus canais de comunicação.
- e) Gabinetes de voluntariado, que costumam contar com bolsas de voluntariado que colocam à disposição de terceiros.
- f) Internet, utilizando diferentes páginas onde se processa a oferta e procura de voluntariado.

c) Integração das pessoas voluntárias

Uma vez efectuado o pedido de voluntariado, resta esperar que as pessoas interessadas se apresentem. Normalmente, ocorrem duas situações:

1. Há escassez de voluntariado. Neste caso, o nível de exigência não pode ser muito elevado, pois, caso contrário, há muitas probabilidades de não se encontrar nenhum candidato válido. Evidentemente, tal implicará um maior esforço de formação e acompanhamento *a posteriori*.
2. Há oferta suficiente de voluntariado. Neste caso, trata-se de procurar algum sistema – conversa, entrevista, etc. – que permita averiguar se a pessoa voluntária candidata preenche as necessidades da OP. Não é que se esteja a desprezar a oferta das pessoas, mas há que garantir que as pessoas integradas vão ser dignamente acolhidas e que vão poder desempenhar a sua tarefa conforme o previsto.

A integração pode processar-se de várias formas:

- Integração informal, que se produz de uma forma gradual, empregando a metodologia de integração progressiva à medida que se desempenham

determinadas funções. Não é dada prioridade ao preenchimento da documentação administrativa, embora este acabe por ser efectuado para se ficar dentro da legalidade.

- Integração à experiência. A pessoa voluntária é integrada num projecto juntamente com outras que já desempenham as funções associadas ao posto, sendo colocada em «período de experiência». Uma vez superada esta aproximação, tanto a pessoa voluntária como a organização decidem se é dada continuidade à integração. A fase administrativa vem logo a seguir.
- Integração após um período de formação. Há OP que consideram que todas as pessoas voluntárias, antes de o serem, devem passar por uma série de cursos básicos sobre o conceito de voluntariado, sobre a forma como a entidade aborda o voluntariado e sobre os conteúdos do posto em questão.

Uma vez acordada a entrada como pessoa voluntária, a Lei do Voluntariado requer a realização de uma série de acções administrativas que permitam formalizar a relação.

A primeira consiste num contrato de colaboração no qual devem ser, no mínimo, definidos os seguintes aspectos:

- funções e actividades nas quais a pessoa voluntária irá participar;
- compromisso de dedicação em termos de horas e/ou dias semanais;
- formação na qual a pessoa voluntária irá participar (caso aplicável);
- duração do contrato. Pode tratar-se de um contrato sem prazo definido ou com duração anual renovável.

Convém ter presente que a assinatura do contrato de colaboração não é uma mera formalidade: tem de ser o resultado de um processo de preparação para que as pessoas voluntárias ganhem consciência do seu papel e da responsabilidade que se espera delas para o cumprimento dos objectivos estabelecidos com o projecto de acção em que participam.

Após a assinatura do contrato de colaboração, é necessário fazer a inscrição no livro de registro de pessoas voluntárias da OP, assim como incluir a pessoa voluntária na apólice de seguro contratada para voluntários. Conforme os casos, também poderá ser oportuno fornecer um identificador (cartão de identificação, etc.) para o desempenho do trabalho voluntário.

Terminado o contrato de colaboração, é habitual entregar um certificado de trabalho voluntário, que certifica o trabalho realizado e o tempo dedicado ao projecto. Este é muito útil para pessoas em processo de formação e que procuram comprovar a sua experiência.

C.2 Fase 2: Trabalho com pessoas voluntárias

Seguindo o itinerário apresentado no gráfico 3, a Fase 2 consiste no trabalho com pessoas voluntárias na OP. Nesta perspectiva, os destinatários do projecto são as próprias pessoas voluntárias, que devem ser acolhidas de forma a poderem dar o seu melhor ao projecto de acção e, ao mesmo tempo, a sentirem que as suas expectativas foram preenchidas, que não consistem num salário económico, mas sim num «salário emocional». Por este motivo é fundamental o papel da pessoa responsável pelo projecto de voluntariado, cuja responsabilidade é garantir que assim seja.

São três os aspectos a considerar no trabalho com voluntariado, que poderão inclusivamente seguir esta sequência em certa medida:

- a) Formação das pessoas voluntárias.
- b) Apoio no desempenho, que contempla tanto a dimensão de acompanhamento das tarefas como de motivação das pessoas voluntárias.
- c) Acompanhamento e avaliação da acção voluntária, tanto do ponto de vista do projecto de acção como do projecto de voluntariado.

a) Formação das pessoas voluntárias

É bastante frequente as pessoas que disponibilizam o seu tempo para o voluntariado desconhecerem todas as implicações associadas. Ou seja, para ser pessoa voluntária, não basta a boa vontade, que é o primeiro passo, sendo também preciso aprender a saber desempenhar este papel.

É possível atingir este nível de maturidade com base na experiência e na formação do voluntariado. Por este motivo, é fundamental, após concretizar a entrada – ou, por vezes, durante o processo – contar com uma formação básica sobre voluntariado. Alguns dos conteúdos a tratar seriam:

- Conceitos básicos sobre o voluntariado, desde a filosofia subjacente ao voluntariado até às noções de pessoa voluntária, entidade de acção voluntária e acção voluntária.

- Lei do voluntariado, com especial atenção para os direitos e deveres das pessoas voluntárias.
- O papel das pessoas voluntárias nos projectos de intervenção: funções, responsabilidades, trabalho de equipa, relação com o pessoal contratado, etc.
- O percurso das pessoas voluntárias.
- As áreas de interesse na acção voluntária.

Por vezes, esta tarefa pode ser realizada através de entidades promotoras de voluntariado como, por exemplo, o «Banco de voluntariado» da Fundação Eugénio de Almeida.

Um segundo nível de formação das pessoas voluntárias é o que tem a ver com a apresentação da OP da qual vão fazer parte e da actividade que esta desempenha. É fundamental conhecer o ambiente de trabalho onde se vai participar: os valores, a organização, a forma de trabalho, etc. Por vezes, esta formação é dada no momento de entrada, de forma individualizada. Outras vezes, juntamente com a formação básica de voluntariado, aproveita-se para fazer uma apresentação institucional.

Tanto a formação sobre voluntariado como a apresentação institucional são da responsabilidade da pessoa responsável pelo projecto de voluntariado.

O terceiro nível de formação é mais específico e refere-se à capacitação sobre a função que a pessoa voluntária vai desempenhar. Compete à pessoa coordenadora do projecto de acção²⁸ promover este tipo de capacitação, que habitualmente faz referência aos três níveis que a formação deve proporcionar:

- a) Conhecimento (o saber): sobre os destinatários da acção voluntária, sobre o contexto da mesma, etc.
- b) Competências (o saber fazer): instrumentos de trabalho, hábitos de dinamização e animação, intercâmbio de experiências, etc.
- c) Atitudes (o ser): consciência crítica, aprofundamento das motivações, etc.

Por último, tem de haver sempre uma formação permanente, quer através da análise e reflexão sobre a vivência que está a ser produzida, quer através de acções periódicas nas quais se aprofundam aspectos específicos a melhorar.

²⁸ Convém lembrar que a pessoa responsável pelo projecto de acção não tem de ser necessariamente a pessoa responsável pelo projecto de voluntariado.

b) Apoio no desempenho das pessoas voluntárias

Como em qualquer esfera da vida, ninguém nasce ensinado. Por muita boa vontade que se tenha ou por muito bons que sejam os cursos de formação frequentados, uma pessoa voluntária só aprenderá realmente a desempenhar a sua função quando tiver de a levar a cabo. Evidentemente, de início terá mais dificuldade e precisará de mais apoio por parte da pessoa responsável pelo projecto de acção. Esta necessidade vai diminuindo com o tempo.

Em todo o caso, o trabalho a desempenhar pela pessoa responsável pelo projecto de voluntariado consistirá em:

- a) Ajudar a delimitar as tarefas a desempenhar, distribuindo-as entre as diversas pessoas voluntárias que fazem parte da equipa e, dentro do possível, formando hierarquias.
- b) Orientar a metodologia a empregar na execução das tarefas, de forma a estabelecer os passos a seguir, a forma de actuar, etc.
- c) Motivar as pessoas no seu desempenho, mostrando satisfação e produzindo reforços positivos, explicando as finalidades do trabalho realizado e valorizando-o.

O apoio no desempenho é essencial para que as pessoas voluntárias assumam o estilo de cada organização e consigam dar o seu melhor. Para isso, é requisito imprescindível que se conceda tempo de coordenação e que se procurem espaços formais e informais de intercâmbio. Uma vez, estes serão individualizados para explicar erros que estão a ser cometidos por uma pessoa voluntária ou para estudar a forma de resolução de um problema. Outras vezes, serão espaços comuns, como reuniões de trabalho, nos quais se trocam impressões e se produz um processo de acompanhamento colectivo.

Por outro lado, a pessoa responsável pelo projecto de voluntariado deve encarregar-se de propiciar uma dinâmica de apoio à pessoa que desempenha uma acção voluntária. Trata-se de aprofundar o processo de viver o voluntariado. Para isso, é importante ter presentes as seguintes linhas de acompanhamento:

- Ajudar a combinar acção e reflexão, fazer e estar, etc.
- Fomentar a integração dos ensinamentos da acção voluntária na vida quotidiana, construindo um estilo de vida coerente.

- Possibilitar o contraste entre as expectativas e a realidade, entre o desejável e o possível, etc.
- Contribuir para a criação de uma cultura da solidariedade, passando do individual para o colectivo.

c) Acompanhamento e avaliação da acção voluntária

A acção voluntária tem a ver com um processo em evolução constante. Como tal, está sempre a aprender-se com a intenção de integrar estes ensinamentos em ocasiões futuras. São duas as vias para realizar este trabalho: os acompanhamentos periódicos e a avaliação final.

Nos acompanhamentos periódicos, o objectivo é comprovar se está a ser realizado o trabalho previsto e da forma prevista. Neste exercício devem ser determinados os erros que estão a ser cometidos e procurar-se uma forma de os corrigir. Também se colocarão em evidência os êxitos alcançados.

O acompanhamento é efectuado em três níveis:

- a) As tarefas.
- b) Os procedimentos seguidos.
- c) Os resultados obtidos, que contribuem para o cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Existem diversas formas de efectuar o acompanhamento. Uma opção é fazê-lo directamente, ao mesmo tempo que se realiza a acção. Outra opção é fazê-lo por vias indirectas, realizando reuniões, preenchendo fichas de acompanhamento ou elaborando relatórios.

Em todo o caso, estas acções de acompanhamento devem ter uma periodicidade estabelecida na planificação, de forma a não serem excessivas, interferindo no trabalho, nem a serem demasiado dilatadas no tempo, não permitindo controlar a acção voluntária.

A avaliação final procura analisar se os resultados obtidos pela acção voluntária estão de acordo com os objectivos estabelecidos no projecto de acção e com as expectativas de todas as pessoas voluntárias que participaram no mesmo. Esta tem duas dimensões: a qualitativa e a quantitativa.

A avaliação qualitativa utiliza parâmetros não numéricos e é composta por:

- Avaliação do resultado da actividade
 - Nível de concretização de objectivos
 - Relação entre intensidade e resultados
 - Proporção entre recursos empregados e resultados
 - Percepção global do êxito do projecto
- Avaliação da satisfação dos voluntários
 - Progressão ou regressão no envolvimento no projecto
 - Conflitos entre profissionais e voluntários
 - Diminuição do tempo de dedicação dos voluntários
 - Queixas reiteradas em relação aos utilizadores
- Avaliação da satisfação dos utilizadores
 - Nível de compromisso e conformidade com o objectivo do serviço
 - Nível de adequação do serviço às necessidades do utilizador
 - Evolução das condições de vida do utilizador
 - Nível de relacionamento com os voluntários
- Avaliação da satisfação do promotor

A avaliação quantitativa trataria de fazer uma análise dos indicadores estabelecidos para comprovar o nível de cumprimento dos objectivos. Para isso, é necessário definir variáveis numéricas a seguir (n.º de utilizadores, n.º de pessoas voluntárias, n.º de intervenções, etc.) e, depois, estabelecer rácios que permitam retirar conclusões (n.º de utilizadores/n.º de pessoas voluntárias, n.º de intervenções/n.º de utilizadores, etc.).

Os sistemas de avaliação devem ser previamente concebidos, para, deste modo, dispor dos mecanismos de obtenção dos dados. A informação pode ser recolhida através de entrevistas, reuniões, inquéritos, fichas de acompanhamento, etc. Tudo isto deve processar-se devidamente, elaborando um relatório preliminar. Com base neste relatório, pode realizar-se uma reunião de avaliação com as pessoas voluntárias e, assim, fechar o relatório.

Este sistema participativo de avaliação procura tanto o avanço da acção voluntária como conseguir que as pessoas voluntárias se sintam parte dos êxitos obtidos e

reconfortadas pelos mesmos. É desta forma que se consegue fidelizá-las, a fim de reeditar o projecto de intervenção ou de iniciar um novo.

A acção voluntária tem de servir para responder às necessidades sociais identificadas e as pessoas voluntárias contribuem para que assim seja. O que mais valoriza o voluntariado é fazer com que isso aconteça e que a sua contribuição tenha alguma utilidade. As OP devem empregar todos os meios para que assim seja e, no final da intervenção, comprovar até que ponto foi bem sucedida, partilhando esta valorização com o voluntariado. Se tal for conseguido, mesmo que apenas parcialmente, decerto poderemos contar com o voluntariado por muito tempo e talvez possamos realmente transformar o nosso ambiente, por pouco que seja. É disso que se trata.

2.6.3. Questões mais pertinentes a lembrar

- Acção voluntária e Projecto de voluntariado:

A acção voluntária é o resultado da combinação de:

a) um Projecto de acção: fórmula para cobrir as necessidades sociais ou culturais da sociedade a que se destinam as acções.

b) um Projecto de voluntariado: um método estruturado para organizar os recursos humanos voluntários com os quais será levado a cabo o projecto de acção. Supõe o reconhecimento da necessidade de gerir os direitos e deveres das pessoas voluntárias.

- Pessoas voluntárias:

a) Pessoas com necessidade de reconhecimento, ocupação de tempos livres ou de lazer, formação, experiência, etc. A cobertura destas necessidades é designada por «salário emocional», que é o único retorno que recebem.

b) Voluntárias: recurso humano – mãos, tempo e conhecimento – disponibilizado gratuitamente.

- Perguntas-chave do Projecto de voluntariado:

a) Perguntas filosóficas ou de nível estratégico

1. O que é o voluntariado na OP?
2. Para que queremos voluntariado na OP?
3. Como queremos que seja o voluntariado?

b) Perguntas de gestão ou de nível operativo

1. Que necessidades de PV tem a OP?
 2. Como vamos procurar PV?
 3. Qual vai ser o processo de integração das PV?
 4. Qual é o plano de formação das PV?
 5. Como vamos apoiar o desempenho das PV?
 6. Em que vai consistir o acompanhamento e avaliação da acção voluntária?
- c) Perguntas de gestão de recursos humanos
1. Quem vai fazer a coordenação das PV?
 2. Está bem ciente do seu papel de gestão de recursos humanos, ou seja, motivar, orientar e supervisionar as PV?
 3. Quanto tempo por semana vai dedicar a esta função?

2.6.4. Exercício de aplicação

1. Analise a sua organização e determine se a separação entre o Projecto de acção e o Projecto de voluntariado está bem definida.
2. Analise o estado de saúde do voluntariado da sua organização.
3. Se, após estas análises, considerar que os conceitos não estão suficientemente bem definidos e/ou que existe o risco de o voluntariado não estar a ser tratado de forma adequada, ou, inclusivamente, esteja a ser tratado como «mão-de-obra barata», sugiro que elabore uma proposta – seguindo o plano descrito no módulo – que permita aumentar a atenção dada a estas pessoas – os seus direitos – e o desempenho que se espera delas – os seus deveres.

LISTAGEM BIBLIOGRÁFICA SOBRE VOLUNTARIADO

- ALFARO, M.^a Elena (1998). *La Formación del Voluntariado Social*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 4, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- ARROYO, Germán Jaraiz (2000). *Voluntariado y o Mundo Rural*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 7, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- BARCO, Manuel J. e FUENTES, Pedro (1993). *El animador /3 Solidario y comprometido*. Madrid: Editorial CCS;

- ELIZASU, Carolina (1999). *La animación con personas mayores*. Madrid: Editorial CCS;

- GIACONE, Elio (1994). *Para un crecimiento armónico en casa y en la escuela*. Madrid: Editorial CCS;

- GOMÉZ, Pablo Navajo (1998). *Captacion, Acogida y Orientación de Voluntarios*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 3, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- GONZALO, Luis A. Aranguren (2000), *Voluntariado e Escuela*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 12, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- GONZALO, Luis A. Aranguren (2002). *Los Itinerarios educativos del voluntariado*. 2ª Edição, Madrid: Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España;

- HERNÁNDEZ, Miguel A. Diaz (2002). *Motivaciones de la persona voluntaria. El Compromiso Inicial*. Madrid: 2ª Edição, Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España;

- IDAÑEZ, Maria José Aguilar (2000). *Como animar un grupo. Principios Básicos e Técnicas*, Madrid: Editora Vozes, 2ª Edição, Editorial CCS;

- QUIÑONES, Gustavo Esteves (2004). *Formación de Voluntariado. Animadores. Métodos e Propuestas*. Madrid: Editorial CCS;

- LAMA, José M.ª (1996). *Metodología de la Accion Voluntaria*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 5. Madrid;

- MARTÍN, Lluís e Monferrer, Irene (1997). *Guiones para encuentros de animación*. Madrid: Editorial CCS;

- MARTÍNES, Francisco M. R., ALCANTUD, Andrés L. e SÁNCHEZ-BLANCO, Pedro Pan (2005). *El Marco Jurídico del Voluntariado - (Guía práctica de la ley 5/2004, de 22 de Octubre, del Voluntariado en la Región de Murcia)*. Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- MARTÍNEZ, Juan Benito e MARTÍNEZ, Alfonso G. (2002). *Promoción del Voluntariado en el ámbito de la Comunidad Educativa*. Murcia: Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- PANIEGO, José Ángel e LLOPIS, Carmen (2004). *Educar para la Solidariedad*. Madrid: Editorial CCS;

- PEDRO, Filipe, CAETANO, Joaquim, CHRISTIAN, Klaus e RASQUILHA, Luís (2005). *Gestão de Eventos*. Quimera;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE LA REGIÓN DE MURCIA (2005). *Guía del Voluntariado 2006*;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (s/data). *20 años. Dos décadas de acción social, dos décadas de Plataforma del Voluntariado de España*. Madrid: Centro de Documentación CEAR;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (1997). *Que es la Plataforma?* La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 1. Madrid;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Manual para la persona responsable de voluntariado*. Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Manual para la persona voluntaria*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Cuaderno de recursos prácticos para la persona voluntaria*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- PLATAFORMA DEL VOLUNTARIADO DE ESPAÑA (2006). *Cuaderno de recursos prácticos para la persona responsable de voluntariado*. Voluntariado, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- PLATAFORMA PARA LA PROMOCIÓN DEL VOLUNTARIADO EN ESPAÑA (2000). *Código Ético de las Organizaciones de Voluntariado*. Texto aprobado pela Assembleia Geral Extraordinária da Plataforma para a Promoção do Voluntariado em Espanha, celebrada em Madrid, Novembro de 2000;

- RAMOS, Francisco Salinas (coord.); Martín, M. José Rubio e GILARRANZ, Ignacio Cerezo (2001). *La Evolución del Tercer Sector hacia la Empresa Social*. Estudio Cualitativo, Murcia: Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- RENES, Víctor (1997). *Campos de intervención del voluntariado*. La Acción Voluntaria, Cuadernos de la Plataforma, N.º 13, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- RICCIARDELLI, María Ofelia (1998). *El Voluntariado en la Tercera Edad*. La Acción Voluntaria. Cuadernos de la Plataforma, N.º 14, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- ROCA, Joaquín García (1998). *Voluntariado y Servicios Sociales de Base*. La Acción Voluntaria. Cuadernos de la Plataforma, N.º 8, Madrid: Plataforma del Voluntariado de España;

- RODRIGUEZ, Jully R. (2002). *Acompañamiento en la acción. La figura del animador o animadora de voluntariado*. Madrid: 3ª Edição, Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España;

- ROMERO, Alejandro (2004). *La Participación del Voluntariado en el Desarrollo de la Comunidad Local*. Madrid: Plataforma para la Promoción del Voluntariado en España;

- SASTRE, Jesús (2004). *Repensar el voluntariado social*. Madrid: San Pablo;

- TORNERO, Manuel E. Medina (2005), *Voluntariado e Mayores*. Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- TORNERO, Manuel E. Medina (2005). *Perfil del Voluntariado*. Murcia: Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- TORNERO, Manuel E. Medina (2003). *Opinión Pública y Voluntariado en la Región de Murcia*. Murcia: Plataforma del Voluntariado de la Región de Murcia;

- TRILLA, Jaume (2004). *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget, Horizontes Pedagógicos;

- VENTOSA, Víctor J. (2004). *Métodos activos e técnicas de participación. Para educadores e formadores*. Madrid: Editorial CCS;

- NOGUEIRA, Ana Rita e AU-DUONG, Hélène (Coords) (2003). *VOLUNTOR – Testemunhos e Experiências do Voluntariado*. Esdime;

- VOPEL, Klaus W. (2006). *Cómo solucionar conflictos de manera creativa. Juegos para grupos de talleres y de aprendizaje*. Madrid: Editorial CCS.

GLOSSÁRIO

➤ DEFICIÊNCIA

Educação e Ensino

A educação escolar e o ensino visam promover a aquisição de um melhor nível de cultura geral assim como, desenvolver os seus conhecimentos, tendo em vista uma melhor integração social.

Emprego Protegido

Emprego num Centro de Emprego Protegido, no domicílio ou no meio normal de trabalho, que permite às pessoas com deficiência, impossibilitadas temporária ou definitivamente de ocupar um lugar no mercado normal de trabalho, realizar um trabalho útil e remunerado de acordo com as suas capacidades residuais, assim como assegurar-lhes oportunidades de reciclagem que lhes permita vir a desempenhar, sempre que possível, uma actividade no mercado normal de trabalho.

Formação e Reabilitação Profissional

A formação ou reabilitação profissional compreendem as medidas que permitem o acesso ou o regresso das pessoas com deficiência a uma actividade profissional através de uma formação profissional adequada possibilitando desse modo, a sua integração social.

Medidas de Carácter Social

Medidas que incentivam a autonomia pessoal e/ou asseguram a independência económica e a integração social mais completa possível da pessoa com deficiência. Tais acções incluem o aconselhamento, os serviços sociais, os apoios e consultas às famílias, o apoio às organizações de pessoas com deficiência, as ajudas técnicas, as acessibilidades dos edifícios e dos meios de transporte, os meios de comunicação, os tempos livres, o desporto e as férias e a adaptação das casas de habitação.

Meio Normal de Trabalho

Devem ser tomadas todas as medidas para permitir às pessoas com deficiência trabalharem no meio normal de trabalho mesmo que seja necessário ter em conta certas condições de segurança, ou medidas especiais a nível individual ou colectivo de adaptação ao trabalho.

Reabilitação

Um processo contínuo que visa evitar uma deficiência eminente, conservar, desenvolver ou restabelecer a capacidade do indivíduo para o desempenho de uma actividade considerada normal.

Os objectivos da reabilitação visam garantir a maior independência e participação da pessoa deficiente na vida social económica, independentemente da natureza e origem do “handicap”.

➤ **IDOSOS**

Envelhecimento - Processo dinâmico e gradativo em que ocorrem modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que conduzem à perda gradual da capacidade de adaptação da pessoa ao meio ambiente

Geriatría – Ramo da medicina que trata dos aspectos médicos, psicológicos e sociais da saúde e da doença nos idosos

Gerontologia – Estudo do processo de envelhecimento sob todos os aspectos (estudo do envelhecimento enquanto processo normal)

Idoso – Pessoa com 65 ou mais anos (critério cronológico que assinala o momento da passagem para a última etapa da vida)

Velhice – Etapa da vida (última) que se prolonga por vários anos, acompanhada de alterações no organismo, consequência do passar dos mesmos, também produto de uma construção social e cultural

➤ **FAMÍLIA**

Desenvolvimento Social – Está directamente relacionado com a melhoria do nível de vida do indivíduo/família/comunidade e depende do desenvolvimento económico existente. Para que exista um bom desenvolvimento social, é fundamental instaurar estruturas e instituições sociais, políticas e económicas adaptadas às necessidades do indivíduo/família/ comunidade.

Estudo Comunitário – Análise onde se pretende identificar as principais necessidades de uma população, de características comuns, numa determinada área geográfica, com o propósito de se realizar um diagnóstico da situação, possível de discussão, onde se possa intervir de forma adequada.

Família – Conjunto de pessoas, unidas por laços biológicos, legais ou emocionais. Espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais.

É um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social.

Integração Social – Grau de adequação dos comportamentos individuais e de grupos parciais ao que a colectividade espera. Exprime-se por momentos, hábitos e correntes de opinião dominantes (modelos sócio – culturais de conduta).

Papel familiar – Procedimentos repetitivos aprendidos, através dos quais cada membro cumpre com o que é esperado do seu papel

➤ (RE)CONCILIAÇÃO FAMILIAR E PROFISSIONAL

Conciliar – Pôr de acordo partes desavindas (em discórdia) ou coisas contraditórias; Harmonizar.

Estereótipo – Opinião pré-concebida e comum que se impõe aos membros de uma colectividade. Poderão englobar os **estereótipos de género** que não são mais do que Representações generalizadas e socialmente valorizadas acerca do que as mulheres e os homens devem ser e fazer.

Género - Conceito que remete para as diferenças sociais (por oposição às biológicas) entre homens e mulheres. Estas diferenças são tradicionalmente inculcadas pela socialização, são mutáveis ao longo do tempo e apresentam grandes variações entre e intra culturas.

Preconceito - É uma atitude discriminatória que baseia conhecimentos surgidos em determinado momento como se revelassem verdades sobre pessoas ou lugares determinados. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém ao que lhe é diferente. As formas mais comuns de preconceito são o social, racial e sexual.

Eugenio de Almeida

FUNDAÇÃO
EUGÊNIO
ALMEIDA